

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TÁSSIO CARLOS RODRIGUES FILGUEIRAS

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRANSIÇÃO SOCIAL: o desafio de produção material da
existência humana

São Luís
2014

TÁSSIO CARLOS RODRIGUES FILGUEIRAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRANSIÇÃO SOCIAL: o desafio de produção material da
existência humana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade
Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre
em Desenvolvimento Socioeconômico.
Orientador: Prof. Dr. César Augustus L. L. de Freitas

São Luís
2014

Filgueiras, Tássio Carlos Rodrigues

Economia solidária e transição social: o desafio da produção material da existência humana / Tássio Carlos Rodrigues Filgueiras. _ São Luís, 2014.

133f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: César Augustus Labre Lemos de Freitas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2014.

1. Economia solidária. 2. Transição social. 3. Trabalho associado. 4. Emprego. 5. Modo de produção capitalista. I. Título.

CDU 330.342.146

TÁSSIO CARLOS RODRIGUES FILGUEIRAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRANSIÇÃO SOCIAL: o desafio de produção material
da existência humana**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de Pesquisa: Mundo do Trabalho, Estado e Mundialização.

Orientador: Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas

A comissão Julgadora dos trabalhos em defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão realizada em ____ / ____ / ____, considera o candidato aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas (Orientador)

Prof. Dr. Romildo dos Santos Silva

Prof. Dra. Aurora Amélia Miranda B. Miranda

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof.º Dr.º César Augustus Labre Lemos de Freitas e ao Prof.º Dr.º Romildo dos Santos Silva pela atenção e orientação.

À família e amigos pelo apoio e sentido dado à minha vida.

À minha namorada Juliana Cruz pela companhia durante todo o período do mestrado, pelo grande apoio na fase final deste trabalho e pela ajuda na normatização.

E à FAPEMA por possibilitar a realização do estágio de curta duração na UNESP-Campus Marília.

RESUMO

Este trabalho pretende situar a emergência da economia solidária no Brasil como proposta alternativa de produção da existência diante da perda de empregos formais por trabalhadores. O emprego de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra nos setores produtivos da economia e a abertura do mercado interno à concorrência com as empresas estrangeiras acarretou em perdas de empregos formais e um desafio para os trabalhadores buscarem alternativas para a produção da sua existência material. A economia solidária se apresenta então como proposta alternativa de uma outra economia, pautada em valores e princípios antagônicos ao capitalismo, diante da incapacidade dos programas tradicionais de geração de emprego e renda em resolver a crise do desemprego. Esta proposta ganha relevo a partir do fomento recebido por intelectuais e governantes e passa a ser incorporada dentro do Estado, sindicatos e sociedade civil organizada. Exporemos a aparência do fenômeno da economia solidária apresentada, principalmente, pelo seu maior representante no Brasil, Prof. Paul Singer; como este fenômeno se apresenta em algumas de suas principais manifestações concretas no Brasil e no Maranhão; investigaremos como Marx tratou o fenômeno das fábricas recuperadas e cooperativas; e analisaremos, sob esta perspectiva, quais elementos nestes experimentos indicam pontos de superação e de limites ao modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Economia solidária. Trabalho associado. Transição social.

ABSTRACT

This work seeks the emergence of the Solidarity Economy in Brazil as an alternative proposal for production of existence due to the loss of formal jobs for workers. The use of new technologies that save labor, work in the productive sectors of the economy and the opening of the internal market to competition with foreign companies resulted in loss of formal jobs and a challenge for workers seek alternatives for the production of their material existence . The solidarity economy is then presented as alternative proposal of another economy, based on values and principles antagonistic to capitalism, given the inability of traditional programs for generating employment and income to solve the unemployment crisis. This proposal gains relief from the encouragement received by intellectuals and rulers and shall be incorporated within the state, trade unions and civil society organizations. Expose the appearance of the phenomenon of solidarity economy, presented mainly by its greatest representative in Brazil. Paul Singer, as this phenomenon is in some of its main tangible in Brazil and Maranhão; investigate how Marx treated the phenomenon of recovered factories and cooperatias, and analyze, under this perspective, what elements in these experiments indicate points of overcoming and limits to the capitalist mode of production.

Keywords: Social economy. Associated work. Social transition.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Forma de organização dos empreendimentos	82
Tabela 2 - Atividades Coletivas Realizadas	83
Tabela 3 - Principais atividades econômicas dos EES	83
Tabela 4 - Origem dos Recursos.....	84
Tabela 5 - Tipos de Apoio	85
Tabela 6 - Instâncias Deliberativas.....	85
Tabela 7 - Resultados da Atividade.....	86
Tabela 8 - Tipo de remuneração dos sócios	86
Tabela 9 - Faixas de Remuneração.....	87
Tabela 10 - Categoria Social	89
Tabela 11 - Forma de Organização.....	91
Tabela 12 - Setor de Atividade Econômica	91
Tabela 13 - Benefícios, garantias e direitos para sócios (as) dos empreendimentos de produção / produção e comercialização	94
Tabela 14 - Benefícios, garantias e direitos para sócios (as) dos empreendimentos de comercialização / organização da comercialização	95
Tabela 15 - Benefícios, garantias e direitos para sócios (as) dos empreendimentos de consumo / uso coletivo de bens e serviços.....	98
Tabela 16 - Origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento	101
Tabela 17 - Tipo de movimento ou luta social	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ano de início dos EES	88
Gráfico 2 - Pertencimento à algum povo ou comunidade tradicional	89
Gráfico 3 - Principal atividade econômica realizada pelo empreendimento	92
Gráfico 4 - Propriedade dos equipamentos utilizados para realização da produção coletiva...92	
Gráfico 5 - Remuneração ou retirada dos (as) sócios (as).....	93
Gráfico 6 - Tipo de remuneração.....	95
Gráfico 7 - Propriedade dos instrumentos, ferramentas ou equipamentos	96
Gráfico 8 - Benefícios, garantias ou direitos dos empreendimentos de prestação de serviços / trabalho a terceiros.....	97
Gráfico 9 - Forma de remuneração dos trabalhadores nos empreendimentos de consumo / uso coletivo de bens e serviços	98
Gráfico 10 - Forma de contratação dos trabalhadores não-sócios.....	99
Gráfico 11 - Tipo de vínculo dos trabalhadores não-sócios contratados.....	100
Gráfico 12 - Instância de direção e coordenação.....	102
Gráfico 13 - Resultado da atividade econômica.....	104
Gráfico 14 - Destino dado para as sobras/excedentes	104
Gráfico 15 - Participam de alguma rede ou fórum de articulação.....	105
Gráfico 16 - Áreas em que são realizadas as ações sociais ou comunitárias.....	107
Gráfico 17 - Motivo de criação.....	108

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário.....	43
ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.....	42
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	71
CBCA - Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá.....	66
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.....	91
CNM/CUT - Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT.....	41
Concut - Congresso Nacional da Central Única de Trabalhadores	41
CUT - Central Única de Trabalhadores	41
EA - Empresas Autogestionárias.....	76
EAF - Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária	120
EES - Empreendimentos Econômico Solidários	82
ESOP - Employee Stock Ownership Plan	71
FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão ...	14
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	71
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	25
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.....	30
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.....	12
OLT - Organização no Local de Trabalho.....	41
PEA - População Economicamente Ativa	24
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.....	25
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	82
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo	24
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária.....	12
SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária.....	14
UFMA - Universidade Federal do Maranhão.....	14
UNESP - Universidade Estadual de São Paulo	14
Uniforja - Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia.....	42
UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários	42
UNITRABALHO - Núcleo de estudos e pesquisas sobre o trabalho.....	14

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	OS DILEMAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DO EMPREGO FORMAL	14
2.1	A tendência de redução da necessidade de trabalho imediato vivo e produção de uma população supérflua às necessidades de reprodução do capital em Karl Marx.....	14
2.2	Os efeitos da Terceira Revolução Industrial sobre o emprego.....	21
3	A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO DESEMPREGO	28
3.1	O pensamento de Paul Singer: uma solução não-capitalista para o desemprego.....	28
3.2	A incorporação da economia solidária dentro das ações dos sindicatos, do estado e da sociedade civil organizada.....	38
4	A CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	44
4.1	O trabalho associado em Karl Marx.....	44
4.2	A crítica marxista aos socialistas utópicos	55
4.3	A crítica marxista da economia solidária	59
5	EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	64
5.1	Autogestão e fábricas recuperadas	64
5.2	Empresas autogestionárias.....	74
5.3	Empreendimentos de economia solidária no maranhão	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
	ANEXOS	120

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, verificou-se, no Brasil, a emergência de um considerável conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária, reunidas no campo da economia solidária, cujas características fundamentais são: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

A existência de um conjunto de experiências na esfera da produção, mas também com incursões significativas no setor do crédito, do consumo, habitação popular, cooperativas agrícolas criadas a partir da reforma agrária, coleta seletiva e reciclagem, entre outros, quase sempre acompanhados do sufixo solidariedade, vem dando visibilidade a este novo campo teórico no Brasil.

Estas atividades reúnem uma dimensão econômica (sindicalismo e cooperativismo), enquanto atividade econômica que garantam meios de vida aos seus integrantes; e uma dimensão política (democracia representativa e liberdade de associações), enquanto organizações coletivas que tenham um horizonte de superação e resistência ao capitalismo, para além das necessidades materiais mais imediatas.

O fenômeno remete aos laços de ajuda mútua que se estabelecem entre as pessoas e procura resgatar os princípios cooperativistas e autogestionários originalmente estabelecidos por experiências associativas de trabalhadores europeus no séc. XIX. Possui características múltiplas e heterogêneas, em setores econômicos distintos, organizados sob diversas formas institucionais, possibilitando diferentes enfoques e propostas sugeridos por diversas correntes de pensamento sob a mesma denominação de economia solidária.

Conforme enfatiza Tiriba (2001, p. 104), “sob a mesma denominação de economia popular ou economia solidária, diferentes enfoques e propostas têm sido sugeridos por analistas de diversas correntes do pensamento”.

Dentre as diferentes abordagens, destaca-se a noção de Paul Singer, para quem a economia solidária é um conceito com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo característico do capitalismo. Segundo ele, “a economia solidária é uma criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo e uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica que exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho” (SINGER, 2003, p.21).

No plano político, este fenômeno aparece no período em que o capital adotou as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização como saídas para a crise da década de 1970 e aprofunda-se, na década de 1990, com a implementação da agenda neoliberal na orientação da política econômica e social em quase todos os países.

No plano econômico, a transição do século XX para o século XXI foi marcada por novas formas de organização do processo de trabalho, que descartam mão-de-obra a fim de diminuir os custos e “racionalizar” a produção. Em consequência, uma gama de trabalhadores é deslocada para a informalidade, subcontratação e situações de trabalho que, aparentemente, fogem ao assalariamento, que, no entanto, aumentam a extração de mais-valia pelos fios invisíveis da produção capitalista.

Outros tantos trabalhadores inserem-se na categoria de desemprego estrutural decorrente da introdução de novos procedimentos tecnológicos, que levaram à informatização e robotização de cada vez mais setores produtivos da economia, caracterizadas por Singer de Terceira Revolução Industrial.

Estas mudanças de caráter tecnológico têm como consequência a redução dos postos de trabalho no processo imediato de produção e o crescimento do fosso entre o número de pessoas aptas ao trabalho e o número de trabalhadores que conseguem emprego nos setores tecnologicamente mais avançados da economia.

Diante da impossibilidade de reprodução social de parcelas cada vez maiores de trabalhadores na relação formal de assalariamento, a economia solidária se constitui como alternativa de sobrevivência.

A economia solidária surge, assim, como uma proposta alternativa ao modo de produção capitalista colocada em prática pelos trabalhadores e em grande parte induzida por gestores públicos, intelectuais e sociedade civil organizada.

Apresenta-se como uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e renda por meio da organização de atividades econômicas; “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar; sem explorar os outros; que se pretende reverso à lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica” (SENAES/MTE, 2013).

Diante disto, cabe investigar como esse fenômeno se apresenta nas suas diferentes formas de manifestação no Brasil e no Maranhão. E verificar se as condições materiais existentes nestas experiências podem se constituir como elementos de superação do modo de produção capitalista.

O objetivo geral deste trabalho foi, portanto, a partir de pesquisa documental e bibliográfica de outros autores, investigar em que grau a economia solidária apresenta as condições materiais para a superação do modo de produção capitalista, partindo do pressuposto de que a transição do capitalismo para uma forma de superior produção implicará a eliminação do trabalho assalariado e a instauração do trabalho associado como fundamento da sociabilidade comunista.

Além desta introdução, este trabalho se desenvolve em 4 partes e mais as considerações finais.

Na primeira parte do desenvolvimento (Capítulo 2) buscou-se fundamentar o surgimento da economia solidária com a busca de soluções pelos trabalhadores diante da tendência de redução do trabalho imediato vivo no processo produtivo e com o aumento de produtividade nos setores produtivos da economia. Procurou-se resgatar a análise marxista sobre as consequências sociais da introdução da maquinaria para explicar as consequências sobre o nível de emprego das transformações que Singer denomina de Terceira Revolução Industrial. Além das transformações nas relações de trabalho decorrentes da introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, apontaremos para os efeitos da abertura do mercado nacional à concorrência com as empresas estrangeiras na década de 90.

No terceiro capítulo, buscou-se apresentar a proposta da economia solidária como alternativa de reprodução social dos trabalhadores que foram afetados pelas consequências dessas transformações. O desafio da produção da existência coloca os trabalhadores a buscarem alternativas na economia solidária. Exploraremos nesta seção o pensamento de Paul Singer, principal representante desta proposta no Brasil e secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda neste capítulo, identificou-se como surgiu a proposta da economia solidária enquanto alternativa para geração de emprego e renda em contexto de diminuição dos postos formais de trabalho, e como ela foi reconhecida e incorporada dentro do conjunto de ações sindicais, governamentais e pela sociedade civil organizada, diante da insuficiência das políticas de trabalho e emprego clássicas em resolver o problema social do desemprego.

A questão é relevante à medida que as cooperativas de produção – principal forma econômica assumida pela economia solidária, pelo menos até o início da década de 90 – eram, de forma geral, descartadas pelo sindicalismo devido, sobretudo, a integração do movimento cooperativista aos princípios e valores do capitalismo, ainda que vários sindicatos

mantivessem formas mutualistas e cooperativistas nas atividades de serviço assistencial oferecidos para o quadro de associados.

No quarto capítulo, foi apresentada a concepção marxista sobre o trabalho associado, resgatando a crítica aos socialistas utópicos e o caráter híbrido destas experiências no que se refere às possibilidades e limites de emancipação do assalariamento e superação do modo de produção capitalista. A pesquisa se baseou nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e concentrou-se nas obras marxistas que tratam do trabalho associado, transição social e crítica aos socialistas utópicos.

No quinto capítulo foram apresentadas algumas características das principais experiências no campo do cooperativismo, autogestão e associativismo atualmente em voga no Brasil, especificamente o fenômeno das fábricas falidas recuperadas por trabalhadores e empresas autogestionárias a partir das pesquisas sobre as empresas de autogestão, cooperativas e economia solidária realizada por Maurício Sardá de Faria, e do diálogo direto com pesquisadores que travam a discussão atual em torno do tema, dentre os quais destaco Henrique T. Novaes e Neusa Maria Dal Ri, proporcionado pelo Estágio de Curta Duração / FAPEMA, realizado na UNESP – campus Marília no período de 01/03/2013 a 03/06/2013.

Nesta parte, também identificou-se como o fenômeno da economia solidária se apresenta na realidade maranhense a partir dos resultados do mapeamento da economia solidária no Maranhão, realizado nos anos de 2005-2007 (no qual atuei como pesquisador de campo) e 2010-2013 (no qual participei como auxiliar de coordenação regional) e sistematizados no âmbito do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), e dos dados do relatório do projeto de pesquisa “Mapeamento de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Políticas Públicas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte” coordenados pelo Núcleo de estudos e pesquisas sobre o trabalho (UNITRABALHO) da UFMA.

E, por fim, as considerações finais, onde buscamos relacionar os elementos que indiquem possibilidades de superação do trabalho assalariado e do modo de produção capitalista no sentido da sociedade dos produtores livremente associados e os limites dessas propostas.

2 OS DILEMAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DO EMPREGO FORMAL

Tendo como objetivo compreender as consequências sobre o nível de emprego decorrente das transformações no processo produtivo, neste capítulo, recorre-se ao capítulo da maquinaria e grande indústria em *O Capital* (MARX, 1996b). O qual fornece os subsídios para compreendermos a tendência do desenvolvimento histórico do processo de trabalho, bem como a contraditoriedade do desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, da base técnica com as relações sociais, sendo a mais importante delas a relação de assalariamento.

Abordou-se ainda o capítulo de *A Lei Geral da Acumulação Capitalista* (*ibid.*), onde buscou-se identificar, sem pormenores, a tendência geral do capitalismo de, por um lado, elevar cada vez mais a capacidade produtiva com sucessivas alterações na composição orgânica do capital e, por outro, produzir cada vez mais um exército de trabalhadores que são descartados do sistema.

Em seguida, são expostos os efeitos da Terceira Revolução Industrial sobre o emprego apontados por Singer (2003; 2006), os quais seguem a mesma tendência geral apontada por Marx.

O plano de fundo da investigação foi a influência sobre o destino da classe trabalhadora diante da redução da necessidade de trabalho imediato vivo e aumento da composição orgânica do capital.

2.1 A tendência de redução da necessidade de trabalho imediato vivo e produção de uma população supérflua às necessidades de reprodução do capital em Karl Marx

A Revolução Industrial do séc. XVIII tomou como ponto de partida a transformação do meio de trabalho, isto é, a transformação da ferramenta de trabalho manual em máquina-ferramenta ou máquinas de trabalho propriamente dita, a qual executa as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes, se apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade (MARX, 1996b).

O trabalho humano é substituído na operação das ferramentas e, com isso, o número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está emancipada da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador. Ao homem resta o trabalho de “vigiar com o olho a máquina e corrigir com a mão os erros, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz” (*ibid.*). Esta mesma força motriz também não tarda a ser revolucionada, pois precisou acompanhar o desenvolvimento das outras partes componentes da grande indústria, já que todas as outras fontes até então usadas se chocavam com as novas potências elevadas realizadas tanto pela máquina-ferramenta quanto pelo mecanismo de transmissão.

A produção mecanizada então, suprime a subjetividade da divisão manufatureira do trabalho, cujo processo não é mais adaptado ao trabalhador, sendo, portanto, considerado objetivamente. No sistema de maquinaria automático, a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força (MARX, 1996, p.11).

Ademais, a partir da produção de máquinas por meio de máquinas, do desenvolvimento de qualquer potência e do total controle pela e sobre a máquina-motriz, a grande indústria criou sua própria base técnica e firmou-se sobre seus próprios pés. A criação do torno mecânico, por exemplo, substituiu a mão humana para produzir as formas geométricas das partes componentes da máquina. O meio de trabalho pressupôs a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da natureza (*ibid.*).

A substituição da força humana por forças naturais e pela aplicação tecnológica da ciência, no entanto, não veio para libertar o homem do trabalho dentro da relação social capitalista, senão para retirar-lhe os meios de produção da existência (emprego) e aumentar a exploração daqueles que ainda se encontram inseridos nos setores produtivos.

Segundo Marx (1996b), com a máquina, o meio de trabalho acaba por se tornar concorrente direto do próprio trabalhador. O capital se autovaloriza, então, em função do número de trabalhadores cujas condições de existência são destruídas por meio da substituição pela máquina e, “assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação” (p.62).

Assim, uma massa de trabalhadores é transformada em supérflua com a introdução da máquina, tornando-se não mais imediatamente necessários para a autovalorização do capital. Estes trabalhadores deslocados de determinado setor econômico sucumbem numa luta desigual – entre a velha empresa artesanal e manufatureira versus a mecanizada –, no mesmo passo, os ramos mais acessíveis da indústria ficam abarrotados, reduzindo diretamente o preço da força de trabalho abaixo de seu valor (*ibid.*).

Então, essa massa supérflua tende a se inserir produtivamente em outros setores, mas com a situação de trabalho inferior à que tinham antes de serem redistribuídos. Para demonstrar essa tendência, Marx (1996b) acrescenta que:

[...] os trabalhadores deslocados pela maquinaria são jogados da oficina para o mercado de trabalho, aumentando o número de forças de trabalho já disponíveis para a exploração capitalista [...] os operários postos fora de um ramo da indústria podem, na verdade, procurar emprego em qualquer outro ramo. Se o encontram e, com isso, se recompõe o laço que havia entre eles e os meios de subsistência com eles liberados [...]. E mesmo então, quão limitada perspectiva têm eles! Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres-diabos têm tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados [...] Assim que a maquinaria libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, o pessoal de reserva também é redistribuído e absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais em grande parte decaem e perecem no período de transição (p.72).

A redução da massa de trabalhadores deslocada pela introdução da maquinaria pode, no entanto, ser compensada pela maior absorção de trabalhadores em outros ramos de produção. A massa de trabalhadores que encontra ocupação nestes outros setores depende, por sua vez, da composição orgânica de capital nestes mesmos setores.

Embora a maquinaria necessariamente desloque trabalhadores nos ramos de atividade em que é introduzida, pode, no entanto, suscitar aumento da ocupação em outros ramos [...]. Com a expansão do sistema fabril num ramo industrial, aumenta, portanto, inicialmente a produção em outros ramos que lhe fornecem seus meios de produção. Até que ponto cresce, em função disso, a massa de trabalhadores ocupados depende, dadas a duração da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho, da composição dos capitais aplicados, ou seja, da relação entre seus componentes constante e variável. Essa relação por sua vez varia muito com a amplitude com que a maquinaria já se apoderou ou se apodera desses mesmos ramos (*ibid.*, p.74).

A composição orgânica do capital, acha-se ainda constantemente modificada no sentido de aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável com os aperfeiçoamentos técnicos de produção tornados necessários também frequentemente devido à concorrência no mercado em cada vez mais setores produtivos da economia.

[...] com cada progresso do sistema de máquinas, cresce a parte constante do capital composta de maquinaria, matéria-prima etc., enquanto cai o capital variável, despendido em força de trabalho, e já se sabe também que em nenhum outro modo de produzir os aperfeiçoamentos são tão constantes e, por isso, a composição do capital global é tão variável (*ibid.*, p.80).

Segundo Marx (1996b), o avanço da base técnica provoca transformações nas relações de produção e esta, por sua vez, nas relações sociais. A revolução permanente das forças produtivas levada ao extremo pela grande indústria revoluciona igual e constantemente a divisão do trabalho no interior da sociedade e, com isso, retira a estabilidade de ocupação dos trabalhadores em um ramo de produção, deslocando-os de um lado para outro. A este respeito, o autor destaca que:

A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador. Por outro lado, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas [...] essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da classe trabalhadora, o mais desmesurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social (p.114-5).

A aplicação da maquinaria, de acordo com Marx (1996b), aumenta a exploração dos trabalhadores que encontram-se empregados por meio do prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites naturais e morais e baseados no ritmo incansável da máquina, ao mesmo tempo que libera um tanto de trabalhadores à própria sorte quando reduz a necessidade de trabalho vivo imediato empregado na produção material.

Se, portanto, a aplicação capitalista da maquinaria produz, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho, [...] ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente, compelida a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí o notável fenômeno na história da indústria moderna de que a máquina joga por terra todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (*ibid.*, p.39-41).

A contradição fundamental do modo de produção capitalista é que ao mesmo tempo em que ele está baseado na exploração da força de trabalho, sua ânsia obsessiva por aumentar a exploração leva a reduzir o montante de capital destinado à compra da força de trabalho e aumento do capital constante que, por si só, não produz mais-valia.

A mais-valia só se origina da parte variável do capital e vimos que a massa da mais-valia é determinada por dois fatores, a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados. Dada a duração da jornada de trabalho, a

taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. O número de trabalhadores simultaneamente ocupados depende, por sua vez, da proporção entre a parte variável do capital e a constante. Agora, é claro que a produção mecanizada, como quer que expanda, mediante o aumento da força produtiva do trabalho, o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, só alcança esse resultado ao diminuir o número de operários ocupados por dado capital. Ela transforma parte do capital, que antes era variável, isto é, que se convertia em força de trabalho viva, em maquinaria, portanto em capital constante, que não produz mais-valia [...]. Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (*ibid.*, *op. cit.*).

Outro efeito da produção mecanizada sobre o trabalhador é a intensificação do trabalho ditado pelo aumento da velocidade que surge a partir da instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada. O mecanismo pelo qual a maior intensidade de trabalho funciona como grau de condensação distingue-se dos métodos tradicionais de aumento da mais-valia relativa. Nesse contexto, Marx (1996b) salienta que,

[...] a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. Essa compressão de maior massa de trabalho em dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantum de trabalho. Ao lado da medida do tempo de trabalho como “grandeza extensiva”, surge agora a medida de seu grau de condensação (p.42-3).

Além de substituir a força de trabalho por forças mecânicas no processo de trabalho imediato e aumentar a exploração do trabalho pelo prolongamento e intensidade do trabalho, Marx (*ibid.*) ainda aponta que a produção mecanizada é responsável pelo rebaixamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho.

Tendo isto em vida, a reprodução ampliada do capital, a partir da década de 1970, explicitou o processo degenerativo das relações sociais burguesas e um desespero para a classe operária urbana na luta pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Agora, muito mais do que antes, a desnecessidade de trabalhadores no processo imediato de produção da riqueza se faz evidente. Um novo salto no desenvolvimento das forças produtivas, configurado na elevação da composição orgânica do capital, colocou em cheque a reprodução social de massas de trabalhadores.

Conforme o que já foi abordado, o modo de produção capitalista no processo de reprodução ampliada do capital e a partir dos mecanismos que lhes são intrínsecos produz, como resultado próprio a esse processo, um excedente de mão-de-obra que não consegue se inserir nos setores produtivos da economia, mas está em constante disposição das necessidades de reprodução do capital.

De acordo com Marx (1996b), à medida que o sistema capitalista se desenvolve e se torna mais moderno, utilizando tecnologias e métodos produtivos mais avançados, modifica-se a composição orgânica do capital, conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho, uma proporção cada vez menor de trabalhadores seria agregada ao processo produtivo, em relação a proporções crescentes de capital constante. Conforme destaca Marx:

[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho. [...] o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos (1996, p. 254).

Levando em conta a manutenção da taxa de crescimento da população que resulta, em cada período, na inclusão de contingentes populacionais no conjunto da população hábil ao trabalho, a tendência de elevação da produtividade no sistema capitalista, à medida que o próprio sistema se desenvolve, traz em si uma outra consequência, a ampliação do exército industrial de reserva.

Isso é evidenciado por Marx (*ibid.*) quando aponta que,

Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente (p. 260).

Assim, observa-se que o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado tornou-se característica do capitalismo. Marx (*ibid.*) conceituou fenômeno como a perpetuação de um exército industrial de reserva. Neste ponto o capitalismo se distingue dos demais modos de produção, porque desenvolveu as forças produtivas de tal forma a liberar o

homem do processo imediato de produção. Entretanto, sob as relações sociais burguesas isso se traduz em desemprego e exclusão social.

A *superpopulação relativa*, é entendida por Marx como parte da mão-de-obra não empregada que está permanentemente à disposição do capital e que, por isso, se submete a formas de trabalho extremamente precárias e vive sob condições espúrias e degradantes, é resultado do movimento cíclico e contraditório do capital: cíclico porque se estende a cada etapa do desenvolvimento das forças capitalistas, e contraditório porque é somente através da exploração do trabalho que o capital pode se reproduzir— ou, dito em outras palavras, apenas o trabalho vivo é que pode produzir mais-valia.

Para Marx, “a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (1996b, p.267).

A superpopulação relativa possui, contudo, três formas: líquida, latente e estagnada. Na forma líquida ou fluente, aparece como “trabalhadores [que] são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção” (MARX, 1996b, p. 271).

O exército industrial de reserva na forma latente corresponde aos trabalhadores que são desnecessários numa atividade e não veem a possibilidade de serem absorvidos por outros setores. Marx (*ibid.*) usa o exemplo de trabalhadores que são dispensados no campo, devido à modernização na agricultura, e não são adsorvidos pelo mercado de trabalho no meio urbano. E, nesta perspectiva, pontua:

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação de capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletário urbano ou manufatureiro (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola). Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo (*ibid.*, p. 272).

A terceira categoria da superpopulação relativa é a estagnada, que constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular, e proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital.

Essa categoria é caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Absorve ainda, continuamente, os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também de ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção mecanizada. (MARX, 1996b). Ademais, como caracteriza, Marx,

[...] o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes [...] Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho (p. 273).

Desse modo, a existência de uma superpopulação relativa é condição relevante para as próximas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso cria uma permanente disponibilidade de mão-de-obra a ser explorada pelo capital cada vez que há ampliação dos investimentos.

Tendo em vista a relação entre o movimento da acumulação capitalista e a sorte da população trabalhadora, Marx formula a lei absoluta geral da acumulação capitalista nos seguintes termos:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (*ibid.*, p. 274).

Em outros termos, o acúmulo de riqueza privada, de um lado, pressupõe, inevitavelmente, acúmulo de pobreza e miséria social, de outro.

2.2 Os efeitos da Terceira Revolução Industrial sobre o emprego

Segundo Singer (2006), as mutações recentes nas tecnologias de produção são caracterizadas pelo desenvolvimento da informática e robótica, denominado de Terceira Revolução Industrial (3ª R.I.) e traz consigo um acelerado aumento de produtividade do trabalho tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações.

A 3ª R.I., segundo Singer (2006), afeta profundamente os processos de trabalho e, expulsa da situação de emprego milhões de indivíduos, pois além de substituir o trabalho

humano pelo computador, transfere uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário.

Essas modificações, segundo este autor, acarretou em crise do desemprego em massa desde 1981 e acarretou uma mudança significativa na dinâmica social ao diminuir a categoria sócio ocupacional dos empregados de firmas particulares entre os anos de 1986-1990 (SINGER, 2006, p.15).

Estas consequências ainda não aprofundadas pela abertura do mercado interno às importações e concorrência com empresas estrangeiras, possibilitada pela globalização, ao fazer com que milhões de trabalhadores, que produziam o que depois passou a ser importado, percam seus empregos.

Singer relaciona “a abertura do mercado interno do Brasil à competição internacional, que começou em 1990 e se acelerou em 1994, com a exclusão do emprego formal” (*ibid.*, p. 115). As indústrias brasileiras que produziam utilizando largamente mão-de-obra como fator de produção passaram a perder na concorrência com indústrias mais produtivas do exterior.

Sem incorrer em alterações técnicas de produção, a solução nacional que se apresentou para garantir a competitividade foi o corte de custos do fator trabalho, resultando em novas formas de participação produtiva sem os encargos trabalhistas garantidos pela relação de assalariamento formal.

Destarte, Singer pontua que “a economia subterrânea está [pois] se expandindo na maioria dos países e apresenta um caráter como que epidêmico, na medida em que a liberalização comercial força muitas empresas a realizar cortes nos custos trabalhistas” (*ibid.*, p.114).

Para comprovar suas afirmações, Singer analisa a proporção dos trabalhadores informais e desempregados em relação à PEA na Grande São Paulo que: em 1989 era de 35,9%; 44,1% em 1993 e 44,8% em 1995. Analisa ainda a estrutura setorial da ocupação e do trabalho assalariado no período de 1985 – 93 na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

Baseado nisto, Singer (2006), aponta para a eliminação líquida de postos de trabalho acentuada na indústria de transformação e outras atividades (bancárias) decorrente da aplicação de inovações técnicas poupadoras de trabalho, além da pressão dos produtos importados que obriga a indústria nacional a cortar custos, o que se exprime em redução da mão-de-obra. Segundo ele,

[...] a abertura dos mercados não trouxe os efeitos benéficos sobre o trabalho [...] A liberalização comercial facilitou a importação de equipamentos que economizam

mão-de-obra. A maior parte do investimento industrial tem por objetivo aumentar a produtividade do trabalho, muito mais do que expandir o emprego (*ibid.*, p. 116).

Outra mudança apontada por Singer (2006) em consequência da Terceira Revolução Industrial é a substituição de trabalhadores assalariados por fornecedores de serviços contratados (terceirização) e por formas autônomas de ocupação na medida em que tendencialmente reduz-se o volume de trabalho assalariado formal empregado pelo capital. Verifica-se o fenômeno da terceirização quando as empresas passam a transformar uma parcela dos empregados em fornecedores autônomos de serviços.

Com respeito a este debate, Singer acentua que:

[...] a precarização do trabalho toma também a forma de relações informais ou incompletas de emprego [...] através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes [...] e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários, etc [...] (MATTOSO *apud* SINGER, 2006, p.25).

E, ainda,

[...] muitas atividades (aparentemente) desconectadas do grande capital monopolista passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção etc. O que transforma certo número de postos de trabalho de empregos formais em ocupações que deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais e de carregar os custos correspondentes (SINGER, 2006, p. 18).

A substituição do emprego formal por emprego informal, ou seja, sem registro, foi observada por Singer (*ibid.*, p. 45) segundo a evolução do número de empregados formais e informais em relação ao total de ocupações acompanhada pelo IBGE-PNAD e segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo referente à composição da força de trabalho ocupada de 1989 a 1993. Verificou-se que a composição da força de trabalho ocupada modificou-se acentuadamente no período. A parcela dos assalariados decresceu de 72% (1989) para 65,7% (1993). A parcela dos autônomos cresceu no mesmo período de 15,6% para 18,7%, bem como as porções de outras categorias que aumentaram em conjunto.

O autor citado apresenta o fenômeno da seguinte maneira:

A partir da década de 90 no Brasil observa-se processo de informalização e terceirização como tendência mundial resultante tanto do processo de abertura da economia nacional à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidos pela informatização. Como consequência, o emprego formal no Brasil começou a encolher, enquanto o emprego informal e o trabalho autônomo aceleraram o ritmo de seu crescimento (*ibid.*, p.110).

O rompimento com a relação formal de assalariamento pelos terceirizados, além de quebrar com garantias e direitos trabalhistas conquistados em lei, modifica o regime de pagamento por tempo para a forma de pagamento por produção. As atividades identificadas como “autônomas” e “informais” intensificam a produção da mais-valia social, ordenada por

“fios invisíveis” onde ocorre a predominância do salário por peça em relação ao salário por tempo. Nestes termos,

A precarização do trabalho tornou sem efeito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho, inclusive a que limita a jornada a 8 horas, determinando ainda descanso semanal e férias [...] Agora todos os ocupados por conta própria, reais ou formais, perderam estes direitos. Seus ganhos em geral se pautam não pelo tempo de trabalho dado, mas pelo montante de serviços prestados [salários por peça] Nesta situação, os trabalhadores por conta própria tendem a trabalhar cada vez mais na ânsia de ganhar o suficiente para sustentar o padrão usual de vida (*ibid.*, p. 29-30).

Este regime de pagamento favorece o aumento da exploração do trabalho pelo prolongamento da jornada e intensidade do trabalho porque quanto mais trabalham mais ganham, ao passo em que como empregados, eles trabalhavam certo número de horas, determinados por lei ou contrato. Além disso, estes trabalhadores por estar excluídos das relações formais, são

[...] impedidos de usufruir dos direitos legais garantidos apenas àqueles que pertencem à essas instituições [...] Empregados informais não têm acesso aos direitos assegurados pela legislação trabalhista, como a Previdência Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o direito de serem representados por um sindicato, horas-extras e vários outros [...] A exclusão do emprego formal, contudo, provavelmente é, em função de uma grande mudança estrutural em escala mundial, derivada da Terceira Revolução Industrial (*ibid.*, p.104-5).

Singer entende ser esta exclusão de uma crescente massa de trabalhadores no gozo de seus direitos legais o fator que caracteriza a precarização do trabalho na atualidade. Mas não somente isto, inclui também a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.

Mesmo advertindo que uma parte dos autônomos é constituída por profissionais bem pagos e admitindo que pode incorrer numa superestimação do número de trabalhadores precários, Singer faz uma simplificação da realidade e considera como tal todos os autônomos, assalariados informais e desempregados que em 1996 eram 41,85% da PEA. Segundo ele, “para todos os efeitos práticos estes números retratam o crescimento explosivo do que se poderia chamar um exército industrial de reserva” (*ibid.*, p.50).

Eles [os trabalhadores] estão sendo crescentemente precarizados [...] engajados como autônomos, avulsos, trabalhadores em tempo parcial ou por tempo limitado etc. Isso, quando a ocupação não for eliminada pelos progressos da informática e da telemática [...] as mudanças tecnológicas trazidas pela informática afetam em cheio os trabalhadores [...] A robotização, em particular, atingiu precisamente o trabalho repetitivo e rotineiro, que foi acelerado e tornado mais precisa mediante a substituição da mão humana pelos tentáculos dos autômatos programados. O efeito sobre a classe operária industrial tem sido devastador (*ibid.*, p. 27).

Diante de tal perspectiva, para Singer (2006), melhor do que a palavra desemprego, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo, pois novos postos de trabalho estão surgindo como, por exemplo, as ocupações por conta própria.

No entanto, a reprodução dos trabalhadores sob essas novas modalidades ocorre de maneira degenerada e em piores condições que a situação onde o assalariamento formal garantia direitos.

As mutações recentes no mercado de trabalho polarizam os trabalhadores entre uma minoria, que ocupa os lugares mais elevados da hierarquia ou detém qualificações raras que continuará usufruindo plenamente da condição de empregado. E a maioria que se divide em duas partes: uma terá um novo relacionamento com a empresa, como fornecedor eventual ou subcontratado, ou ainda como trabalhador temporário; a outra será descartada (SINGER, 2006, p. 138). Ainda em conformidade com o referido autor, o mesmo aponta que,

Se for verdadeira a hipótese de que [...] ele [o capital] prefere cada vez mais explorar o trabalho humano mediante compra de serviços em vez de contratar força de trabalho, as relações de produção essenciais do capitalismo estão sofrendo uma transformação radical. (*ibid.*, p.18)

O resultado dessas modificações, segundo Singer (2006), é que a correlação de forças entre compradores e vendedores de força de trabalho, tornou-se ainda mais favorável aos primeiros. A reestruturação da produção que se processou nas últimas décadas do século XX alterou a correlação de forças da luta de classes. O incremento da automação e a introdução de novos modelos gerenciais minaram a força da luta operária. No Brasil isso ocorreu muito intensamente na década de 1990. Florestan Fernandes (1997) assim discorre sobre esse dilema: “No presente, o capitalismo oligopolista vinculado à automatização e à administração informatizada aumentou, sob esse aspecto, o espaço da classe dominante e reduziu drasticamente a capacidade de iniciativa dos de baixo” (p. 253).

Para Singer, surge uma “nova pobreza” diferente da antiga fundamentalmente por sua origem. Trata-se de pessoas que perderam seus empregos para robôs. No Brasil, seu surgimento é recente e se manifesta por aumento do desemprego aberto (pessoas que buscavam trabalho no período do censo). O trabalho ao invés de um dever transformou-se em direito, e como ele não pode ser garantido a todos, tornou-se um privilégio. (SINGER, 2006, p.76).

O desassalariamento e a informalização dão o mesmo resultado para o capital: poupa-lhe os encargos trabalhistas. Seja como for, do ponto de vista dos trabalhadores, o efeito negativo decorre das duas mudanças, isto é, reduz-se o volume de trabalhadores regularmente empregados.

Singer (*ibid.*, p. 127) reconhece que a acumulação capitalista com a finalidade de aumentar a produtividade tem o efeito de realizar a mesma produção utilizando menor número

de empregados mediante o uso de tecnologia superior, resultando em contração do volume de empregos.

A abertura do mercado interno está forçando a indústria a acelerar ao máximo os investimentos para elevar a produtividade e desta forma competir com os produtos importados. O resultado tem sido um corte selvagem dos postos de trabalho das indústrias. A informalização bancária e a difusão do autosserviço nos estabelecimentos varejistas de grande porte também tem causado extensa eliminação de postos de trabalho (2006, p.129).

Diante dessa abordagem, percebe-se que o desenvolvimento das forças produtivas por meio da inovação tecnológica que poupa mão-de-obra está eliminando milhões de empregos com consequências desastrosas para a classe trabalhadora. A relação social de assalariamento então, entra em choque com o desenvolvimento das forças produtivas.

A demanda por trabalhadores está se contraindo em setores beneficiados por inovações tecnológicas, entre os quais se destaca a indústria, mas que incluem indubitavelmente boa parte do terciário. Os robôs, o computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adianta lamentar-se por eles. Estes ganhos de produtividade do trabalho beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso técnico para manter os seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato e melhor [...] (*ibid.*, p. 118).

Marx já destacava que o avanço das forças produtivas – do ponto de vista da produção, por si, não representam um problema para a sociedade. Entretanto, as relações de produção – do ponto de vista da distribuição do produto social com sua estreiteza, são seu “enclave”.

Há uma diferença fundamental entre a maquinaria em si e o uso capitalista da maquinaria. A primeira contém em si possibilidades para emancipação humana e superação do reino da necessidade, ao passo que na segunda estão presentes as contradições entre o livre desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção capitalistas.

É um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela “liberação” dos operários dos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera e deixa inalteradas as massas de meios de subsistência produzidos em outros ramos industriais. Tanto depois quanto antes de sua introdução, a sociedade possui, por conseguinte, tantos ou mais meios de subsistência para os trabalhadores deslocados [...] As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc. (MARX, 1996, p.73)

Dado que, por um lado, o trabalhador está despossuído tanto dos meios de subsistência quanto dos meios de produção para produzi-los e resta apenas a propriedade sobre sua capacidade de trabalho a ser vendida no mercado como meio de sobrevivência, e,

por outro, a atual fase do processo de produção capitalista caracterizado pela grande indústria incapaz de gerar postos de trabalho suficiente para toda população trabalhadora, que alternativas se apresenta a estes indivíduos impossibilitados reproduzir sua vida por meio do salário?

Este processo apresentou novos elementos da crítica material das relações sociais burguesas na cidade, como ocorreu a partir da década de 1960, no campo, com a modernização da agricultura brasileira. Tornou-se, portanto, cristalina, para uma imensa maioria da classe trabalhadora, a impossibilidade da luta por transformar-se em trabalhadores assalariados. O que restaria para a parcela desnecessária para as relações sociais burguesas de produção da existência humana?

3 A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO DESEMPREGO

A divulgação do tema e o seu desenvolvimento teórico se devem em grande medida a Paul Singer, quem primeiro empregou no Brasil a expressão economia solidária. Inicialmente, esse conceito delinea-se como um campo mais amplo do que as experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores, empresas de autogestão ou as cooperativas de produção agrícola do MST, mas as incluem.

O surgimento da economia solidária no Brasil é, de acordo com Singer (2003, p. 25) resultado de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa iniciada em 1981 e que se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Seu intenso crescimento está associado ao desemprego e à precarização do trabalho que exclui milhões de trabalhadores do mercado formal de trabalho e aumenta a exploração dos que permanecem incluídos.

3.1 O pensamento de Paul Singer: uma solução não-capitalista para o desemprego

A expressão *Economia Solidária* apareceu pela primeira vez no Brasil no ano de 1996, num artigo publicado por Paul Singer na revista Teoria & Debate do trimestre julho-setembro, sob o título *Desemprego: uma solução não capitalista*.

Após apontar para alguns limites das soluções tradicionais para o desemprego (formação profissional e o incentivo à criação de pequenos empreendimentos) e condenar “a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção [...] que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude” (SINGER, 2003, p.14), Singer busca outra solução “não capitalista” para o desemprego, que consiste basicamente na constituição de um setor econômico protegido. Conforme o que se segue:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Para criar esta oportunidade, é preciso constituir um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa (SINGER, ANO. p. 14).

Singer (2006, p. 56) tem como objetivo, “reverter a mudança estrutural, ensejando um novo ciclo de crescimento econômico”. Para isso, propõe a criação de novas empresas, fora dos circuitos do setor público ou do privado, partindo de iniciativas de governos

municipais em parceria com a sociedade civil. Mas, o desafio essencial está no campo institucional: “como gerar as formas de organização adequadas aos produtores potenciais – constituídos de autônomos, informais e desempregados – para que estes possam ativar sua capacidade de produção e colocar no mercado produtos que possam ser vendidos” (*ibid.*, p. 57). Pois,

Dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de as força de trabalho para ganhar a vida, mas não encontra quem a compre (*id.*, 2003, p.14).

Singer divide os trabalhadores em duas classes distintas: pequenos produtores de mercadorias, possuidores dos meios de produção individuais, e trabalhadores vendedores de sua força-de-trabalho como a única mercadoria que dispõem. Os excluídos de reprodução social por estes meios, seja pela venda do produto do trabalho individual ou pela venda da força de trabalho, constituem as pessoas que buscam na economia solidária uma forma alternativa de reprodução.

Essas iniciativas de economia solidária são todas de não-capitalistas, ou seja, pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas, mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida (*ibid.*, p.14).

Singer (2006, p. 57) pretende, então, “mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados, para que se disponham a empreender e desta forma gerem diversas formas organizacionais” e propõe que os governos municipais financiem

[...] a criação de novas empresas desenhadas deliberadamente para escapar do ambiente econômico adverso ao crescimento em que estão inseridas as empresas capitalistas normais, tais como: um sistema de cooperativas de produção e de consumo, formadas durante uma fase embrionária apenas por sob ou desempregados, que se constituiria numa unidade auto-suficiente de oferta e de demanda capaz de crescer sem invadir os mercados das empresas já em funcionamento (SINGER, *loc.cit.*)

Deseja colocar os excluídos do sistema capitalista em um circuito a parte onde possam por em atividade sua força-de-trabalho que foi descartada tanto pelas políticas neoliberais quanto pelas mudanças tecnológicas operadas na economia. Deseja mobilizar parcelas do exército industrial de reserva em novas formas de organização da produção.

Singer recorre à concepção estruturalista ao conceber o mercado como um jogo econômico que produz vencedores e perdedores e tem em vista que “as instituições de bem-estar social são indispensáveis à proteção dos perdedores e para proporcionar-lhes oportunidades, a fim de retornarem ao jogo do mercado com alguma chance” (SINGER, 2006, p. 59).

Singer situa o marxismo entre os estruturalistas, os quais “acentuam a incapacidade do capitalismo de engendrar um processo de inclusão social verdadeiramente para todos e enxergam os excluídos como vítimas da lógica do capitalismo ou do *laissez-faire*”, ao mesmo tempo em que “considera como dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo de diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades de trabalho, redistribuindo terras subutilizadas entre os camponeses, etc” como forma de “reduzir, com esperança de eliminar, a exclusão social” (*ibid.*, p. 62).

Ele afirma ainda que, no outro pólo, individualistas “ignoram a barreira representada pela falta de capital”. Para Singer, os pressupostos individualistas chegam mais perto da verdade no final do século XX e, diante do dilema entre liberdade de escolha e integração social, da impossibilidade de um arranjo social que elimine a exclusão social, a melhor alternativa seria minimizar a exclusão social (reformismo). (*ibid.*, p.77).

Para Singer a solução para a crise do desemprego é encontrada ao retirar a massa dos excluídos pelo capital do setor capitalista e criar um novo setor protegido com estes indivíduos. Ou seja,

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria composto por ex-desempregados que tenha um mercado protegido da competição externa para seus produtos [...] Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e consumo, à qual se associarão à massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto (SINGER, 2006, p.122).

As primeiras teses elaboradas por Singer foram publicadas no jornal Folha de São Paulo, em um artigo intitulado: “Economia solidária contra do desemprego”, de 11 de julho de 1996; onde, a partir da identificação de duas estratégias para a recuperação do emprego - a “macroeconômica” e a “microeconômica” -, Singer desenvolve a economia solidária como uma espécie de política pública, centrada no campo da microeconomia.

Constatando que não adianta proporcionar capital aos desempregados para que eles se auto empreguem em uma atividade por contra própria ou pequena empresa¹, Singer propõe inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado

¹ Singer define a expressão “pequena empresa” para o conjunto de formas organizacionais (microempresas, operação individual, autônoma, empresa familiar, cooperativa de produção, empresa comunitária) caracterizadas por capital inicial limitado compatível com poupanças familiares e financiamentos proporcionais a este montante de recursos próprios. Daí se desprende que são unidades produtivas que possuem essencialmente capital variável de força-de-trabalho e pouco capital constante, por conseguinte, baixa composição orgânica.

para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre seus integrantes.

Se valem da solidariedade para fazer frente à situação de exclusão e degeneração que se encontram; se unem por laços de solidariedade e ajuda mútua para resolver insegurança de sua reprodução ameaçada. Não recorrem mais a formas individuais de produção da existência, e sim por formas coletivas. “Quem se associa a uma empresa solidária entra numa união em que o seu destino individual se funde com o de seus companheiros” (SINGER, 2003, p.22).

Dado que estas empresas apresentam elevado grau de realimentação, mediante a compra de insumos e bens de consumo final, Singer (2006, p.121) acredita ser possível e desejável “organizar economias locais de razoável complexidade a partir da competição e da cooperação de grande número de pequenas empresas. Os complexos econômicos constituídos por pequenas empresas têm grande capacidade de crescimento, sobretudo se puderem se basear no mercado formado pelos seus próprios trabalhadores”.

[...] para cada pequena empresa que consegue um lugar no mercado, há um acréscimo correspondente da demanda, representado pela renda que a pequena empresa gera e faz com que seja gasta [...] A sua atividade geraria uma demanda adicional de mesmo valor que a oferta adicional de mercadorias que elas suscitam (*ibid.*, 120).

Deve-se, então, criar um mercado à parte a estas empresas, “estruturas organizacionais que ofereçam as pequenas empresas a proteção necessária para poderem se desenvolver”, pois “nos mercados dominados pelo capital, as pequenas empresas funcionam em geral como subsidiárias ou subcontratadas das grandes firmas” (*ibid.*, p. 122).

Singer propõe proteger as pequenas empresas da competição destruidora com empresas consolidadas no mercado, mais competitivas (protegida da concorrência da grande empresa capitalista), mas “competindo com as empresas dentro do setor para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos” (*ibid.*, p. 123).

Singer (2003, p.24) entende que a atuação isolada em mercados dominados por empresas capitalistas é a debilidade da economia solidária. Por isso, propõe “a construção de um setor integrado de empresas e instituições que se regem pelos princípios da economia solidária”. Para Singer,

[...] é possível organizar a produção em grande escala sem ser pelo molde do grande capital. Um exemplo clássico é a cooperativa de produção e consumo. De uma forma geral é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microempresa e oferecer a elas possibilidades de cooperação e intercâmbio que aumentem sua probabilidade de êxito. O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A ideia básica é assegurar a cada um mercado [...], de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc através da solidariedade entre produtores autônomos (2006, p.131).

Por um lado reforça “a luta pelo poder governamental para viabilizar a economia solidária como alternativa ao capitalismo” e, por outro lado, afirma que “sua integração num setor pode se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais. E que esta alternativa parece preferível, sobretudo, para preservar a autenticidade das organizações solidárias”. Mas, contraditoriamente afirma que:

[...] seria importante que a cooperativa de economia solidária constasse desde o início com o apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Este patrocínio conferirá à cooperativa o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados (SINGER, 2006, p.123).

Além desse mercado protegido, a economia solidária, ou a política pública de economia solidária, através de um Banco do Povo, deverá oferecer crédito - aos trabalhadores por conta própria que não têm propriedades para oferecer em garantia -, treinamento e assistência tecnológica, informações e orientações.

O compromisso básico dos cooperados seria o de dar preferência aos produtos da própria cooperativa no gasto da receita obtida da venda de seus produtos a outros cooperados. Para garantir esse compromisso, as transações entre cooperados deveriam ser feitas com moedas próprias [...] O uso dessa moeda dará a proteção de mercado que as pequenas empresas precisam para poder se viabilizar (SINGER, *op. cit.*).

O mercado protegido, dotado de uma moeda própria, seria suficiente, de acordo com Singer, para tornar viável “uma segunda acumulação de capital, que reintegre a massa de desempregados à vida econômica, desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego” (SINGER *apud* FARIA, 2011, p. 457).

Singer entende que o jogo competitivo capitalista tem um claro viés a favor do grande capital por usufruir de ganhos de escala, possuir acesso a novo capital e exercer influências sobre decisões de política econômica (2006, p. 125). Sendo assim, trata de buscar uma acumulação mínima com recursos de transferências sociais para subsistência do indivíduo a ser desviada para compra dos meios de produção essenciais para desempenhar a atividade.

Como os empreendimentos de economia solidária contam essencialmente de força-de-trabalho e vontade de superar a condição de exclusão em que os trabalhadores se encontram, a acumulação prévia de capital que trata Singer assume o “sentido vulgar de meios de produção e de subsistência produzidos antes que o trabalho em questão dê algum fruto” tais como:

[...] seguro desemprego e outras transferências que permitem a náufragos sociais [comparação com Robson Crusoe] recomeçar com um capital mínimo. Mas grande parte dos que não tem acesso aos meios de produção socialmente acumulados por firmas e governos, fica marginalizada em ociosidade ou semi-ociosidade [...] a falta de organizações de suporte à auto-acumulação explicam a grande e crescente proporção de pessoas aptas e desejosas de trabalho, que ficam relegadas ao limbo do desemprego (*ibid.*, p.126).

Para Singer,

[...] a acumulação autônoma é a única que se rege pela oferta de força de trabalho. [...] o setor autônomo – a produção simples de mercadorias – é a grande esperança para absorver produtivamente o contingente humano que o aumento de produtividade e a globalização vêm expulsando das empresas capitalistas. Os governos estão cada vez mais destinando recursos à reprofissionalização de desempregados e à provisão de capital inicial para que possam se estabelecer por conta própria. Esta opção é viabilizada pelo valor relativamente pequeno do capital necessário para gerar um posto de trabalho por conta própria (*ibid.*, p.129).

Assim, para remediar as consequências sociais da grande indústria (aumento de produtividade e globalização), Singer propõe o retorno à produção simples de mercadorias² com pequeno capital e abundância de força-de-trabalho disponível. Mas,

Infelizmente, as esperanças de que a produção simples de mercadorias possa absorver parcela significativa do desemprego tem sido frustradas. Os mercados em que os autônomos podem competir são poucos, limitados aos produtos que, por sua natureza [artesanal] não podem ser padronizados [e, portanto, não proporciona vantagens à produção em larga escala] (*ibid.*, p. 130).

A maior parte dos desempregados que tenta gerar renda pelo trabalho autônomo, ou fracassa e perde o capital inicial que investiu, ou fica na penumbra.

A fragilidade da produção autônoma reside em sua pequenez e isolamento. O fato de ser autônoma já implica dimensões reduzidas e inter-relacionamento apenas mediante intercâmbio de mercado. Este caráter da produção autônoma restringe brutalmente o acesso a tecnologias que exigem mais investimento e mais produção [...] (*ibid.*, p.131).

No artigo “Autogestão contra o desemprego”, de 22 de julho de 1996, também publicado na Folha de São Paulo, Singer trata especificamente desse “novo experimento social” em curso no Brasil: as empresas falidas que estão “operando em regime de autogestão ou cogestão”. Naquele momento, contando-se “mais de uma dezena” de experiências, afirma Singer que “o surpreendente é que os operários, sem experiência administrativa e sem conhecimentos especializados, tiveram êxito onde o capital privado fracassara”. As cooperativas (de produção, consumo ou crédito), ao lado das associações mutualistas de seguros e saúde, “constituem componentes de um modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade” (SINGER, 1996).

² Para Singer (2003, p.11) “há diversas maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços”. Na produção simples de mercadorias, os agentes são os possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e, portanto, também dos produtos de sua atividade, que eles intercambiam em mercados. O agente é neste modo de produção quase sempre uma família ou um domicílio. A agricultura familiar, o artesanato e o pequeno comércio são exemplos de atividades integrantes deste modo de produção.

Nesses artigos Singer articula duas perspectivas para a questão do desemprego: a primeira, busca uma forma alternativa de inclusão para o desempregado atomizado através de políticas públicas que auxiliem e financiem o autoemprego ou pequenos empreendimentos, tendo em vista que esses pequenos negócios poderiam estabelecer entre si formas de ajuda mútua, de compras mútuas ou solidárias, para conferir-lhes alguma estabilidade nos momentos iniciais; A segunda perspectiva contempla as empresas recuperadas pelos trabalhadores, cooperativas ou autogestionárias com o respectivo apoio do poder público.

Para ambas, contudo, a economia solidária seria uma espécie de economia protegida, combinando múltiplas experiências de cooperação e solidariedade, impulsionada pelo poder público como política de combate ao desemprego.

O tratamento em separado desses temas antecipa o desenvolvimento que os dois campos de práticas verificaram no Brasil, o da autogestão e o da economia solidária. Essa distinção, contudo, entre as ações articuladas por esse novo campo econômico (um setor econômico criado e protegido pelo Estado) e as experiências de autogestão (em especial as fábricas recuperadas) foi anulada com o desenvolvimento posterior, e a própria ação prática de Singer no interior das instituições que representam as experiências existentes no Brasil, as quais trataram de realizar a aproximação entre os dois campos, e a expressão economia solidária projetou-se incorporando o cooperativismo de resistência e a autogestão.

Singer tornou-se a grande referência neste campo teórico no Brasil, contribuindo decisivamente para a conquista do espaço social que a economia solidária e o debate destas questões ocupam atualmente em múltiplos setores. Além disso, Singer colocou novamente em discussão as relações entre cooperativismo e socialismo, e com isso lançou o debate para além das alternativas de tratamento do problema do desemprego provocado pela crise do capitalismo.

O tema da economia solidária ganha contorno no debate a respeito das alternativas ao modo de produção capitalista, dentro de uma perspectiva de que a produção social não encontra no modo de produção capitalista sua configuração última ou definitiva. As atuais experiências dos trabalhadores associados relaciona-se, portanto, com a temática de transição para o socialismo.

Singer se engaja, então, na luta pela construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas, mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e exploração. A produção, o intercâmbio e o consumo solidários configuram para Singer (2003), um específico modo de produção que surge como alternativo ao capitalista.

Dessa forma, a coexistência de modos de produção distintos se configura como importante elemento de sua perspectiva.

O sistema capitalista engloba diversos modos de produção além do capitalista. Nele atuam, lado a lado, trabalhadores por conta própria que formam a produção simples de mercadorias, empresas públicas e privadas sem fins lucrativos, produção para auto-subsistência nos lares e cooperativas autogestionárias, que constituem um embrião ou ‘implante’ socialista. O sistema é capitalista porque o modo de produção capitalista é econômica e socialmente predominante. Os outros modos de produção se submetem e se adaptam à superestrutura legal e política que fundamenta a hegemonia capitalista (SINGER; MACHADO, 2000 *apud* SOUZA, 2008).

Singer entende que da economia solidária poderia germinar um novo modo de produção:

A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas que combinam o melhor atendimento ao consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – elas certamente serão muito diferentes da empresa capitalista – haverá boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (SINGER, 1996, p. 125).

Segundo Gaiger (2003, p. 181),

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral.

Por almejar ser uma alternativa à relação social capitalista, sua organização é permanentemente desafiada a não reproduzir as relações próprias do regime de trabalho assalariado, na perspectiva geral a constituição de uma forma de trabalho distinta da empresa capitalista. A negação do trabalho assalariado, ou seja, da conversão da força de trabalho em mercadoria para o capital e, com efeito, do trabalho em instrumento de exploração do próprio trabalhador, é o desafio mais imediato e, ao mesmo tempo, permanente. Conforme Icaza e Tiriba (2003, p. 105):

Independente do número de trabalhadores ou da capacidade produtiva da unidade econômica, o que diferencia a economia popular de outros setores da economia é, dentre outros, a negação do emprego da força de trabalho como mercadoria – mercadoria que, como sinalizou Marx, é a única capaz de produzir mais valores que o valor investido pelo capitalista.

Segundo Paul Singer (1999; 2000), as experiências da Economia Solidária, especialmente as cooperativas, são embriões de formas socialistas de produção nos interstícios do grande capital, que se aproveitam das mudanças nas relações de produção provocadas pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção a base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, tornando-se uma “alternativa superior ao capitalismo, no sentido mais amplo da vida [...] como uma nova

sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (2002, p.115).

A economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos (SINGER; SOUZA, 2000, p.13).

Singer ressalta o caráter histórico da economia solidária, ao defini-la como “criação, em processo contínuo, de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (2003, p.14). Para ele, assim como houve uma revolução social capitalista durante séculos, até que relações econômicas e ideológicas capitalistas se tornassem dominantes, há uma potencial revolução social socialista em curso – conforme sua ênfase na concepção de revolução social enquanto processo lento de mudanças sociais profundas, que ele distingue da concepção de revolução política.

Para Singer (1999), a revolução social socialista estaria em construção há aproximadamente dois séculos, tendo começado na Grã-Bretanha com a introdução de instituições anti-capitalistas (sufrágio universal, sindicatos, legislação trabalhista e sistema de seguridade social, além das cooperativas) que, embora sempre passíveis de cooptação por parte da sociedade burguesa, seriam “implantes socialistas dentro do capitalismo”.

Esses implantes podem germinar e levar a cabo a revolução, efetivando-a como o modo de produção dominante frente a outros que lhe são simultaneamente concorrentes, na passagem de uma formação social à outra. A economia solidária constitui um modo de produção que,

[...] ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (SINGER, 2002a, p.86).

Por enquanto, mesmo sendo uma alternativa em construção, o cooperativismo e as experiências de economia solidária e social podem ser desenvolvidas no interior do capitalismo, sem colocá-lo em questão.

Para Singer, a economia socialista não pode prescindir do mercado, embora deva lhe atribuir outro caráter. O mercado é necessário “porque é a forma que conhecemos que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se apossa da

economia.” Ou ainda porque são “essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e como consumidor.” Daí a formulação de um “mercado socialista”, que “não é matriz de acumulação de capital privado” (SINGER, 2003, p. 38-9). O que se está falando, portanto, quando define-se o cooperativismo como implante socialista, é que são os embriões de um “socialismo de mercado”.

Trata-se de um socialismo que preserva o mercado, supera o capitalismo, funde capital e trabalho ao transformar todos em trabalhadores através da socialização da propriedade (privada dos trabalhadores e não de toda riqueza social), e preserva o Estado para realizar as políticas redistributivas da renda solidariamente produzida. Em suas palavras,

A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002b, p. 10).

Essa definição pode avançar para propor a própria superação das classes no interior das empresas inseridas na economia solidária, visto que “o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa” (2002a, p. 83).

Paul Singer entendia que as condições de trabalho, sendo melhores nas cooperativas, deveriam permitir aos trabalhadores se “autoexplorarem menos” por possuírem a capacidade “de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho” (2003, p. 17). Para ele,

[...] se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista, os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos, além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva (*ibid., op. cit.*).

Um argumento utilizado por Singer na defesa da economia solidária é que “ocorre uma melhora das condições de trabalho para os cooperados” e que seu “fortalecimento [...] reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva” (*ibid.*, p. 18).

Singer (2003) apontava para duas tendências prováveis das cooperativas e grupos de produção associada: 1) a maioria sobrevive por anos, apesar da extrema debilidade das bases de sustentação; 2) a maioria depende muito do apoio das entidades que as gestaram e continuam as acompanhando.

Contudo, não aceita a tese de degeneração da forma cooperativa de produção porque não enxerga outra saída atualmente para os trabalhadores. “[...] a cooperativa se dissolve [...] Neste caso, que alternativas restam aos trabalhadores? Ficarem desempregados, eventualmente sobreviverem de bicos ou voltarem a trabalhar para capitalistas em condições evidentemente piores do que as da ‘auto-exploração’ na cooperativa” (*ibid.*, p. 17).

Se estas experiências, por um lado, não superam o capital e estão “destinadas a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes”, por outro, pelo menos, tem um caráter pedagógico da prática da autogestão, pois “o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona” (2003, p. 18). Singer afirma que:

[...] este é provavelmente o principal papel da economia solidária na luta pelo socialismo. A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político de socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova (*ibid.*, p.28).

3.2 A incorporação da economia solidária dentro das ações dos sindicatos, do estado e da sociedade civil organizada

Nesta seção será apresentado como a proposta da economia solidária enquanto alternativa para geração de emprego e renda em contexto de diminuição dos postos formais de trabalho surgiu e foi reconhecida e incorporada dentro do conjunto de ações sindicais, governamentais e pela sociedade civil organizada, diante da insuficiência das políticas de trabalho e emprego clássicas em resolver o problema social do desemprego.

A questão é relevante à medida que as cooperativas de produção – principal forma econômica assumida pela economia solidária, pelo menos até o início da década de 90 – eram, de forma geral, descartadas pelo sindicalismo devido, sobretudo, a integração do movimento cooperativista aos princípios e valores do capitalismo, ainda que vários sindicatos mantivessem, conforme Faria (2011, p. 413), “formas mutualistas e cooperativistas nas atividades de serviço assistencial oferecidos para o quadro de associados”.

Faria (*op. cit.*) complementa que as experiências de cooperativas desenvolvidas por grupos de esquerda vinculados às lutas das oposições sindicais, eram uma forma de resistência e organização da classe – sobretudo em São Paulo nas décadas de 70 e 80 –, ainda afetadas pela acusação de serem reformistas ante ao desemprego, proveniente de outras

organizações de esquerda, além das dificuldades provenientes da falta de financiamento e da própria crise econômica (NASCIMENTO, 1999, p. 104).

Segundo Faria (2011), contudo, a partir da década de 90 que o cooperativismo e a autogestão são incorporados como temáticas do movimento sindical e como forma de resistência ao processo de exclusão social e ao desemprego, tratados nos capítulos anteriores deste trabalho. O que indica, portanto, um ponto de inflexão importante no posicionamento destas instituições em relação ao reconhecimento, aceitação e prescrição das práticas associativas.

Esse debate ganha fôlego na segunda metade da década de 90 com o aparecimento da expressão economia solidária, que além de uma estratégia para a construção de alternativas no campo da produção, distribuição e crédito, é incorporado no âmbito da elaboração de um novo projeto de desenvolvimento (FARIA, 2011, p. 414).

A primeira referência às experiências de cooperativas e à autogestão aparece nas Resoluções do V Concut, Congresso Nacional da Central Única de Trabalhadores - CUT realizado em maio de 1994. A ênfase é dada às Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs). (FARIA, 2011, p. 464). As resoluções do V Concut apresentam um diagnóstico das OLTs no Brasil, e indicam para a necessidade de respeitar as “culturas organizativas” das diferentes categorias, ainda reconhecem a autonomia das OLTs em relação ao sindicato e também apontam para a sua importância enquanto organismos que podem canalizar e fortalecer os “conflitos de baixa intensidade, que corrói as fundações do sistema” (CUT, 1994, p. 61-4).

Ainda nesta resolução (CUT, 1994), as OLTs representavam uma conquista e ampliação da democracia na empresa, pois, além de negar o monopólio da representação sindical, aprofundava a discussão sobre os processos de autodeterminação e autonomia dos trabalhadores até o tema da autogestão socialista dos meios de produção.

No entanto, as respostas iniciais à reestruturação produtiva, segundo a resolução do Concut (*ibid.*) tanto nas câmaras setoriais, quanto nas empresas autogestionárias, não davam base suficiente para uma resposta global frente aos impactos do ajuste da classe trabalhadora. É necessário um programa de geração de renda pautado em “políticas que ajudem os pequenos produtores, artesãos, trabalhadores autônomos, entre outros, a desenvolver atividades geradores de renda sob formas associativas (cooperativas, mutirões, etc.)” (*ibid.*, p. 11).

De acordo com Faria (2011), a primeira iniciativa dos sindicatos da CUT para um debate aprofundado sobre a recuperação de empresas deu-se no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1994 no “Seminário Autogestão: a realização de um sonho”. Ao mesmo passo, o III Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNM/CUT, no município de Águas de

Lindoia/SP em agosto de 1995, aprova uma resolução sobre Autogestão, que menciona experiências de recuperação de empresas em sistema de autogestão.

A dificuldade dos sindicatos em como se relacionar com este tipo de empresa autogestionada leva à decisão de se realizar um seminário sobre o tema no congresso seguinte. Em junho de 1998, então, o tema já aparece incorporado no campo estratégico do CNM/CUT, com uma resolução agora sob a expressão “Cooperativas”. Dentre as considerações mais importantes destacam-se:

[Considerando:] Que no Brasil, o cooperativismo tem-se expandido intensamente [...]; Que essa expansão precisa ser estimulada e valorizada em termos estratégicos pela CUT, inclusive pelo fato de as cooperativas de trabalhadores representarem uma forma concreta de organizar a produção e distribuição de bens em oposição aos fundamentos da economia capitalista, apoiada na exploração da mais-valia e na maximização do lucro burguês;

Que cresce na classe trabalhadora, após a queda do Muro de Berlim, o consenso de que a economia socialista pela qual lutamos não deve ser concebida exclusivamente como produção estatal e centralmente planejada, havendo necessidade de se articularem outras modalidades de organização produtiva, entre as quais as cooperativas ocupam lugar destacado (CNM/CUT, 1998).

Esta resolução (*ibid.*) ainda menciona ainda a existência da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, e define a necessidade de ampliação da discussão no interior da CUT, bem como a formulação urgente de “propostas estratégicas de desenvolvimento das cooperativas como instrumentos de organização, produção e de luta da classe trabalhadora brasileira” (*ibid.* p. 75-7), entre outras questões como a formação em cooperativismo, realização de intercâmbio de experiências com outros países etc. (FARIA, 2011).

A partir deste momento, então, o desenvolvimento das experiências de cooperativas oriundas de fábricas falidas inserem-se oficialmente como estratégia dos metalúrgicos, o que de fato já vinha se dando na prática.

A iniciativa acontece primariamente por parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que põe o tema em prática a partir das experiências realizadas na base desse sindicato, em especial o da empresa Conforja que, segundo Oda (2003), após a falência, deu lugar a quatro cooperativas e um organismo de segundo grau que as unifica, a Uniforja (Diadema/SP). O Sindicato dos Metalúrgicos cria ainda, em 1999, com a participação do Sindicato dos Químicos do ABC, a UNISOL Cooperativas (União e Solidariedade), com a missão de organizar e representar essas iniciativas (ODA, 2003 *apud* FARIA, 2011, p. 469).

A partir do II Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, realizado em 1996, definiu-se pela alteração do estatuto para possibilitar a sindicalização dos trabalhadores em cooperativas do ramo metalúrgico, ao mesmo tempo em que, no campo das ações de combate ao desemprego, apontava-se para a criação de

“cooperativas, autogestão, cogestão e outras modalidades criativas que garantam a manutenção dos postos de trabalho” (*ibid.*, *op.cit.*).

Essa resolução era amparada por um diagnóstico das mudanças sofridas na região do ABC paulista. Essa região foi afetada pelo fechamento de empresas, deslocamento das unidades produtivas para outras regiões, e reestruturação produtiva, o que gerou – mais imediatamente, conforme Oda (2003, p. 94), o crescimento do trabalho informal e a redução de 100 mil postos de trabalho na região na primeira metade da década de 90. É nesse quadro que se desenvolve na região do ABC paulista uma nova estratégia de recuperação de empresas sob a forma de cooperativa.

A Unisol – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, assim, nasce já inserida na perspectiva da economia solidária, tendo como objetivo principal “reunir as cooperativas constituídas no estado de São Paulo com a finalidade de obter unidade de ação visando ao seu fortalecimento, bem como ao desenvolvimento socioeconômico de seus membros” (*ibid.*, p.102).

Para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a criação da Unisol coloca-se, portanto, numa estratégia que visa combater o desemprego através do desenvolvimento de experiências cooperativas, criando ou mantendo postos de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que investe para ampliar a participação do movimento sindical no campo da economia solidária.

Trata-se, além disso, de combinar o combate às cooperativas “gato” – aquelas que se utilizam da forma cooperativa para precarizar as relações de trabalho -, e de incentivar as cooperativas que denominam “genuínas” ou “autênticas”. Além disso, o Sindicato acredita estar resgatando essa relação histórica com as cooperativas, organismos criados pelos trabalhadores para defesa dos seus interesses e luta contra esse modo de produção (FARIA, 2011, p. 472).

No interior da CUT, os debates sobre a autogestão e o cooperativismo se perfaz até o final de 1998, momento em que Executiva Nacional delibera pela criação de um Grupo de Trabalho – GT que tem a incumbência de dar início à formulação de uma “política para a economia solidária”. O resultado desse GT é o surgimento em 1999 do “Projeto de desenvolvimento solidário da CUT”, que tem como parceiros institucionais a ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda), RABOBANK (Banco da Central de Cooperativas Holandês), o ISS (Instituto de Estudos Sociais, com sede em Haia – Holanda), a UNITRABALHO (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (FARIA, 2011; CUT, 1999b).

Ainda em 1999, realizaram-se seminários regionais e um seminário nacional para discussão do tema, o que levou à criação da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT. Seu desenvolvimento se deu enquanto projeto estratégico “para a geração de novas oportunidades de trabalho e para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável e social” (CUT, 1999c, p. 3).

A recuperação de empresas falidas e o movimento da economia solidária é, assim, integrado por esse campo do sindicalismo no interior de um “modelo alternativo de desenvolvimento”. Segundo o Projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT (1999a, p.8),

A geração de trabalho e a inserção social devem ser integradas a uma forma de promover o desenvolvimento. Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho passa por políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego e novas formas de ocupação, mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição da riqueza.

Isso indica para uma participação efetiva dos sindicatos no campo da organização econômica e possibilita uma visão integral do desenvolvimento e suas possibilidades alternativas. É, assim, então, que interagem ações políticas e econômicas desenvolvidas dentro dos sindicatos, aorganizadas economicamente através de formas coletivas de produção, com destaque para as cooperativas. (*ibid.*, p. 9). O campo da atuação sindical se amplia, e estende-se no sentido de criação de formas de organização econômica e elaboração de alternativas de desenvolvimento efetivas, o que reflete também um processo de redefinição da estratégia política no interior da própria CUT:

As repercussões da crise econômica e da reestruturação produtiva nas organizações tradicionais de classe, [...] num mundo do trabalho com agudas transformações, impulsionaram esse processo de redefinição estratégica, na sequência do que se denominou “sindicato cidadão”, cujo raio de ação deveria ultrapassar os limites corporativos e avançar para ações conjuntas no âmbito do Estado, das políticas públicas e da organização dos desempregados, buscando nesse processo a construção de alianças com os demais movimentos sociais (CUT, 1997 *apud* FARIA, 2011, p.490).

Partindo desta necessidade, surge a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT e traz consigo um programa bastante amplo no campo da economia solidária, envolvendo ações de crédito solidário, educação, pesquisa e incubação e formação de redes de economia solidária. A Agência já nasce com um programa e uma estrutura de apoio e fomento.

O objetivo geral da ADS/CUT é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável (CUT, 1999c).

As parcerias realizadas para a implementação da Agência, são reafirmadas no âmbito da CUT, tanto nacional (Unitrabalho e Dieese) como internacionalmente (Rabobank, Icco, ISS e Agriterra, todas holandesas), bem como são especificados programas como: crédito solidário, educação, pesquisa, incubação e formação de redes de economia solidária. Essa estratégia e definições são homologadas no VII Congresso Nacional da CUT, quando o projeto é incluído no âmbito da estratégia política da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2000).

A ADS surge, entretanto, descolada de experiências concretas, cujo envolvimento possivelmente produziria objetivos mais efetivos, tangíveis e direcionados para as necessidades imediatas vivenciadas pelos trabalhadores nessas experiências. Comparativamente ao processo que deu origem a Unisol dos metalúrgicos do ABC, que partiu da reunião das experiências existentes na sua base de atuação, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, afirma Faria (2011, p. 337), “surge como um ‘corpo sem alma’, com estruturas e diretrizes não ancoradas em processos ativos de organização econômica dos trabalhadores”. Assim, o desenvolvimento das ações da ADS parecem distanciar-se de uma perspectiva de organização da classe trabalhadora, como forma de resistência e luta contra esse modo de produção.

4 A CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tendo em vista que a emergência desse conjunto de experiências que se norteiam segundo princípios autogestionários, principalmente a partir do final dos anos 1980, reacendeu o debate a respeito das alternativas ao modo de produção capitalista, buscarei, portanto, resgatar as formulações de Marx e Engels sobre o cooperativismo e as fábricas recuperadas por trabalhadores no século XIX como espaço transitório entre o modo de produção capitalista e o modo associado.

Analisaremos, portanto, o cooperativismo tendo por base o modo de produção capitalista e seu caráter histórico, portanto, transitório. O eixo investigativo passará pelo estudo da interpretação da concepção de Marx a respeito das possibilidades e limites que as experiências cooperativas representam no sentido de superação das relações de produção capitalista. Identificaremos os elementos encontrados por estes e outros autores que possam nos indicar os elementos transitórios de superação do modo de produção capitalista nestes experimentos.

Será explorado o que Marx diz a respeito do desenvolvimento e contradições do modo de produção capitalista no contexto da relação contraditória existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, das quais a principal seja o assalariamento e sua concepção de trabalho associado.

As concepções marxianas contará ainda com contribuições como a de Tonet (2005) e de Dal Ri (2008). Também destaca-se a concepção de fábrica cooperativa como empreendimento portador de características distintas das demais formas de cooperativas, observada por Germer (2007).

4.1 O trabalho associado em Karl Marx

Os indivíduos ao produzirem seus meios de vida desenvolvem e utilizam forças produtivas organizando-se em determinadas relações de produção, que, em seu conjunto, correspondem a um modo de produção determinado. A manutenção da vida em sociedade, bem como o conhecimento sobre ela, depende e se relaciona com as forças produtivas que os homens desenvolvem e das correspondentes relações sociais requeridas para por em movimento àquelas forças e, assim, produzir os meios materiais necessários à sua existência.

O modo de produção é a forma como a sociedade produz sua existência, e/ou ainda, é a reprodução das condições materiais de sua própria existência. É histórico, pois nasce de determinadas condições criadas pelo desenvolvimento social, e finda quando as mesmas se precipitam.

O modo de produção caracteriza-se pelas relações de produção erguidas sob seu domínio, relações que, por sua vez, mantêm correspondência com o estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas materiais. No entanto, o desenvolvimento das forças produtivas não é automaticamente acompanhado pelas relações de produção. E esse descompasso faz com que as relações de produção se constituam em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas.

Tendo isto em vista, Marx e Engels interessaram-se pelo cooperativismo na medida em que representava a emergência de elementos de uma nova estrutura social em gestação, entendendo o capitalismo como modo de produção em processo histórico de desenvolvimento na direção da sua superação.

Ao relacionar o cooperativismo com as contradições do modo de produção capitalista, Marx tem por horizonte a questão da transição do modo de produção capitalista ao modo de produção associado ou comunista, isto é, seu pano de fundo é a reprodução de uma forma social determinada historicamente e, nessa sua qualidade histórica, é tão transitória como qualquer outra forma já existente.

Assim como o desenvolvimento das condições gerais para a expansão do modo de produção capitalista efetivou-se no interior da formação social precedente, paulatinamente e explorando as brechas que surgem da própria decadência dos modos de produção anteriores, o novo modo de produção só pode nascer a partir do velho, porém, em suas entranhas.

A noção sobre a sucessão temporal dos modos de produção em Marx, foi muito bem esclarecida por Marilena Chauí na distinção entre devir e desenvolvimento histórico.

O conceito de modo de produção esclarece uma distinção que opera no tratamento dado por Marx à história: a distinção entre devir e desenvolvimento. O devir é a sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão repostas pelo o novo modo. O desenvolvimento é o movimento interno de um modo de produção para repor seu pressuposto, transformando-o em algo posto; refere-se, portanto, a uma forma histórica particular, ou melhor, é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor internamente e por inteiro o seu pressuposto. Uma forma histórica está desenvolvida quando se tornou capaz de transformar num momento interior a si aquilo que, no início, lhe era exterior, proveniente de uma forma histórica anterior, ou seja, quando realiza uma reflexão, de tal maneira que a exterioridade é negada como exterioridade para ser posta como interioridade na nova formação social (CHAUI, 2007, p.2).

O tratamento dispensado por Marx a respeito da questão da transição e sucessão entre os modos de produção na história é, portanto, tanto contrária ao pensamento de Singer quanto a coexistência de diversos modos de produção coexistindo um ao lado do outro, quanto contrária às propostas precedentes que tratavam a nova sociedade como modelo.

Ao contrário de Singer, [Marx] não as erige [as cooperativas] em representantes imediatos de um novo modo de produção, uma vez que não concebe este como um corpo estranho que se expande gradualmente ao lado do modo de produção dominante, como parece ocorrer na confusa exposição de Singer. O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente, na forma de mudanças qualitativas em aspectos essenciais deste, transfigurando-o crescentemente, até o momento da ruptura. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo, mas ainda não é o novo (GERMER, 2007, p. 67).

Ou ainda como afirma Hobsbawn (1983):

Entre outras coisas, diferentemente dos socialistas que o tinham precedido, – para os quais a nova sociedade era algo concluído em si mesmo, que devia ser constituída de forma definitiva segundo o modelo previamente escolhido, – para Marx também a sociedade futura continua a se desenvolver historicamente, de modo que dela só se podem prever os princípios e as linhas gerais, deixando de lado os projetos detalhados (p. 63).

Segundo a concepção materialista da história, a transição entre um modo de produção e outro surge do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Da mesma forma que o capitalismo entrou em choque com as relações feudais, a forma de organização superior baseadas nas novas forças produtivas também se chocará com as relações sociais burguesas de produção. Segundo Engels, na parte III “Do socialismo utópico ao socialismo científico”:

[...] do mesmo modo que em seu tempo a manufatura e o artesanato, que continuava desenvolvendo-se sob sua influência, se chocavam com os entraves feudais das corporações, a grande indústria, ao chegar a um nível de desenvolvimento mais alto, já não cabe no estreito marco em que é contida pelo modo de produção capitalista. As novas forças produtivas transbordam já da forma burguesa em que são exploradas, e esse conflito entre as forças produtivas e o modo de produção não é precisamente nascido na cabeça do homem (ENGELS, 1880).

Marx deu tratamento mais específico a questão da transição na Crítica ao Programa de Gotha, sendo o modo de produção capitalista a fase inicial, a qual precede e prepara o terreno para a fase superior, o modo associado ou comunista. Na transição os defeitos próprios da velha sociedade ainda estão presentes, segundo Marx (1961, p. 216), os defeitos “(...) são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista depois de um longo e doloroso parto”.

Como todo modo de produção novo nasce no interior do antigo, a fase de transição deve necessariamente caracterizar-se pelo surgimento de formas contraditórias, das quais as fábricas-cooperativa são exemplos de um espaço contraditório de práticas que

apontam, em germe, para a superação desse modo de produção e, ao mesmo tempo, para a reprodução das relações sociais do capital em novas bases.

Para Marx e Engels, a fábrica-cooperativa indicava a superação positiva da propriedade privada, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração e que os trabalhadores sejam explorados agora por eles mesmos em vez de por capitalistas. Nas palavras de Marx:

As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 1991, p. 509).

Dado que o fenômeno recente têm características múltiplas e heterogêneas, em setores econômicos distintos, organizados sob diversas formas institucionais, ressalta-se, a distinção feita por Germer entre as fábricas-cooperativas e as outras cooperativas, com vistas a ressaltar que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a base material e a condição objetiva de existência do novo modo de produção.

Distinguiremos as fábricas-cooperativas, enquanto cooperativas de produção, no que diz respeito ao seu significado histórico, de outras cooperativas, também de produção, mas que reúnem pequenos produtores autônomos em decadência, de que são exemplos as cooperativas de artesãos. A diferença fundamental é que as primeiras ilustram um processo de tomada, pelos trabalhadores, de unidades de produção tecnicamente avançadas, que constituem o resultado do desenvolvimento capitalista e o ponto de partida do socialismo, ao passo que as últimas nada mais são do que esquemas paliativos destinados a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes (GERMER, 2006, p. 205-6).

As fábricas-cooperativas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das suas correspondentes formas sociais de produção, de um modo de produção desenvolve-se um novo modo de produção. Segundo Marx, as forças produtivas, ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, se chocam com as relações de produção existente. Estas relações passam a ser obstáculos para o desenvolvimento das forças produtivas e abre-se uma época de revolução social.

[...] Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura [...] Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução (MARX, 1859).

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, a base material e condição objetiva de existência do novo modo de produção, ao contrário da época em que se situavam as teorias utópicas dos primeiros socialistas, está posto na atualidade.

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só pode ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento (Marx, 1996a, p. 205).

[...] este desenvolvimento das forças produtivas (com o qual já está dada, simultaneamente, a existência empírica concreta dos homens a nível histórico-mundial, em vez de a nível local) é também uma premissa prática absolutamente necessária porque sem ele só a penúria se generaliza, e, portanto, com a miséria também teria de recomeçar a luta pelo necessário e de se produzir de novo toda a velha porcaria (MARX, 1845).

O desenvolvimento das forças produtivas como premissa prática para a superação da sociedade burguesa e condição da sociedade dos homens livremente associados também foi tratado por Ivo Tonet como objetividade para efetivação da subjetividade.

Subjetividade e objetividade são dois momentos, com o mesmo estatuto ontológico, que compõe o ato modelar da práxis social que é o trabalho. Da síntese desses dois momentos é que surge o ser social. O processo de objetivação, isto é, de efetivação do que foi teleologicamente elaborado, implica que o sujeito tenha que buscar na realidade objetiva os materiais necessários à obtenção do fim colimado. Isto deixa clara a determinação ontológica da objetividade, pois que se nela não existirem as possibilidades reais de nada adiantará o sujeito enfatizar a sua vontade. Sua intenção sempre estará fadada ao fracasso (TONET, 2010).

Tomando por base o estágio atual em que se encontram as forças produtivas do trabalho social e entendendo que:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua acção e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria acção. Estas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico (MARX, 1845).

O ponto de partida de uma pesquisa atual deve, portanto, ter como patamar seu desenvolvimento na atualidade, quando o capitalismo está hegemônico e não o que aconteceu nos séculos anteriores, pois este patamar é ultrapassado a cada momento (SINGER, 2004, p.7).

A economia solidária não poderia preceder o capitalismo industrial, pois para ser sua superação é necessário que venha em resposta à contradições postas por esta fase histórica do capitalismo, uma delas é o desemprego decorrente da introdução de maquinaria em cada vez mais setores produtivos e a globalização que destrói a produção realizada numa base artesanal ou manufatureira quando posta em contato e concorrência com empresas externas mais produtivas (SINGER, 2003, p.13).

As bases reais, condições materiais da existência que podemos observar hoje é a universalização da cooperação humana, como fundamento material de sua organização social e, constitui-se em uma sociedade na qual os meios de produção só podem ser operados em comum. Os elementos materiais engendrados na sociedade burguesa, primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna, objetivam a união dos homens, portanto são formas singulares de produção da existência humana, como ser social plenamente constituído, ainda que sem romper com a mediação do capital. Nelas é que se engendram os elementos da superação desta sociedade (GRADE, s/d).

O modo de produção capitalista é um processo histórico em constante negação e superação de si mesmo, através da destruição de todas as formas individuais de produção da existência humana e construção de formas sociais, coletivas como um processo que vem marcando justamente esta passagem histórica: a superação do homem individual e a construção do homem social. Ou seja, é no modo de produção capitalista que o homem, como ser social, está posto como universalidade humana, embora ainda incompleta (GRADE, s/d; ENGELS, 1880).

O resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada dos produtores individuais e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social.

Como exemplo da contradição entre as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, as relações de propriedade e o desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, Faria (2011) aponta que:

O domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso. Consequentemente, para que estas se materializem, é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida (FARIA, 2011).

Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligadas até agora à propriedade do capital se transformarão em simples funções dos produtores associados, em funções sociais (MARX, 1991, p.505). A propriedade privada individual só subsiste como suporte jurídico ultrapassado de uma classe privilegiada e destituída de função social objetiva, entre pequenos produtores decadentes, como ruínas de uma era socialmente ultrapassada (GERMER, 2006).

O conceito de capitalista coletivo é central para esta discussão, visto que, do ponto de vista teórico, a constituição de cooperativas coletivas de produção, ao eliminar o capitalista individual e, eventualmente, o trabalho assalariado (todos os trabalhadores sendo sócios da cooperativa) não elimina a contradição central existente em nível de sociedade: a propriedade segue sendo privada, ainda que sob o controle de um conjunto de indivíduos.

Ou seja, a propriedade não é social em seu sentido amplo, de pertencer ao conjunto da classe trabalhadora, mas sim pertence a um pequeno coletivo, em contraposição a uma ampla maioria de trabalhadores despossuídos de qualquer propriedade sobre os meios de produção, o proletariado. O capitalista não é mais apenas individual, e sim há uma apropriação coletiva do controle sobre a propriedade dos meios de produção (CHRISTOFFOLI, 2010, p.25).

Segundo Dal Ri,

[...] aqui se encontra a maior contradição das CPAs, bem como dos outros tipos de organização de trabalho associado, qual seja, não obstante o caráter coletivo e democrático dos meios interno das OTAs, elas continuam tendo o estatuto de propriedade privada tanto no plano legal quanto no econômico. Em uma palavra, as OTAs são unidades econômicas produtoras de mercadorias. São unidades econômicas que estabelecem relações de produtoras de mercadoria com os demais sujeitos econômicos por meio dos mecanismos de mercado [...] A condição de produtoras de mercadorias traz várias conseqüências às CPAs [...], em boa parte, determinado pelas leis de valorização do capital (2008, p.175).

Assim, a propriedade privada coletiva se constitui, por um lado, como um elemento de superação na medida em que a coletiviza entre os trabalhadores associados, e, por outro, ainda mantém-se no quadro da propriedade privada de um grupo de trabalhadores.

Outra característica relevante nestas experiências é o fato que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle da produção.

Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas da época como sendo imprescindíveis, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio a mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas. Sobre a experiência de Rochdale, já em 26 de maio de 1866, um jornal inglês publicou que:

Elas comprovaram que associações de trabalhadores podem gerir com sucesso lojas, fábricas e quase toda forma de indústria, e elas melhoraram extraordinariamente a situação dos operários, porém (!), não deixaram nenhum lugar visível para capitalistas. Que horror! (MARX, 1996a, p. 447, nota 608).

Este também foi um dos principais fatores identificados por Owen em sua ação pessoal na implementação de seus projetos que incentivavam a criação de cooperativas para tentar substituir os empregadores no mercado (SINGER, 2002). Segundo Engels (1880), o cooperativismo para Owen era uma forma de organizar os trabalhadores para conduzir a produção e demonstrar que os industriais e comerciantes não eram imprescindíveis para a sociedade.

E foi também ele (Owen) quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção - que serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis [...] (*ibid.*, *op. cit.*).

Para DAL RI (2008, p. 165), isto é o que ocorre atualmente também nas Cooperativas de Produção Agrícola do MST, quando afirma que:

[...] a forma de cooperativa adotada pelas CPAs altera fundamentalmente o regime de trabalho suprimindo o assalariamento e instituindo a figura da propriedade privada coletiva. Dessa forma, as CPAs estão baseadas em uma relação distinta da relação capital-trabalho assalariado. O trabalhador típico dessa organização é o associado e não o assalariado.

Para esta pesquisadora, a situação de trabalho associado é radicalmente diferente daquela do trabalhador assalariado, pois o trabalho associado tende a desarticular o caráter de mercadoria que a força de trabalho tem no capitalismo.

Marx relaciona as fábricas cooperativas e o trabalho associado, entendido como superior à forma assalariada. Ao submeter a produção da riqueza ao controle consciente e planejado dos próprios trabalhadores associados, afirma-se o caráter transitório do trabalho assalariado e a desnecessidade histórica da classe capitalista como elemento necessário a produção material da existência humana.

Isto porque enquanto o capital depende absolutamente do trabalho e inexistente sem o trabalho, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e

historicamente superável. O trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital. Sobre isto Marx escreveu:

“Mas o futuro nos reservava uma vitória maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns *hands* (operários) audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e, de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria” (MARX, 1961, p.319).

Existem várias passagens em que Marx fala da formação social superior como sociedade dos produtores livres e associados ou somente produtores associados que começa com o fim da subordinação do trabalhador e do trabalho assalariado. Segundo Marx,

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, 1961, p. 216-7).

Uma nova sociedade, um novo modo de produção superior aos até então existentes, só se torna possível com o fim da subordinação dos verdadeiros produtores (os trabalhadores) a qualquer poder que lhes seja estranho, no caso, o capital.

Segundo Meszáros (2002), uma nova ofensiva socialista, uma nova teoria da transição, que rearticule as forças socialistas às necessidades do atual cenário histórico não pode perder de vista o seu objetivo último: a produção sob o controle dos produtores associados.

(...) o projeto socialista tinha de se redefinir como a restituição da função de controle historicamente alienada para o corpo social – os “produtores associados” – sob todos os seus aspectos. Em outras palavras, o projeto socialista teria de ser realizado como um modo de controle sociometabólico qualitativamente diferente: um controle constituído pelos indivíduos de tal maneira que não fosse deles alienável. Neste aspecto, para ser bem sucedido, teria de ser um modo de controle capaz de regular as funções produtivas materiais e intelectuais dos intercâmbios de mediação dos indivíduos entre si mesmos e, por natureza, não vindo de cima(...) mas sim emergindo da base social mais ampla possível (*ibid.*, p. 88).

A produção sob o controle dos produtores associados representa o fim da exploração de uma classe sobre outra, o fim das classes sociais e a jornada de trabalho, por sua vez, reduzida a um mínimo possível.

O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas esse sempre continua a ser o reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (MARX, 1985/86b, p. 273).

A esse respeito, no texto, Salário, Preço e Lucro, Marx dizia que “A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõem, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de ‘um salário justo para uma jornada de trabalho justa’, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘abolição do sistema de trabalho assalariado!’”. (MARX, 1956, p. 184).

Na concepção adequada à metodologia materialista da história, segundo a qual os elementos fundamentais que constituem a base de qualquer forma de sociabilidade são como os homens produzem e o que produzem, cada forma de sociabilidade (modo de produção) terá como seu fundamento material, uma determinada forma de trabalho. Sendo o trabalho o ato primário fundante do ser social, e o trabalho assalariado fundante do capitalismo, o trabalho associado, por sua vez, seria o ato fundante da emancipação humana (TONET, 2005).

Ao discorrer sobre a relação entre trabalho e as possibilidades de emancipação, este autor argumenta:

(...) para compreender os lineamentos gerais dessa forma de sociabilidade que chamamos, com Marx, de emancipação humana, devemos começar por identificar o ato fundante – que já sabemos ser um ato de trabalho – que se encontra na sua base. (...) Este ato fundante é chamado por Marx de trabalho associado. (...) Assim, o trabalho associado pode ser, inicialmente, definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integridade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo (TONET, 2005, p. 132-3).

O trabalho associado é considerado por Marx e Tonet como fundamento da emancipação humana. “A transformação da sociedade deve ter como fundamento material da emancipação humana o trabalho associado, caracterizado pela liberdade, consciência, coletividade e universalidade (TONET, 2010)”.

Trata-se de uma forma de intercâmbio com a natureza, portanto, de produção da riqueza material, feita por indivíduos livres, isto é, senhores de suas decisões. Embora sujeitos às leis da natureza, são eles que decidem, partindo das suas necessidades, o que deve ser produzido, como deve ser produzido e como deve ser repartido o fruto do trabalho. Isto significa, obviamente, que o produto do trabalho tem como objetivo único atender as necessidades humanas e não acumular capital.

Trata-se também de uma forma de trabalho realizada por indivíduos conscientes, isto é, que têm conhecimento tanto dos objetivos pretendidos quanto do processo social em geral. Isto significa que não há, por trás desses indivíduos, uma lógica mais profunda e oculta que esteja dirigindo toda essa atividade. Vale dizer, uma teleologia determinada pelos próprios sujeitos desse processo.

É também uma forma de atividade levada a efeito por indivíduos de maneira coletiva. Com efeito, o desenvolvimento histórico da humanidade caminhou no sentido de transformar, pela associação, as forças individuais em forças cada vez mais multiplicadas. Trata-se, hoje, de retirar essas forças sociais multiplicadas da submissão a poderes privados e restituí-las aos seus verdadeiros donos, isto é, aos produtores.

E, por fim, mas não menos importante, trata-se de uma atividade necessariamente de caráter universal. Não há como negar que os problemas da humanidade são, hoje, universais e só universalmente podem ser resolvidos, sem que isso implique supressão da diversidade, ou não será comunista.

Já não se trata de desenvolver as forças produtivas, tarefa realizada pelo capitalismo, nem de simplesmente tomar posse das forças produtivas capitalistas, mas de reformular todo o processo produtivo de modo a permitir que essas forças, que são as forças pertencentes aos indivíduos, voltem a ser colocadas sob o domínio destes e voltadas para o atendimento das suas necessidades.

Chegou-se agora, portanto, a um ponto tal que os indivíduos têm de apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não só para alcançarem a sua auto-ocupação, mas principalmente para assegurarem a sua existência. Esta apropriação é condicionada, primeiro, pelo objeto a apropriar — as forças produtivas desenvolvidas até uma totalidade e apenas existentes no seio do intercâmbio universal. Esta apropriação tem, portanto, e desde logo por este motivo, de ter um caráter universal, correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. [...] Só os proletários do presente, completamente excluídos de toda a auto-ocupação, estão em condições de realizar a sua completa auto-ocupação, não mais limitada, a qual consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no desenvolvimento, assim iniciado, de uma totalidade de capacidades (MARX, 1845).

Segundo Mészáros (2002) há dois movimentos atualmente que se destacam no tanto no processo de negação do capital quanto de afirmação positiva de auto-emancipação dos trabalhadores, cujo horizonte é a produção sob o controle dos produtores associados.

Segundo ele, o movimento cooperativista no seio do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil (MST) é um componente tático importante de luta pelo poder político pela classe trabalhadora.

Esse movimento representam uma alternativa positiva por tentar “articular na ação não apenas a necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma alternativa hegemônica [...] tentam agora enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes, mas complementares. [O Movimento dos Sem-Terra no Brasil] está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do

capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro (*ibid.*, p. 33).

A atuação do MST nesse sentido ainda é particularmente importante por reverter uma tendência de divisão do movimento operário em um braço industrial (sindicatos) e um braço político (partidos), que alterou a correlação de forças. Conforme Mészáros (2002, p. 23),

(...) a aceitação pelo capital da legitimidade dos partidos políticos operários foi conquistada em troca da declaração da completa ilegalidade do uso do “braço industrial” para fins políticos, o que representou uma severa restrição aceita pelos partidos trabalhistas, e que condenou à total impotência o imenso potencial combativo do trabalho produtivo materialmente enraizado e potencial e politicamente mais eficaz.

Outro movimento importante, para este autor, colocado em prática por trabalhadores associados e que representa não apenas uma forma de manter os empregos diante da falência da antiga empresa no interior da sociedade capitalista, mas um desafio ao capital em relação ao controle da produção é o movimento das fábricas recuperadas.

4.2 A crítica marxista aos socialistas utópicos

Apesar de apresentarem elementos importantes de superação do modo de produção capitalista no sentido de uma sociedade de produtores livremente associados, estes experimentos também apresentam os limites próprios destas formas transitórias. O condicionamento ou submissão à estrutura hegemônica capitalista, com efeito, encerra limites para o potencial emancipatório dessas experiências, as quais podem até mesmo tornarem-se funcionais ao capital.

Segundo Cattani,

(...) o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à auto-exploração (2003, p. 12).

Neste mesmo sentido, de acordo com Rosa Luxemburgo,

As cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si

mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta a empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (LUXEMBURGO, 1999).

Sobre isso Singer diz que “Quando os trabalhadores administram a empresa, a produtividade aumenta”. Para ele, “isso é prova da solidariedade em lugar da competição”. “Na empresa autogerida, a preservação dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo”. E em seu lugar, o que põe? Singer diz “os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos passam continuar trabalhando” (2006, p. 137).

Como exemplo, Singer (2006, p. 2-16) cita notícia da Folha de São Paulo em 26/02/97 sobre o caso da Cristiais Herig que

[...] passou, semana passada, o controle da empresa para seus funcionários. Com dívidas e sem conseguir pagar os salários desde dezembro, a empresa decidiu que esta seria a melhor alternativa para evitar maiores reduções no quadro de empregados. A Cristiais Herig funciona atualmente em co-gestão, já que manteve 49% do controle. Como a empresa é artesanal, se a mão-de-obra participar da gestão da empresa, a chance de aumentar a produtividade é maior, afirma John Koch, presidente. Ele diz que desde quarta-feira, quando começou a co-gestão, a produção já aumentou de 7000 para 10000 peças dia.

Paul Singer entende ser do interesse de todos que a produção seja efetuada com o máximo de eficiência. Para isso a folha de pagamento tende deixar de ser rígida. O pró-labore dos cooperados passar a depender da receita obtida com a venda da produção, o que permite à empresa resistir a adversidades do mercado muito melhor do que outras, em que eventual atraso do pagamento dos salários é logo respondido com queda da produção. A produtividade na cooperativa aumenta, e todo tipo de desperdício diminui, em virtude da maior motivação dos trabalhadores.

Os trabalhadores conhecem as condições de trabalho que a competição no mercado impõe tão bem que se quiserem reverter as causas que levaram a antiga empresa a falência devem buscar mecanismos para aumentar a produtividade e garantir competitividade para renascer e ganhar espaço no mesmo mercado do qual havia sido expulso pela concorrência avassaladora com empresas externas.

Sem que nenhuma modificação ocorra na tecnologia de produção, só se pode aumentar a produtividade com aumento no uso do fator de produção trabalho. Isso, contudo, não implica no aumento do número de trabalhadores sócios do empreendimento, mas no prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho a partir de “quando se tornam os donos de seus meios de produção” (SINGER, 2003, p.17-18).

Há diversos estudos de casos e relatos que mostram a enorme dedicação e disposição de suportar sacrifícios por parte dos trabalhadores com o objetivo de gerar trabalho e renda por meio da economia solidária (*ibid.*, p.27).

A medida que são os trabalhadores em associação os responsáveis por gerir o negócio, eles se depararão com a concorrência do mercado sem intermediação da figura do capitalista no interior da fábrica e eles mesmos empregarão todos os métodos de aumento da mais-valia absoluta, já que nenhuma alteração na tecnologia de produção foi implementada, a não ser o maior empenho dos trabalhadores por si sentirem donos do negócio, com vistas aumento da produtividade para competir no mercado e manter os postos de trabalho.

Quando empresas de baixa composição orgânica de capital põe-se em concorrência com empresas de alta composição orgânica e maior produtividade, as alternativas que se apresentam para a primeira é fechar as portas e perder os postos de trabalho ou transformar a empresa em co-gestão para estimular maior empenho dos trabalhadores, que se traduz em aumento da intensidade do trabalho. Ora, um aumento de produção sem modificação na tecnologia de produção só pode vir de uma maior exploração sobre a força-de-trabalho.

Rosa Luxemburgo (1999) também considerava as cooperativas como germes do socialismo “no sentido de exprimirem, com maior clareza, o caráter social da produção”. Mas conservando-a na forma capitalista, encontram obstáculos à transformação dessa produção socializada em produção socialista.

Eis porque só podem ser germes ou condições do regime socialista no sentido teórico, e não no sentido histórico, isto é, são fenômenos que, nós o sabemos em virtude de nossa concepção do socialismo, lhe são afins mas, de fato, não só não conduzem à revolução socialista, como a tornam, ao contrário, supérflua (*ibid.*).

Germer (2007), por sua vez, criticando a concepção de “economia solidária”, considera que ela confere às iniciativas emergenciais um papel que não podem desempenhar, isto é, ser uma alternativa efetiva ao modo de produção capitalista. Para ele, ao proceder dessa maneira, os teóricos da economia solidária (em especial Paul Singer) ignoram a crítica marxista ao suposto caráter revolucionário do cooperativismo.

Seria um equívoco deduzir o suposto caráter revolucionário destas cooperativas do fato de uma parte delas ser constituída em fábricas ocupadas pelos trabalhadores. Apesar de importantes, estes processos consistiam antes em reações defensivas de trabalhadores em situações críticas do que em desdobramentos de projetos conscientes de socialização de meios de produção (*ibid.*, p. 56).

As cooperativas, segundo esse autor, desviam a atenção dos trabalhadores da arena principal, da luta pelo poder político concentrado no Estado, e seu ressurgimento na atualidade retrata o período de baixa do socialismo revolucionário, e seu ressurgimento na atualidade retrata o período de baixa do socialismo revolucionário.

Em contraste com isto [com a luta pelo poder político] o cooperativismo, núcleo estratégico do projeto de ‘economia solidária’, segundo Singer, a despeito de sua relevância como sintoma do nascimento do embrião da nova sociedade, em nenhum momento foi capaz de catalisar um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora. Ao contrário de representar a continuidade de um processo crescente de lutas dos trabalhadores (...), a tentativa de restabelecer o cooperativismo como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social. Acima de tudo induz a classe trabalhadora a lutar por soluções fantasiosas, conduzindo a uma forma de luta que uma longa história revelou ineficaz. O surto de propostas utópicas nos moldes da ‘economia solidária’, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nestes momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. O momento atual é ainda mais dramático devido à inferioridade momentânea do socialismo revolucionário, decorrente do fim da primeira fase histórica das lutas do proletariado pelo socialismo, iniciada em 1848 e concluída dramaticamente com a derrota, por fatores internos e externos, do socialismo soviético (*ibid.*, 59-60).

No mesmo sentido, Antunes critica a noção de Singer sobre,

[...] a possibilidade de, em se expandindo, substituir, alterar e, no limite transformar o sistema global de capital parece-nos um equívoco enorme. (...) quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E, na sua versão mais branda e adequada à Ordem, pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital (ANTUNES, 1999, p. 113-4).

A medida que deixa de ser um movimento espontâneo dos trabalhadores e passa a ser assumido como proposta pública de desenvolvimento pelo Estado – representa um desvio de perseguir a finalidade socialista por meio de reformas paliativas para assegurar a reprodução dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho.

Revela-se daí também a crise teórica da esquerda em fortalecer um corpo de ideias conectados com as transformações recentes da materialidade para conduzir sua atuação política e prática a medida que esta é uma proposta de diversos segmentos da esquerda brasileira, desde movimentos sociais, militância de intelectuais engajados, partidos e sindicatos até sua institucionalização como política pública ser comemorada e desejada por ampla parcela das organizações do movimento operário nacional em busca de sua emancipação, isso revela.

A criação dos empreendimentos de economia solidária requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais, etc.

Com a institucionalização da economia solidária como política pública e crescente atuação do FBES em fomentar formas organizacionais nos princípios da economia solidária, verifica-se a adesão de número de pessoas que tem cotidianamente sua reprodução ameaçada e apegam-se a qualquer proposta. Interessante notar também que este patrocínio externo é observado pela quantidade de EAF à economia solidária que leva Faria (2011) afirmar ser a economia dos gestores.

Mas a economia solidária está longe de ser uma reação espontânea de pessoas atingidas pela crise. Os trabalhadores que perdiam seus empregos em geral recolhiam o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e iam à busca de novo emprego. Grande número de pessoas definitivamente excluídas do mercado de trabalho procura ganhar a vida vendendo bens ou serviços, produzidos por eles mesmos ou por pessoas de suas famílias... Os ganhos assim obtidos tendem a ser irrisórios. “A idéia de se juntar e organizar uma atividade econômica coletiva, à base de participação igualitária nas decisões e no capital não era conhecida e usual à grande maioria dos sem trabalho. Daí a importância de entidades como a ANTEAG, MST, ITCP e a ADS etc que estão reinventando a economia solidária na atual conjuntura brasileira (SINGER, 2003, p.25).

Marx, se referindo à ação dos sindicatos, destaca que:

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para muda-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 1956).

4.3 A crítica marxista da economia solidária

As cooperativas remontam à primeira metade do século XIX, período marcado, do ponto de vista teórico, pelos socialistas utópicos, Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). Tais autores reaparecem como inspiradores fundamentais do processo de criação e expansão das cooperativas (SINGER, 2001, 2002b, 2003, 2006).

As experiências que Saint-Simon, Fourier e Owen inspiraram suscitam questões que hoje são “oxigenadas” pela emergência dos empreendimentos autogestionários. Saint-Simon e Fourier têm importância por servir de fonte de inspiração para o movimento cooperativista. Já Owen, além de contribuição no campo teórico, tem também contribuição prática tanto na implantação de seus projetos quanto na organização e luta da classe trabalhadora.

Em 1802 apareceram as Cartas de Genebra de Saint-Simon; em 1808, a primeira obra de Fourier – ainda que a primeira ideia da sua teoria remontasse a 1799 – e no 1º de Janeiro de 1800, Ricardo Owen tomou a direção de New-Lanark (ENGELS, 1880).

No Manifesto do Partido Comunista, de 1848, Marx e Engels delimitam a posição desses autores. Para Marx e Engels, eles percebem bem os dilemas da sociedade capitalista, mas não percebem qualquer protagonismo da classe operária e, com suas propostas de modelos experimentais auto-suficientes, contribuem tão somente com o abrandamento da luta de classes.

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja peculiar. (...) Desejam melhorar as condições materiais de vida de todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. (...) Rejeitam, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária; procuram atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam. (...) se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos formam sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são conseqüentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos (MARX; ENGELS, 1998b: 66-67).

Tratavam de descobrir um novo sistema mais perfeito de ordem social e de impô-lo a sociedade, de fora para dentro, através da propaganda e, se possível, mediante experiências que servissem de modelo. Os primeiros socialistas apresentaram, cada um ao seu modo, projetos de reforma que se pretendiam alternativos ao capitalismo testados em experiências realizadas no campo econômico, não raramente acompanhados por prescrições morais e religiosas. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais (ENGELS, 1880);

Em seu conjunto, segundo Hobsbawm (1983), as práticas inspiradas nesses ilustres pensadores consistem num conjunto de experimentos singulares e isolados. Se, do ponto de vista teórico, esses autores mereceram alguns elogios de Marx e Engels pela sua crítica ao capitalismo, do ponto de vista prático (à exceção de Owen), das experiências concretas de seus seguidores, não se pode dizer o mesmo.

Do ponto de vista prático, seus pontos débeis foram dois, de diferente importância, para dizer pouco, confundidos com toda uma série de excentricidades românticas, que iam de um perspicaz visionarismo ao desequilíbrio psíquico, da confusão mental (nem sempre justificada pela superabundância de idéias) a estranhos cultos e a exaltadas seitas semireligiosas. Em suma, os seus seguidores tendiam a se tornar ridículos e, como observou o jovem Engels a respeito dos Saint-simonianos, “na França, tudo o que foi posto no ridículo, está irremediavelmente perdido”. Marx e Engels, mesmo reconhecendo nos elementos fantásticos dos grandes utópicos o preço inevitável do gênio ou da originalidade, dificilmente poderiam imaginar uma

função prática na transformação socialista a ser exercida por aqueles grupos de excêntricos cada vez mais bizarros e, com frequência, cada vez mais isolados. Em segundo lugar – e esse é um ponto mais pertinente neste contexto – eles eram fundamentalmente apolíticos; e, portanto, nem sequer no plano teórico podiam elaborar meios eficazes para obter uma transformação da sociedade (HOBSBAWM, 1983, p. 51).

Para Saint-Simon e Fourier a experiência da revolução de 1789 leva-os à descrença nos processos revolucionários e o nível de desenvolvimento da produção capitalista na França dificulta a eles perceber o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Os limites destas teorias estariam situados nas próprias condições em que surgiram seus sistemas utópicos, não encontrando configuradas as bases materiais para a emancipação do proletariado, num momento em que a luta de classes e os antagonismos sociais apenas começavam a se desenvolver. Para Marx e Engels, os “socialistas utópicos” não poderiam ter ido além do que o estágio do desenvolvimento do capitalismo possibilitava.

Não lograram êxito porque o ser social ainda não havia se desenvolvido na sua materialidade. Para Tonet (2005), isso implica que todas as lutas e elaborações teóricas esbarravam num problema fundamental: a própria imaturidade do ser social, que impedia o conhecimento da sua natureza e, como consequência, tornava impossível a sua alteração radical, levando com isso à construção de modelos apenas ideais de uma sociedade justa. A maturidade do ser social permite agora evitar tanto a especulação quanto a submissão ao imediatamente dado. Esta maturidade significa que a realidade social atinge uma forma plenamente social, vale dizer, uma forma na qual as determinações sociais assumem um papel claramente regente no processo histórico e, deste modo, permitem compreender a sociedade como resultado da sua própria atividade.

A introdução das máquinas e a grande indústria davam seus primeiros passos, as classes sociais e seus antagonismos encontravam-se em formação. A consolidação do capital enquanto universalidade ainda não estava completa.

No entanto, naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido. A grande indústria, que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França. E só a grande indústria desenvolve, de uma parte, os conflitos que transformam numa necessidade Imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista - conflitos que eclodem não só entre as classes engendradas por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por ela criadas - e, de outra parte, desenvolve também nessas gigantescas forças produtivas os meios para solucionar esses conflitos (ENGELS, 1880).

Daí que esses primeiros reformadores sociais erguessem suas teorias sob uma base material que não correspondia ao sentido do desenvolvimento do modo de produção em que estavam enredados e só poderiam engendrar teorias utópicas que pretendiam superar o

problema do exterior, pela imaginação dos pioneiros na busca de sociedades livres dos antagonismos de classes.

Essa situação histórica informa também as doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar. Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias (*ibid.*).

As propostas sobre a reforma social com ênfase no cooperativismo, baseado nas concepções utópicas, contudo, continuaram se difundir, mesmo diante do caráter mercantil que muitas delas assumiram.

É verdade que os utópicos originários não sobreviveram à primeira metade do século XIX; e, no fundo, suas doutrinas e movimentos já estavam em agonia nos inícios dos anos 40, com única exceção do fourierianismo (...). Por outro lado, diversos tipos de associacionismo e de teorias cooperativistas, em parte derivadas de fontes utópicas (Owen, Buchez), em parte elaboradas sobre bases menos messiânicas nos anos 40 (Louis Blanc, Proudhon), continuaram a prosperar. Mantiveram inclusive a aspiração a transformar toda a sociedade segundo as linhas cooperativistas de onde se havia originado. Se isso era verdade até mesmo na Inglaterra, onde o sonho de uma utopia cooperativista capaz de emancipar o trabalho da exploração capitalista diluiu-se nas cooperativas comerciais, o foi mais ainda em outros países, onde as cooperativas de produtores permaneceram dominantes (HOBSBAWM, 1983, p. 65).

Outra deficiência do pensamento dos socialistas utópicos é que suas formulações teóricas não percebem a nova força política emergente representada pela ascensão do proletariado. Para eles, a emancipação dos operários não seria obra de seus próprios esforços contra o capital, ponto fundante de controvérsia com Marx, para quem a emancipação da classe operária só pode ser tarefa de sua própria ação política e não da descoberta de sistemas sociais perfeitos, da crença em um ‘novo evangelho’ (MARX e ENGELS, 1998). Segundo Hobsbawn, os socialistas utópicos:

(...) não reconheciam em nenhuma classe ou grupo específico o veículo das próprias idéias; e, mesmo quando (como mais tarde Engels reconhecerá no caso de Owen) se voltam para os trabalhadores, o movimento proletário não tinha nenhum papel específico nos seus projetos, que eram ao contrário endereçados a todos, pois todos deveriam admitir – mesmo que em geral não o fizessem – aquela óbvia verdade que só eles tinham conseguido descobrir (1983, p. 51).

Durante a transição, os trabalhadores não podem contar com prescrições antevistas, sua obra é dar vazão aos elementos dissolventes da sociedade capitalista em decadência. Nesse sentido, segundo Marx, os trabalhadores devem seguir o mesmo percorrido pelos operários durante a Comuna de Paris.

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir “par décret du peuple”. Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio (MARX, 1961, p. 86).

5 EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1 Autogestão e fábricas recuperadas

Estas experiências nascem a partir do processo de falência de algumas empresas na década de 90, durante o momento recessivo que atravessava a economia brasileira pela abertura dos mercados, concorrência externa, cambio desfavorável, etc. A solução encontrada pelos trabalhadores para manter os postos de trabalho foi a retomada da produção sob a forma de autogestão.

Durante todo o século XX, as formas mais avançadas no Brasil de atuação operária nos locais de trabalho foram até então as comissões ou grupos de fábrica. As Organizações nos Locais de Trabalho (OLT) entram em cena na década de 30, através dos comitês de fábrica ou representações sindicais nas empresas.

A partir da criação dos comitês de fábrica, uma nova forma de organização da produção é projetada, com cada comitê enviando um representante para o conselho de indústria, que gera por sua vez um comitê executivo no âmbito da cidade ou região, com comitês distritais funcionando nos bairros. Todos os representantes teriam mandato imperativo, contando-se com a revogabilidade a cada instante.

Os comitês ou comissões de fábrica constituem, assim, “uma prática associativa de luta e de organização historicamente reiterada pelas bases operárias brasileiras, ao longo dos constantes conflitos industriais que marcaram a sua própria formação enquanto classe” (PEDREIRA FILHO, 2007 *apud* FARIA, 2011, p.408). E neste sentido serão as práticas associativas mais avançadas de luta dos trabalhadores de forma autônoma no interior das unidades produtivas, recorrentes durante quase todo o século XX.

No processo dessas lutas, os trabalhadores podem resolver pela ocupação das instalações e, num estágio ainda mais avançado, reiniciar a produção autonomamente. No Brasil, os casos de ocupação com retomada da produção não são abundantes.

Seu aparecimento, contudo, não surgiu sem a resistência do patronato e sem, muitas vezes, ser mal compreendido e boicotado pelas lideranças sindicais. As cooperativas de produção, pelo menos até o início da década de 90, eram, de forma geral, descartadas pelo sindicalismo mais combativo devido, sobretudo, a integração do movimento cooperativista aos princípios e valores do capitalismo, muito embora vários sindicatos mantivessem formas

mutualistas e cooperativistas nas atividades de serviço assistencial oferecidos para o quadro de associados (FARIA, 2011).

Em outros casos, as experiências de cooperativas desenvolvidas por grupos de esquerda vinculados às lutas das oposições sindicais como forma de resistência e organização da classe, sobretudo em São Paulo nas décadas de 70 e 80, além das dificuldades oriundas da falta de financiamento e da crise econômica, eram atingidas também pela acusação de reformismo diante o desemprego, proveniente de outras organizações de esquerda.

No final dos anos 80, os casos mais expressivos de reabertura de empresas falidas mediante a transferência da propriedade dos meios de produção para os trabalhadores eram a CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma/SC, a Remington, na capital carioca, e a Perticamps, na capital paulista. No último caso, tratava-se ainda de uma luta da comissão de fábrica da empresa, após a concordata preventiva decretada em 1989, para assumir o controle da empresa e criar uma associação de produção.

Durante a década de noventa, as experiências associativas e cooperativadas no campo da produção, resultado da reabertura de fábricas falidas pelos trabalhadores, começaram a se manifestar pelo país, concentrado principalmente na região sul e sudeste, projetando-se inicialmente como processo alternativo de luta para evitar os malogros do desemprego e preservar os postos de trabalho nas empresas falidas.

Será na década de 90 que o cooperativismo e o tema da autogestão são incorporados pelo movimento sindical como forma de resistência ao processo de exclusão social e ao desemprego provocados pela crise econômica mundial, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais. Esse debate ganha fôlego na segunda metade da década com o aparecimento da expressão economia solidária, que além de uma estratégia para a construção de alternativas no campo da produção, distribuição e crédito, é incorporado no âmbito da elaboração de um novo projeto de desenvolvimento.

O surgimento do cooperativismo ao longo dos anos 90 vai se impor através das múltiplas experiências gestadas pelos trabalhadores, que só não permaneceram no isolamento porque se reuniram nacionalmente e fundaram, em 1994, a Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas e Participação Acionária. A criação da Associação representa uma ampliação do espaço social que o fenômeno já vinha conquistando com as experiências isoladas, estreitando as relações com as instituições de crédito e organizações cooperativistas internacionais.

Segundo Faria (2011),

[...] as experiências de cooperativas, associações de produção ou outras formas que assumem resultantes de empresas falidas que tiveram seus meios de produção transferidos para o controle dos trabalhadores [...] trata-se, a nosso ver, de um cooperativismo de resistência – ao desemprego e à exclusão social – que se situa num campo muito próximo do que na Argentina atualmente, a partir do agravamento da crise no ano 2000-2001, vem se chamando ‘fábricas recuperadas’ (p. 391).

A transformação da propriedade das fábricas falidas em propriedade coletiva tem recolocado a possibilidade de se pensar a autogestão do trabalho, no que isso implica em termos de democratização das relações de trabalho, do controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e da própria organização do processo de produção.

Nesses termos, a autogestão significa a realização de relações sociais cujos princípios são antagônicos ao modo de produção de produção capitalista. No Brasil, o termo foi praticamente associado às experiências de cooperativismo que surgiram a partir de fábricas falidas.

No início contou-se com a ajuda dos sindicatos para fazer a negociação com os antigos patrões. Todas as experiências mostram em comuns que estas empresas acumulavam um passivo trabalhista expressivo no momento de falência. Os trabalhadores usaram estes direitos acumulados na negociação pela propriedade e uso da massa falida. No início encontram obstáculos na falta de experiência com a gestão do negócio e na falta de uma legislação que contemple o fenômeno na atualidade – na ausência de uma legislação própria, utilizam a defasada lei do cooperativismo (FARIA, 2011).

De forma geral, uma característica comum dessas primeiras experiências é a intensa luta coletiva e ativa levada a cabo pelos trabalhadores e pelos respectivos sindicatos, primeiro para garantir o pagamento dos salários geralmente com vários meses de atraso e, em seguida, para manter as empresas em funcionamento. Desde ocupações das instalações das empresas, greves parciais, ocupação de instituições financeiras e de vias de transporte, não foram poucas as ações empreendidas pelos trabalhadores dessas empresas para manter os postos de trabalho.

As duas massas-falidas que iniciaram a década de 90 tendo os trabalhadores como proprietários dos meios de produção, CBCA e Remington, optaram por estratégias diferentes para efetivar juridicamente esse controle. No primeiro caso, os mineiros decidiram, após alguns anos de funcionamento como Massa Falida, criar a Cooperminas, integrando-se assim à forma jurídica da cooperativa. E a Remington optou pela criação de uma Associação dos Funcionários, instituição que passou a deter a propriedade da empresa (FARIA, 2011).

Mas a definição da forma jurídica de propriedade nada nos informa sobre o conteúdo da gestão da empresa, sobre os mecanismos criados para que a participação dos

trabalhadores fosse além do direito formal enquanto associado ou cooperativado. A experiência da CBCA investigada por Faria e Novaes os levaram a atentar para as contradições em que estão enredadas estas experiências no interior do capitalismo.

Ao mesmo tempo em que parecia desvendar-se o argumento definitivo (porque prático), para a crítica à organização capitalista do trabalho, revelava-se também o quanto pode ser insuficiente a transformação das relações de propriedade e o controle formal dos trabalhadores sobre os meios de produção, pelo menos enquanto tal fenômeno permanecer limitado a um conjunto pequeno de experiências isoladas (FARIA, 2011, p.418).

Não deve restar dúvida de que a transformação das relações de propriedade e o afastamento da figura do patrão do interior das empresas ensejam mudanças substantivas nas relações de trabalho, seja pela redução da hierarquia e o arrefecimento das características autoritárias dos postos de comando, seja por permitir o acesso dos trabalhadores a um volume superior de informações das empresas, ou ainda pelo caráter pedagógico que constitui a formação de comissões de trabalhadores e a realização de assembléias gerais.

Assim, as características comuns destas primeiras experiências são a democratização das relações de trabalho e a formalização de comissões de trabalhadores e assembleias como órgãos efetivos de gestão da empresa. Num enfoque mais liberal, sobre o problema da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, pode-se dizer que essas experiências tendem a apresentar ampliação da democracia nos locais de trabalho.

Um ponto negativo é que como o processo de recuperação de fábricas falidas se dá sem o rompimento com a legislação vigente, instaram-se processos negociais que se efetivam em instituições que os trabalhadores não dominam. Opera-se a transposição dos antigos gestores das empresas, que voltam como eleitos para ocuparem os postos de comando das fábricas recuperadas. Com isso, a autogestão perde o sentido de um processo de criação e desenvolvimento de relações sociais novas para se cristalizar na forma de propriedade dos meios de produção.

O problema que consiste em definir essas experiências de cooperativas e a própria autogestão através da forma de propriedade das unidades produtivas é que mudanças na forma jurídica de propriedade não indicam alteração das relações sociais de produção. Essa é a contradição instaurada pela socialização da propriedade e a preservação do controle do processo produtivo nas mãos de um grupo social determinado.

Quando percebem que a transformação da propriedade não significa a alteração das relações internas e da sua posição inferiorizada, fragmentada e parcializada no interior das unidades produtivas, quando sentem que a exploração persiste no interior da “empresa solidária”, os trabalhadores reiniciam seu re-agrupamento para a realização de novas lutas.

Investigando a experiência da revolução dos cravos em Portugal, em que os trabalhadores ocuparam um número significativo de empresas e passaram a produzir de forma autogestionária, Faria (2011) percebeu que inúmeros obstáculos dificultaram a reorganização dos processos produtivos e o seu funcionamento em novas bases, impossibilitando a superação da alienação decorrente das condições técnicas e sociais do processo de trabalho:

[...] o isolamento entre as empresas em autogestão, as relações com o mercado, o Estado, o quadro tecnológico, e também a não superação das funções determinadas pela divisão do trabalho, tudo parecia conspirar para a degeneração desses processos e a sua acomodação no interior de uma forma reconhecida ou tolerada como “viável” pelo sistema (FARIA, 2011, p. 545).

Enquanto este movimento de aproximação entre algumas experiências de cooperativas ou associações de produção, que se identificavam através do termo autogestão, dava seus primeiros passos, outro movimento é projetado a partir das experiências congênicas desenvolvidas no Estado de São Paulo, tendo como núcleo o processo desencadeado na Makerli Calçados, em Franca/SP.

Poucos meses após a realização do Iº Seminário de Autogestão, em Criciúma, ocorre na capital paulista o Iº Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão, em fevereiro de 1994, quando é fundada a Anteag.

Trata-se de uma luta levada a diante pelos trabalhadores, com o apoio decisivo do Sindicato dos Sapateiros de Franca/SP, para a reabertura de uma fábrica de calçados cuja falência era iminente. Após intensas mobilizações, os trabalhadores conquistam, junto com os antigos gestores da empresa, a liberação de um empréstimo do Banespa (Banco do Estado de São Paulo) para a aquisição dos meios de produção, cuja propriedade passou à Associação dos Funcionários, seguindo o modelo que os dirigentes sindicais haviam conhecido numa visita à Remington. A partir disto, são compostos a direção da empresa (com os antigos gestores) e os conselhos deliberativo e fiscal, cujos membros são eleitos periodicamente, passando a Assembleia Geral a figurar como instância máxima de decisão na Associação.

O que de fato projetou a Makerli como uma experiência especial de luta pela manutenção dos postos de trabalho foi o agravamento da crise econômica e do desemprego naquele período; o conjunto de atores sociais mobilizados para a reabertura e o funcionamento da fábrica, conferindo cobertura nacional à luta dos sapateiros de Franca.

Seu surgimento coincide com o aprofundamento da crise no setor calçadista brasileiro e nos demais setores voltados fortemente à exportação, bastante sensíveis à abertura comercial desfraldada pelo governo Collor sob o pretexto da competitividade e da modernização do parque produtivo nacional.

Se a situação revela-se crítica para a sobrevivência da indústria calçadista, em meio de uma quebradeira nas principais regiões produtoras, para a Makerli assume dimensões incontornáveis. Ainda mais por ter o processo de reabertura da fábrica preservado o processo de trabalho herdado, tendo os produtos como destino o mesmo mercado mundial capitalista em momento de forte retração e inovação tecnológica.

Nas empresas do setor, era o período em que tomava impulso a reestruturação produtiva, o investimento em novas tecnologias e a tendência à redução do trabalho vivo, com o aumento da complexidade do trabalho, as novas formas de organização do processo produtivo.

Segundo Faria e Novaes (2007), neste primeiro período, e até o final dos anos 90, os processos de recuperação das empresas falidas com a transferência da propriedade para os trabalhadores apresentaram algumas características gerais comuns, das quais destaca:

A quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, fruto de um processo de sucessão familiar mal sucedido, em que os novos proprietários dos meios de produção são incapazes de levar adiante ou perdem o interesse pelo empreendimento; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de 50 anos;

Via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum os trabalhadores vivenciarem longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos;

Na iminência do encerramento das atividades, durante ou nas imediações dos pedidos de falência dessas empresas, os trabalhadores mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas, e é geralmente neste momento que surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;

Nos processos de falência que resultam em experiências de fábricas recuperadas, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também co-responsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores;

Pode ocorrer o fato de os trabalhadores abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;

Na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização do modelo cooperativista brasileiro, na ausência de um marco jurídico que reconheça as especificidades deste fenômeno recente no Brasil;

É comum nessas experiências no plano do cooperativismo a utilização do termo autogestão, que pretende abranger tanto as alterações verificadas na forma de propriedade das empresas, como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma gestão da cooperativa;

O reinício das atividades, no entanto, geralmente mantêm os trabalhadores no interior dos lugares determinados pela divisão do trabalho, para laborarem agora num quadro em que a propriedade da empresa é coletiva e detida pelo conjunto dos associados da cooperativa;

A situação nova para os trabalhadores por certo que impacta na motivação interna no interior do processo de trabalho, pelo menos por certo período, e os torna mais inclinados para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo;

Isto significa que, nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada, ou mesmo a flexibilização da massa salarial de acordo com as oscilações do mercado da empresa;

Em outras palavras, na impossibilidade eventual de um investimento em novas tecnologias, essas empresas podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta para a realização dos seus processos econômicos. (FARIA, 2011, p. 428)

Alguns pronunciamentos realizados no IIIº Encontro Nacional da Anteag, realizado em maio de 1996 é esclarecedor quanto ao caráter exploratório desta nova forma associativa em que trabalhadores são explorados por eles mesmos. Segundo o representante da FINEP, Lorival C. Mônaco, no III Encontro Nacional da Anteag:

Nós estamos caminhando para um novo mundo onde o modelo de autogestão deverá ser mais a norma o que um acidente. Na verdade, a gestão participativa é a tendência do mundo e essa é uma das lições que temos aprendido. A Finep espera transformar a autogestão em um grande negócio, e por isso ela está disposta a investir, mas não apenas porque ela acha que vai gerar empregos, e sim porque ela acredita que vai ganhar dinheiro num processo onde o emprego é apenas um dos resultados (ANTEAG, 1998, p. 5-8.)

E ainda segundo o representante do BNDES, Paulo Favaret Filho, no mesmo encontro:

[...] fundamentalmente, vejo além da questão da produtividade dois efeitos importantes da autogestão sobre a criação e manutenção do nível de emprego. De um lado, há a questão da introdução de uma certa flexibilidade do salário real, e de outro lado, há o compromisso com o emprego. A questão da flexibilidade salarial é bastante óbvia, pois resulta do fato de que o trabalhador é ao mesmo tempo assalariado e proprietário, o que faz com que muitas vezes ele aceite uma remuneração mensal menor do que teria se fosse um assalariado convencional (*ibid*, p. 18-25)

As instituições de fomento serão importantes nesse momento inicial da Anteag e das empresas recuperadas, sem que se possa dizer que aquelas influenciariam no modelo de autogestão desenvolvido pela Associação. O que se pode adiantar, no entanto, é que o discurso desses representantes das instituições de fomento, envolvendo a administração participativa, a priorização no negócio, a flexibilização das relações de trabalho que esse tipo de associativismo proporciona, etc., não estava muito distante do ideário da Anteag.

Os objetivos da Anteag eram inicialmente: prestar consultoria para projetos de transferência da propriedade das empresas para os trabalhadores, na qual a relação estabelecida com os organismos de crédito e fomento seria um dos elementos-chaves. Ao apresentar-se como uma consultoria em autogestão apresentou a possibilidade de realizar no

Brasil um modelo de autogestão inspirado no ESOP americano, adaptando-o para uma modalidade de geração de emprego e renda a partir das fábricas falidas.

Durante esta primeira fase, a Associação lançou três objetivos principais:

1º Amenizar o problema social. O objetivo social primordial do projeto de autogestão é recuperar parcialmente a mão de obra desempregada. Consequentemente, este objetivo não significa ‘fazer caridade’, e sim buscar o compromisso das pessoas em relação a um trabalho de inteligência coletiva/social.

2º Um segundo objetivo é mostrar à sociedade em geral e ao patronato em particular que os trabalhadores são capazes, responsáveis e inteligentes. [...] O grande objetivo da autogestão é mostrar que os trabalhadores são capazes e competentes para administrar suas empresas com transparência, democracia e responsabilidade.

3º Um terceiro objetivo é ser lucrativo. Os trabalhadores vão usufruir coletivamente do lucro e dar-lhe uma destinação social/coletiva. Para isso os projetos produtivos têm que ser viáveis econômica/ financeiramente (ANTEAG, 1995, p. 5).

Para Faria (2011, p. 442), isso é uma proposta de equacionar a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores com a assimilação simultânea dos critérios de eficácia do capital. Trata-se de uma equação que só pode dar lugar à ambiguidade, pois se a classe trabalhadora apodera-se dos meios de produção coletivamente e desenvolve uma forma de gestão baseada no coletivo, de forma autogestionária, os critérios de eficácia social da produção não podem ser os mesmos de uma gestão pautada na propriedade individual e na busca do lucro.

O modelo de autogestão da Anteag, ao invés de partir do reconhecimento dessa natureza híbrida das cooperativas industriais desenvolvidas no interior do capitalismo, procura dirimir as contradições que encerram essas experiências de recuperação de empresas.

[...] mesmo numa fábrica gerenciada pelos trabalhadores, os conflitos continuarão existindo. O sistema é capitalista, de conflitos e a fábrica é capitalista, competitiva e que objetiva, em última análise, maximizar a mais-valia. Porém, a maneira como os conflitos são tratados é diferente. As Equipes de Trabalho por fábrica e o Sindicato dos Trabalhadores têm um papel fundamental no projeto (*id., loc.cit.*)

Mas então, sendo a fábrica dos trabalhadores uma “fábrica capitalista”, pode-se chegar à formulação de que aí os trabalhadores buscam maximizar a mais-valia, o que quer dizer que buscam maximizar a própria exploração. Esse parece ser um dos pontos principais a que chega o modelo de autogestão da Anteag, ao pretender alinhar o campo das práticas dos trabalhadores ao ideário capitalista, pela transformação dos trabalhadores nos seus próprios exploradores.

A Anteag situa o surgimento das fábricas recuperadas como resultado da “crise conjuntural/estrutural do sistema capitalista aliada à incapacidade administrativa empresarial” (*id.*), relacionada por sua vez à reestruturação produtiva capitalista que desencadeou a busca

por novos patamares de produtividade e competitividade nas empresas. No cenário dessa “terceira revolução industrial”, o desemprego emerge como um dos principais problemas.

Diante deste quadro ‘revolucionário’ que está mudando, por um lado, o comportamento das empresas e, por outro lado, eliminando as menos competitivas e atrasadas tecnologicamente, causando um volume de desemprego que podemos já chamar de estrutural, há a exigência de uma atitude reativa positiva por parte dos trabalhadores. [...] Para se enfrentar essa ‘revolução’ silenciosa, picante e racional, não se pode mais pautar pelo caminho clássico do enfrentamento, da emoção (*idem*, p.14).

Não adianta continuar sonhando com o socialismo do ano 2000 e morrer na praia junto com milhares de desempregados, sem falar das consequências do desemprego para as gerações futuras. Por que então não assumir a propriedade social dos meios de produção através do coletivo dos trabalhadores? (*idem*, p.4).

Para Faria (*ibid.*) isso sugere a caducidade ou ineficácia das formas de luta dos trabalhadores contra o modo de produção capitalista e, ato contínuo, o abandono da luta pelo socialismo. Entretanto, a proposta de assumir a propriedade social dos meios de produção através do coletivo dos trabalhadores é uma contribuição importante na medida em que recoloca o problema da luta dos trabalhadores pelo controle dos meios de produção como uma condição fundamental para comunismo.

A ANTEAG aproveitou a oportunidade aberta pela crise do capitalismo e pela quebra de empresas para desenvolver um modelo de recuperação de fábricas que não vai muito além da propriedade coletiva dos meios de produção. Com isso, o modelo da Anteag circunscreve a autogestão aos critérios técnicos formais de participação dos trabalhadores na gestão do processo de trabalho (*ibid.*).

A participação dos trabalhadores está subsumida à “capacidade/conhecimento” dos capitalistas na gestão dos processos econômicos, o que implica, por exemplo, numa hierarquia de decisões. Essa separação entre a esfera de gestão propriamente dita e a esfera de participação dos trabalhadores, geralmente restrita à forma de realização das tarefas no processo de trabalho, nos permite situar este modelo da Anteag para as fábricas recuperadas no interior do campo da participação dos trabalhadores e, nesse, no seu ponto mais avançado que é a cogestão. Este tipo de participação funcional significa, em última análise, que não se trata de assumir os trabalhadores o poder da empresa, mas de manterem uma relação de proximidade em relação ao poder onde vigora a divisão do trabalho e a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção material.

A condição de proprietários da empresa e a existência de mecanismos formais de participação e resolução dos conflitos impactam, pelo menos por certo período, na motivação dos trabalhadores, na sua disposição para a realização das atividades produtivas. Detentores da propriedade da empresa em que laboram, com mecanismos institucionais para o tratamento

dos conflitos internos, as energias dos trabalhadores podem assim ser canalizadas para o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos.

Segundo Faria, não é correto afirmar que as relações sociais de produção sofreram modificações nas empresas recuperadas. Sem dúvida que as relações de propriedade sofreu uma alteração sensível, e é bem possível que as relações de trabalho também tenham se modificado.

Um comparativo das condições de trabalho no interior da mina CBCA ou de uma fábrica recuperada em Zion na Argentina revela que houve modificações nas instalações físicas, equipamentos de proteção, ventilação, iluminação, livre acesso no interior da fábrica pelos trabalhadores que antes viam-se limitados a frequentar por toda a vida a mesma seção / departamento, sem conhecer o trabalho do companheiro em outro departamento na mesma fábrica; transformação de um dos refeitórios da fábrica antes destinado apenas para cargos hierárquicos superiores da fábrica – ao passo que os trabalhadores reuniam-se em outro refeitório – em uma biblioteca e espaço para educação e cultura dos trabalhadores e suas famílias (NOVAES, FARIA, 2007).

No entanto, as relações sociais de produção são as que caracterizam este modo de produção como modo de exploração, que determinam o prevailecimento da lei do valor. Afirmar o desaparecimento da distinção entre capital e trabalho serve apenas para aumentar a motivação dos trabalhadores e aumentar-lhes a produtividade. O capital não desaparece com a mudança nas relações de propriedade, com a saída dos antigos proprietários capitalistas. O capital é uma relação social e as classes sociais definem-se pelas funções que ocupam no processo de produção, e não pelo título de propriedade. Os gestores são o capital coletivo, e não dependem da propriedade exclusiva para levar adiante a realização dos processos de trabalho como processo de valorização, isto é, como processo de exploração.

A produtividade aumenta nos momentos iniciais das experiências de fábricas recuperadas, como se pode esperar. Isso se deve também ao fato de poderem lançar mão com facilidade dos mecanismos da mais-valia absoluta, isto é, da extensão da jornada de trabalho e do aumento do ritmo do trabalho. Além da redução dos desperdícios e das práticas de sabotagem a que os trabalhadores sempre lançaram mão e que são uma expressão dos conflitos sociais que tem lugar no interior das unidades produtivas.

Uma pesquisa realizada em 2001 pelo Ibase em parceria com a Anteag, em que foram ouvidos 367 trabalhadores de 13 empreendimentos autogestionários nas cinco regiões do estado gaúcho, aponta que “o compromisso com a empresa se traduz fundamentalmente

em mais trabalho no sentido da produção, já que o resultado dela é visto agora como algo que retorna para os trabalhadores” (ANTEAG, 2004. p.79).

Pode-se questionar se o maior envolvimento ou motivação não significam um aumento da exploração, isto é, do trabalho não pago. Ou seja, se a “vantagem comparativa” das cooperativas que emergem a partir das fábricas falidas reside no recurso às formas de exploração da mais-valia absoluta.

Mas o outro ponto central que explica essa possibilidade de recuperação dessas experiências é precisamente a flexibilização da folha de pagamento. “Os salários ou retiradas, em última análise, dependem da produção e das vendas. Caso haja queda da produção e do faturamento haverá conseqüentemente redução proporcional nos salários e nas retiradas mensais” (ANTEAG, 1995, p. 7).

Conforme relata Faria (2011, p.452), segundo notícia publica na Folha de S.Paulo de 29/05/1995:

No processo [de reabertura da empresa] se decide se a nova empresa será um cooperativa (cotas iguais para todos em função do passivo trabalhista) ou uma associação (o trabalhador tem o controle e é operário e sócio da associação ao mesmo tempo), [...]. Ele [Aparecido de Faria] conta que incentiva o modelo de cooperativa porque reduz os encargos trabalhistas. O cooperado recebe por meio de pró-labore (remuneração por serviço prestado) com valor flutuante e não superior a 20% do faturamento.

Neste aspecto, os gestores das fábricas recuperadas encontram algumas condições para a realização dos processos econômicos que a classe capitalista brasileira vem sonhando desde sempre, isto é, um quadro de trabalhadores comprometidos e motivados, conflitos devidamente tratados em canais formais instituídos e controláveis, apoio do sindicato e flexibilização da massa salarial.

5.2 Empresas autogestionárias

Vieitez e Dal Ri (2001a) realizaram uma pesquisa empírica em dezenove empresas autogestionárias, localizadas em vários estados do país e ligadas à Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), no período de 1998 a 2000, distribuídas por vários ramos industriais: agroindústria, metalurgia, fiação e tecelagem, têxtil, cristais, confecções, carvão mineral, calçados, móveis e plásticos. Em outro trabalho (*id.*, 2001b), realizaram uma pesquisa em também dezenove empresas de autogestão (EAs) e uma de co-gestão, em empreendimentos localizados em vários Estados do Brasil e um na Espanha.

As principais características de uma empresa de autogestão podem ser sintetizadas nos seguintes elementos: a propriedade pertence a um coletivo de associados; os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários; a assembleia geral dos associados é o poder máximo de decisão; os diretores são eleitos pelos associados.

Na amostra investigada por estes autores, a maior parte das EAs organiza o processo de trabalho segundo os princípios tayloristas. Encontrou-se, também, algumas EAs nas quais o processo de trabalho ainda se dá de forma artesanal, próxima à organização pré-taylorista da indústria. As EAs apresentam processos de trabalho em estágios de desenvolvimento diferenciados, segundo a caracterização levando em consideração os seguintes os fatores: máquinas e equipamentos, técnicas e tecnologias de produção, a divisão do trabalho e o controle do trabalho. Encontram-se processos razoavelmente atualizados ao lado de outros que conservam muitas características típicas de formas de organização do trabalho que predominam em épocas históricas anteriores (VIEITEZ E DAL RI, 2001a, p. 41).

Foram detectadas cinco formas de organização do processo de trabalho: artesanato industrial de ferramentas manuais; artesanato industrial com o uso de máquinas-ferramentas; montagem simples; processo industrial, com alta fragmentação do trabalho e utilização de máquinas-ferramentas com algum grau de automação; processo industrial com a utilização de máquinas-ferramentas com alto grau de automação de base mecânica assistidas pelos trabalhadores (*id.*, p. 42).

A pesquisadora se surpreende que os processos de trabalho encontrados, sob o ponto de vista técnico³, são quase os mesmos que os existentes nas empresas capitalistas tanto nas empresas que iniciaram suas atividades na condição de autogestionárias, quanto naquelas que se transformaram em autogestionárias a partir da estrutura de estabelecimentos capitalistas. “As EAs alteraram muito pouco os processos de trabalho oriundos das empresas capitalistas, particularmente no que tange às relações dos trabalhadores com as máquinas e equipamentos, tecnologias de produção e materiais objetos de transformação” (*id.*, p.48). Como consequência desse fato, as condições dos trabalhadores das EAs, no que se refere especificamente a este tema, mantêm-se próxima às das demais empresas.

Dessa forma, por exemplo, uma costureira de uma EA do ramo da confecção, tal qual a de uma empresa capitalista, tem que cumprir sua jornada de trabalho presa a uma função fixa e repetir ao infinito a mesma operação parcelar, de acordo com um

³ A expressão aspecto técnico refere-se aqui às características da divisão do trabalho, às máquinas utilizadas, ao uso de energia física, entre outros fatores. Assim, um metalúrgico de uma EA, no ato de transformação da matéria, executa as mesmas operações que um metalúrgico de uma fábrica capitalista.

ritmo cuja intensidade e cuja constância deixam pouco ou nenhum tempo para outras atividades (*id.*, *op. cit.*).

Ao situar-se em espaços socioeconômicos relegados pelo capital as EAs recolocam em funcionamento forças produtivas que estavam paradas, como ocupação de prédios e utilização de máquinas e equipamentos e, principalmente, a força-de-trabalho, embora essas forças produtivas possam ser portadoras de ônus vindo de uma defasagem técnica (*id.*, p.66). “O parque de máquinas e equipamentos dessas empresas, quando foram assumidas pelos trabalhadores, estava desatualizado” (*id.*, p.67).

De 16 fábricas, nove (56%) estão com o parque de máquinas obsoleto. Quatro (31%) responderam que o estágio de atualização das máquinas e dos equipamentos encontra-se na média brasileira. Considerando que a média brasileira é desatualizada, temos que 77% das empresas têm máquinas obsoletas ou bastante defasadas em relação ao padrão atualizado. Três empresas (23%) declararam que as máquinas e equipamentos são semi-atuais. Apenas três empresas, de 16, disseram possuir algumas máquinas computadorizadas na produção. Oito empresas (50%) estão adquirindo máquinas ou modernizando equipamentos aos poucos. Assim, considerando que o parque de máquinas é obsoleto; que a metade delas não está adquirindo máquinas; e que o ritmo de renovação é lento, tem-se um quadro de baixa capitalização (*id.*, p.68).

Em síntese, observa-se que o parque de máquinas e equipamentos é, em geral, obsoleto; a quantidade de processos e de máquinas computadorizadas na produção é exígua e a utilização de microcomputadores e de programas informatizados é também baixa (*id.*, p.69).

As principais mudanças introduzidas pelas EAs no processo de trabalho dizem respeito à divisão de tarefas, às cadências e, em geral, ao que na empresa capitalista corresponde ao controle do trabalho. Sobre isto, que a pesquisadora chama de democratização das relações de trabalho, aponta que:

Os antigos cargos de chefias são modificados em funções que cumprem o papel de coordenação, perdendo, assim, o seu caráter hierárquico-burocrático típico. Por outro lado, os trabalhadores de chão de fábrica passam a integrar o sistema de deliberações. O que fazer e como fazer não decorre mais de diretrizes emanadas de um centro diretor. Em geral, o trabalho a ser executado é submetido pelos dirigentes à apreciação e discussão dos demais associados, a partir do que estabelecem certos procedimentos de produção (*id.*, p.50-1).

No que diz respeito à divisão do trabalho, verificaram uma significativa alteração na tradicional bipartição da fábrica em setor com funções de execução e setor com funções de direção. Essa modificação está ocorrendo porque os associados são ao mesmo tempo os trabalhadores e os dirigentes da organização.

Quanto à divisão de tarefas, verifica-se uma quebra do sistema de funções especializadas e fixas, que dizem respeito ao desenvolvimento profissional, a flexibilização da disposição funcional dos trabalhadores, a polivalência e o rodízio de funções, sob o

pressuposto de que isso é fundamental para o desenvolvimento da democracia autogestionária.

No entanto, para isso, o trabalhador acaba tendo que acumular o trabalho com o aprendizado de uma nova função que pode ocorrer durante a jornada de trabalho, desde que isso não atrapalhe a produção, ou após o seu término, o que contribui para elevar a intensidade da exploração sobre o trabalho.

Nas experiências das Empresas de Autogestão, a organização da produção é a dimensão sobre a qual esse fenômeno incide de modo mais acentuado, afetando os diversos fatores de produção, tais como ritmos de trabalho ditado pelas pressões advindas do mercado concorrencial e regência do processo de trabalho (*id.*, p.20-1).

Sobre a cadência de trabalho, nos primeiros anos de funcionamento, os ritmos de trabalho diminuíram de modo acentuado na maioria das empresas. Passada essa fase inicial, as injunções de mercado obrigaram as empresas a se adequar à competição mercantil e a rever a questão dos ritmos de trabalho. A ausência da pressão recorrente do capital com vistas à sua valorização tautológica faz com que o coletivo trabalhe, em geral, num ritmo mais lento. Porém, quando as circunstâncias da produção o exigem, o ritmo pode tornar-se mais intenso do que o vigente nas empresas tradicionais. Segundo depoimentos coletados pelos autores citadas com trabalhadores e dirigentes dessas empresas:

Pegamos um cliente na quarta-feira, mil e tantas peças. Reunimos o pessoal, conversamos com eles e saiu antes do prazo. Foi até bonito. Fez com que todo mundo participasse e assumisse o compromisso (presidente da Coopercon, entrevista concedida aos pesquisadores, em 2000).

O ritmo de trabalho nosso é mais leve. Trabalhamos mais à vontade. Esse à vontade tem dois parâmetros. O ritmo doido na empresa tradicional dá menos produção que o pessoal aqui que trabalha à vontade. Às vezes eles apostam entre si quem vai terminar antes uma certa tarefa, para ver quem vai ganhar coca-colas no fim do dia. [...] teve dias, aqui, sobrecarregados, chegamos a ficar espantados, a produção explodiu. Deu índices absurdos. Não parava de produzir. Isso não se verifica na indústria de cristal. Mas num ritmo muito alto, você não aguenta muito tempo. Mas aguenta um índice muito acima do praticado normalmente sem maiores sacrifícios (dirigente da Coopesul, em entrevista concedida aos pesquisadores, em 2000).

Você pode chegar na fábrica agora e tem um monte de gente lendo Playboy. Chegou um pedido para entregar amanhã, as pessoas não tem hora pra terminar. Se o pessoal for exigido, o pessoal responde. Quando a empresa está bem, todo mundo dá uma aliviada. Há um acomodamento. Agora, como a empresa não anda bem, cada pedido que entra é uma relíquia. Aqui, na fábrica, quem tem que responder rapidamente sempre respondeu. [...] O ritmo depende do momento. A impressão que eu tenho é que aqui a coisa é mais tranquila (dirigente da Coopermaq, em entrevista concedida aos pesquisadores, em 1999) (*id.*, p.53-4).

Ligado ao tema dos ritmos, mas com implicações mais abrangentes, encontra-se a questão da análise e da regência do processo de trabalho. Conforme o que foi apurado por Vieitez e Dal Ri (2001a, p. 54-5) ainda em entrevista: “Mas nós não temos que trabalhar com

o tempo, mas com o que o cliente exige (presidente da Metalcoop, em entrevista concedida em 1999).

Várias empresas reintroduziram ou estão preparando a adoção dos estudos de tempo, tendo como objetivo a elaboração de parâmetros com vistas à produtividade. As EAs deram-se conta de que a competição engendrada pelo mercado é uma poderosa referência para determinar o patamar de produtividade (*id.*, p.55).

Na antiga fábrica não tinha cronometrista. Não temos também. Mas o sebrae introduziu um consultor de produção que vai introduzir o estudo de tempo para mexer na produção, para aumentar a produção. Ele pretende aumentar a produtividade em 30%. (dirigente da Cooperpan, em entrevista concedida aos pesquisadores, em 1999) (*idem*, p.56).

O pessoal detectou que havia desigualdade muito grande nos ritmos de trabalho. Uns trabalhavam muito rápido e outros muito devagar. [...] nos mesmos estamos implantando um sistema de tempo. Fizemos um estudo de tempo para 90% dos produtos. Os trabalhadores terão que entrar no padrão tempo. Isso foi decidido em assembleia (dirigente da Mactel) (*id.*, p.57).

Diante destes fatos, Vieitez e Dal Ri (2001^a, p.62) observa-se que, “embora os trabalhadores busquem uma melhoria das condições de trabalho e renda, eles têm gerido os empreendimentos de forma realista, inclusive fazendo sacrifícios pessoais em busca de sobrevivência e do desenvolvimento dos mesmos”.

Os processos de trabalho vigentes nas EAs encontram-se em oposição ao desenvolvimento das relações autogestionárias. O desempenho dos trabalhadores, de funções recorrentes e fragmentadas, durante a maior parte de seu tempo de trabalho, desfavorece o desenvolvimento das habilidades, capacidades cognitivas, intelectuais, emocionais, criativas e outras que são necessárias ao pelo exercício da gestão coletiva e democrática.

A dificuldade ora existente para modificar os processos produtivos tem uma base objetiva, como foi visto, nas tecnologias utilizadas na produção, nas máquinas e equipamentos disponíveis, que ainda requerem do trabalhador o uso predominante de energia física de tipo mecânico.

Entretanto, em certos setores da economia, a utilização predominante de máquinas e equipamentos computadorizados, com capacidade para processar informações e conceitos, prefigura a possibilidade de uma transformação dos processos produtivos. Como exemplo, pode-se citar a empresa Gráficas Papallona Sociedad Cooperativa Valenciana, localizada na cidade de Valência, Espanha. Trata-se de uma empresa pequena, com cerca de 16 associados, voltada sobretudo para a impressão e editoração de obras. A maior parte dos associados é ocupada no processo gráfico de composição e criação, realizado por meio de computadores e

máquinas computadorizadas. O trabalho físico de tipo mecânico praticamente desapareceu e há o domínio do trabalho técnico e de criação (Vieitez e Dal Ri, 2001b).

Diversamente dos processos de trabalho presentes nas empresas que compõem a amostra examinada nesta pesquisa, os fatores citados anteriormente constituem-se em forças favoráveis ao desenvolvimento de relações autogestionárias e democráticas. Isso porque é um processo que exige o desenvolvimento intelectual, estimula a integração entre os diversos trabalhadores e setores da produção, requer um nível médio e ou superior de escolaridade e formação profissional, solicita a iniciativa e a tomada de decisões e proporciona uma maior flexibilidade para que cada pessoa administre sua inserção no espaço e no tempo.

O processo de trabalho que, ao propiciar o desenvolvimento das faculdades intelectuais e emocionais dos trabalhadores, facilita a participação destes nas várias dimensões da vida do empreendimento. Acrescente-se ainda que a utilização dessas tecnologias libera tempos necessários para diversas atividades relativas à construção das relações autogestionárias, entre as quais destacam-se as implicadas no processo de gestão do empreendimento.

A EA suprimiu determinações importantes da alienação do trabalho. No entanto, a alienação do trabalho se conserva em grande parte e, assim, permanece também a direção de quadros com suas características de hegemonia política e administrativa exercida no cotidiano. Esta hegemonia se reproduz porque existe um grande hiato entre a base representada e os representantes.

Os pesquisadores supõem que, para superar esse hiato, seriam necessárias várias ações. Entre elas, introduzir modificações na organização do processo de trabalho que tendam a liberar os associados do trabalho físico estafante e fragmentário;

Concluindo, os pesquisadores entendem que um dos pontos de dificuldade para a realização do potencial social de democratização e de (des)alienação das relações de trabalho que estas empresas em autogestão possuem é a organização do processo de trabalho. Constataram, ainda, contradições relacionadas tanto com o não desenvolvimento da gestão coletiva de forma plena e democrática, como com incompatibilidades entre as virtualidades democráticas e socialistas da comunidade de trabalho e o seu caráter atual de produção independente de mercadorias (Vieitez e Dal Ri, 2001a, p. 145 -6). E, finalmente, eles advertem, para a possibilidade de evolução regressiva dos empreendimentos no sentido de se reconverterem ao estatuto capitalista ou de manterem uma gestão de quadros tecnocrata ou conservadora.

5.3 Empreendimentos de economia solidária no maranhão

As definições gerais utilizadas neste trabalho seguiram as mesmas utilizadas pela SENAES para realização do mapeamento, a qual considera a economia solidária como um considerável conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária, cujos princípios fundamentais são cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica (MTE/SENAES, 2009).

Segundo MTE/SENAES (2009, p.3),

A cooperação se expressa como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organizações coletivas que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares;

A autogestão é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento;

A solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;

E a ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são, por sua vez, organizações: 1) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; 2) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades

econômicas definidas; 4) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e 5) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (idem, loc.cit).

Em linhas gerais estes conceitos operacionais utilizados pela SENAES estão alinhados ao entendimento dos principais teóricos da economia solidária.

Segundo Gaiger, “os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade” (2003, p.135). E, para Singer (2003, p. 13):

a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Numa tentativa de classificação sumária e provisória das experiências reunidas no “setor” da economia solidária, Singer (2003, p.23) descreve:

a) cooperativas de produção industrial e de serviços dotadas de capital abundante, que empregam a melhor tecnologia e se mostram competitivas no mercado mundial; b) cooperativas dotadas de capital modesto, que empregam tecnologias herdadas de empresas antecessoras, e enfrentam grandes dificuldades para se manter em alguns mercados; c) pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou de pessoas estigmatizadas – ex-detentos, deficientes físicos, ex-dependentes de drogas, moradores de rua etc – que procuram desenvolver alguma atividade produtiva mas que sobrevivem em grande medida graças a doações e ao trabalho voluntário de apoiadores externos d) cooperativas de trabalho, que não têm outro capital senão a capacidade de trabalho de seus membros. Estas cooperativas procuram vender serviços a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores. As cooperativas de trabalho se aproximam perigosamente das empreiteiras de mão-de-obra e das falsas cooperativas, montadas por firmas capitalistas que visam explorar o trabalho dos cooperadores sem lhes pagar as contribuições trabalhistas legais.

Tendo por base estes conceitos, em 2005-2007 foram mapeados 793 Empreendimentos Econômicos Solidários em 86 municípios maranhenses, envolvendo 67.929 trabalhadores, dos quais 39.459 são homens e 28.470 são mulheres.

Em 2005-2007 foram mapeados 793 Empreendimentos Econômicos Solidários em 86 municípios maranhenses, envolvendo 67.929 trabalhadores, dos quais 39.459 são homens e 28.470 são mulheres.

Entre as formas organizativas predominantes (Tabela 1), as associações aparecem em primeiro lugar, em 81% dos EES; os grupos informais são as formas organizativas de 11% dos EES; e as cooperativas, de 6% dos EES. A predominância de associações pode estar ligada ao incentivo à sua criação pelo governo estadual como forma de acesso a financiamentos de projetos e às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Tabela 1 - Forma de organização dos empreendimentos

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	EES	%
Associação	644	81%
Grupo Informal	91	11%
Cooperativa	48	6%
Sociedade Mercantil de Capital e Indústria	8	1%
Outra	2	0%
TOTAL	793	100%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

A maioria destes empreendimentos (59% dos EES pesquisados) foram criados a partir da década de 1990 e (25% dos EES) apontava como principal motivação para a sua criação ser uma alternativa ao desemprego. Outras motivações que também guiaram a criação dos empreendimentos foram: ser condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios para 23% dos EES; aumentar renda para 19% dos EES; desenvolvimento de uma atividade na qual a propriedade é coletiva para 4,9% dos EES. Notou-se, portanto, que os valores solidários e os ideais cooperativos perderam espaço frente à luta pela sobrevivência.

Os dados do mapeamento indicam que várias atividades econômicas eram realizadas de maneira coletiva, incluindo utilização de infraestrutura e equipamentos; produção; prestação de serviços; aquisição de matéria-prima; obtenção de clientes; e poupança ou crédito.

A produção coletiva era realizada por 55% dos EES pesquisados; 49% dos EES praticavam coletivamente o uso de infraestrutura; 48% dos EES usavam coletivamente os equipamentos; 34% dos EES realizavam a prestação coletiva de serviço ou trabalho; 26% dos EES realizavam a comercialização coletiva; 16% dos EES realizavam coletivamente a aquisição de matéria-prima e insumos; 14% dos EES realizavam coletivamente a troca de produtos ou serviços; 22% dos EES obtinham clientes ou serviços coletivamente para os

sócios; 10% dos EES realizavam poupança ou crédito coletivamente pelos sócios; e 7% dos EES realizavam outra atividade econômica coletiva entre os sócios (Tabela 2).

Tabela 2 - Atividades Coletivas Realizadas

ATIVIDADES COLETIVAS REALIZADAS	EES	%
1. Produção	434	55%
2. Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc)	387	49%
3. Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)	383	48%
4. Prestação do serviço ou trabalho	272	34%
5. Comercialização – venda	208	26%
6. Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	127	16%
7. Troca de produtos ou serviços	108	14%
8. Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)	92	12%
9. Poupança ou crédito	83	10%
10. Outra.	54	7%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

As cinco principais atividades econômicas desenvolvidas situavam-se no setor primário (agricultura e pesca), na forma da pequena produção familiar, ainda que o uso de infra-estrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas casas, fundo de pasto, terras, etc.) possa ser realizada de forma coletiva e suprafamiliar pelos (as) sócios (as) do empreendimento. Predominava o uso de técnicas primitivas de cultivo e manejo do solo.

As atividades econômicas desenvolvidas mais comuns (Tabela 3) referiam-se a: serviços relacionados com a agricultura em 32% dos EES; fabricação de farinha de mandioca e derivados em 16% dos EES; cultivo de cereais para grãos em 12% dos EES; cultivo de outros produtos de lavoura temporária em 11% dos EES; beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz em 7% dos EES.

Em consonância com a predominância da inserção dos empreendimentos na área rural (69% dos EES), a maioria das atividades econômicas relacionava-se às atividades agropecuárias. Destacou-se também a presença significativa do transporte rodoviário de passageiros, fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos e fabricação de artefatos diversos.

Tabela 3 - Principais atividades econômicas dos EES

Principais atividades econômicas dos EES	EES	%
Atividades de serviços relacionados com a agricultura	251	32%
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	123	16%
Cultivo de cereais para grãos	93	12%
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	91	11%
Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	52	7%
Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano	44	6%

Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	39	5%
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	38	5%
Criação de outros animais	23	3%
Atividades desportivas	22	3%
Pesca e serviços relacionados	21	3%
Criação de bovinos	15	2%
Criação de aves	13	2%
Atividades de serviços relacionados com a pecuária - exceto atividades veterinárias	11	1%
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto moveis	8	1%
Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente	8	1%
Confecção de roupas profissionais	7	1%
Fabricação de farinhas de milho e derivados	7	1%
Fabricação de produtos diversos	7	1%
Exploração florestal	7	1%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

Sobre a propriedade dos equipamentos utilizados, 85% dos EES possuíam equipamentos próprios. E em relação a situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento, 51% dos EES possuíam sede próprias; os demais EES estavam em sedes cedidas ou emprestadas, alugadas, ocupadas ou arrendadas.

Em relação a origem dos recursos para iniciar o empreendimento (Tabela 4), 76% dos EES obteve recursos dos próprios sócios; 21% dos EES obtive empréstimos e/ou financiamento para iniciar as atividades; 20% dos EES iniciaram as atividades a partir de doações; 3% dos EES não exigiram aplicação inicial de recursos; e em 6% dos EES os recursos tiveram outra origem.

Tabela 4 - Origem dos Recursos

ORIGEM DOS RECURSOS	EES	%
Dos(as) próprios(as) sócios(as) - capitalização ou cotas	602	76%
Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)	165	21%
Doação(ões)	160	20%
A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos	26	3%
Outra.	48	6%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

Sobre a existência de apoio, assessoria, assistência ou capacitação (Tabela 5), 52% de empreendimentos tiveram acesso a algum tipo destes, especialmente nas áreas de: assistência técnica e/ou gerencial; qualificação profissional, técnica, gerencial; e formação sócio-política.

As capacitações ocorreram principalmente por ação de órgãos governamentais, Sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR), seguido de organizações não governamentais, igrejas e movimento sindical.

Tabela 5 - Tipos de Apoio

TIPOS DE APOIO	EES	%
Qualificação profissional, técnica, gerencial	266	34%
Assistência técnica e/ou gerencial	248	31%
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	87	11%
Assistência jurídica	36	5%
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	23	3%
Assessoria na constituição, formalização ou registro	25	3%
Outro.	27	3%
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	18	2%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

No que concerne às instâncias deliberativas (Tabela 6), identificou-se mecanismos democráticos de participação dos sócios(as) na maioria dos empreendimentos (87%), mas chama-se a atenção para a sua inexistência em 13% dos EES. Em relação ao tipo de instância deliberativa, 87% dos EES faziam uso da assembleia de sócios ou reunião do coletivo de sócios; em 80% dos EES a instância deliberativa predominante era a diretoria, conselho diretor ou coordenação; em 65% dos EES, era o conselho fiscal; outras instâncias de participação que estiveram presente nos empreendimentos pesquisados, mas que apareceram com menor frequência foram: os grupos de trabalho, comissões ou núcleos, em 20% dos EES; conselho administrativo em 19% dos EES; conselho consultivo em 9% dos EES; comissão ou conselho de ética em 2% dos EES; ou outras em 3% dos EES.

Tabela 6 - Instâncias Deliberativas

INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS	EES	%
Assembleia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as)	688	87%
Diretoria, Conselho Diretor ou Coordenação	635	80%
Conselho Fiscal	512	65%
Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos	162	20%
Conselho Administrativo	153	19%
Conselho Consultivo	70	9%
Outra.	20	3%
Comissão ou Conselho de Ética	18	2%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

A maioria (79%) dos EES teve articulação, relação ou participação com movimentos sociais, populares ou sindicais: 52% dos EES articulava-se com o movimento sindical; 25% dos EES relacionava-se com movimento de luta pela terra e agricultura familiar; e 31% dos EES participava de fóruns e redes.

Quanto à ação social ou comunitária, 40% dos EES participava ou desenvolvia alguma ação nesse sentido, especialmente nas áreas de educação, saúde, moradia e trabalho.

Quanto aos resultados da atividade econômica (Tabela 7), 45% dos EES registraram que deu somente para pagar as despesas e não ter nenhuma sobra; 18% dos EES não conseguiram obter rendimentos suficientes sequer para cobrir as despesas; e 29% dos EES conseguiram pagar as despesas e ter uma sobra. As sobras eram destinadas prioritariamente para fundo de reserva, fundo de investimento e distribuição entre sócios.

Tabela 7 - Resultados da Atividade

RESULTADOS DA ATIVIDADE	EES	%
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	353	45%
Pagar as despesas e ter uma sobra	230	29%
Não deu para pagar as despesas	143	18%
Não se aplica	61	8%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

Em relação ao tipo de remuneração dos sócios que trabalhavam no empreendimento (Tabela 8), 52% dos EES remunerava os sócios por produto ou produtividade; 12% dos EES não estava conseguindo remunerar os sócios; em 9% dos EES não havia remuneração dos sócios; 3% dos EES fazia o pagamento dos sócios na forma de remuneração fixa; e 2% dos EES remunerava os sócios por horas trabalhadas.

Tabela 8 - Tipo de remuneração dos sócios

TIPO DE REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS	EES	%
Remuneração por produto ou produtividade	410	52%
Não está conseguindo remunerar	98	12%
Não há remuneração (autoconsumo ou voluntário)	74	9%
Remuneração fixa	20	3%
Remuneração por horas trabalhadas	18	2%
Outro tipo.	11	1%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

Somente 50% dos EES conseguiu remunerar seus sócios. Tendo como referência o valor do salário mínimo de 2005, de R\$300,00, 17,78% dos EES só conseguiu pagar até ½ salário-mínimo aos sócios; 14,63% dos EES remunerou de R\$ ½ a 1 salários-mínimos; 14,63% dos EES remunerou entre R\$ 1 a 2 salários-mínimos; somente 2% dos EES conseguiu auferir rendimentos entre 2 a 5 salários-mínimos; com remuneração acima de 5 salários-mínimos, foram encontrados apenas 0,7% dos EES (Tabela 9).

Tabela 9 - Faixas de Remuneração

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO	EES	%
Até 1/2 salário mínimo	141	18%
1/2 a 1 salário mínimo	116	15%
1 a 2 salários mínimos	116	15%
2 a 5 salários mínimos	16	2%
Maiores que 5 salários mínimos	6	1%
TOTAL	395	50%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UNITRABALHO-UFMA; SIES/MTE, 2007.

A reprodução desses trabalhadores, nesses termos, só pode ser degenerativa, cujo quadro ainda é agravado pela inexistência de benefícios, garantias e outros direitos para os trabalhadores em 71% dos empreendimentos pesquisados. Somente 21/793 (3%) dos empreendimentos declaram ter pago gratificação natalina aos seus trabalhadores, ao passo que apenas 3/793 deles garantia férias remuneradas e descanso semanal remunerado aos seus trabalhadores.

Em comparação com o universo da população maranhense em 2006, os “ganhos” obtidos pelos empreendimentos de tipo associativo são menores que a remuneração média dos empregos formais no Maranhão, e menores ou iguais ao valor do rendimento médio mensal da população Economicamente Ativa do Maranhão.

No Maranhão, 15% dos empreendimentos de economia solidária mapeados em 2007 contava com o trabalho de 2.562 não-sócios, o que representava, em média, 21 trabalhadores não-sócios por EES. Destes empreendimentos, 58% declaram que a periodicidade de contratação dos (as) trabalhadores (as) não sócios (as) é temporária e que o tipo de trabalho predominantemente realizado, em 74% destes empreendimentos, é de produção. A remuneração média mensal paga a trabalhadores (as) não sócios(as) é de R\$280,06.

Na segunda etapa do mapeamento, foram identificados 838 Empreendimentos Econômicos Solidários em 115 municípios do Estado do Maranhão, envolvendo 65.112

trabalhadores(as) sócios(as) dos empreendimentos, sendo 32.951 ou 51% homens e 32.616 ou 49% mulheres.

Deste total de empreendimentos, 399 já constavam na base de dados do SIES desde a pesquisa anterior realizada em 2005-2007 e outros 439 novos empreendimentos foram incluídos.

Verificou-se que o fenômeno constitui uma resposta dos trabalhadores às transformações do mercado de trabalho na década de 80 e 90, tendo em vista que a maioria dos empreendimentos pesquisados continua tendo início na década de 90, principalmente nos anos que se seguiram à implementação da agenda neoliberal e a política de abertura comercial no Brasil.

No período entre 1993 e 2001, 50% dos EES no Maranhão iniciaram suas atividades. Ao longo da década de 2000, a evolução do crescimento dos empreendimentos manteve-se estável, mas com índices menores do que o apresentado na década anterior. Entre 2002 e 2010, 36% dos EES mapeados iniciaram suas atividades no Maranhão (Gráfico 1).

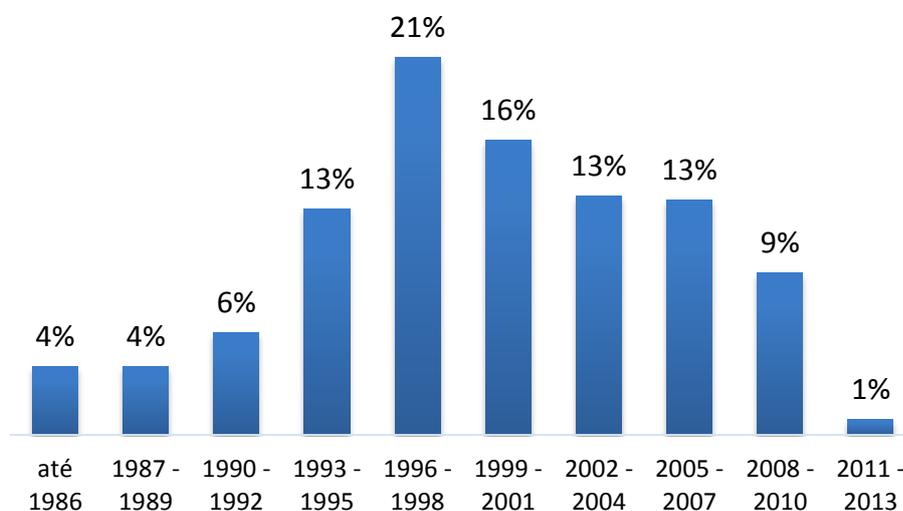


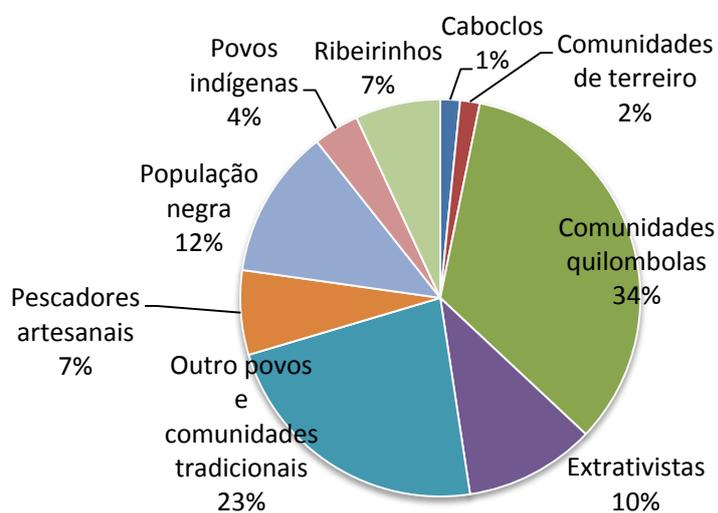
Gráfico 1 - Ano de início dos EES

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Quanto ao pertencimento à algum povo ou comunidade tradicional (Gráfico 2), os sócios de 23% dos EES declararam fazer parte de algum povo ou comunidade tradicional, portanto, se reconhecem como culturalmente diferenciados e possuindo formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Gráfico 2 - Pertencimento à algum povo ou comunidade tradicional



Fonte:
Pesquisa

EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Técnicos, profissionais de nível superior	4	0%
Total Geral	838	100%

Relatório
Mapeamento

Os grupos mais predominantemente encontrados foram: as comunidades quilombolas (34%), população negra (12%), extrativistas (10%), ribeirinhos (7%), pescadores artesanais (7%) e outros povos e comunidades tradicionais (23%).

Tabela 10 - Categoria Social

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Em relação às situações predominantes dos sócios que deram origem ao EES (Tabela 10) ou que o permitem caracterizá-lo, destaca-se a categoria social dos agricultores familiares em 73% dos EES; dos assentados da reforma agrária, em 10% dos EES; os artesãos predominam em 7% dos EES; os desempregados (desocupados), em 3% dos EES; em 5% dos EES estas situações não se aplicam ou não há predominância; e em 2% dos EES predominam outras categorias sociais distintas das relacionadas acima (artistas, catadores de material reciclável, garimpeiros ou mineiros, autônomos, trabalhadores por conta própria, técnicos e profissionais de nível superior).

A presença dos desempregados, artesãos e assentados da reforma agrária entre os sócios dos empreendimentos sugere que estes empreendimentos são constituídos por trabalhadores que sucubiram na luta desigual entre o artesanato e manufatura contra a grande indústria, ou por trabalhadores que não encontraram inserção nos setores formais da economia e buscam alternativas de reprodução social na economia solidária.

Tanto as comunidades tradicionais quanto as categorias sociais a que pertencem os sócios dos empreendimentos mostra que a economia solidária é realizada pelas minorias e povos mais afetados pelas consequências negativas da expansão do modo de produção capitalista.

Um número considerável dos sócios depende de programas assistenciais para sua manutenção. Em 85% dos EES, há sócios que afirmam ser beneficiário de programas de transferência de renda ou de assistência social. Dos sócios que afirmaram depender deste tipo de assistência, a quase totalidade é vinculada ao Programa Bolsa-Família.

A grande incidência de dependentes de programas assistenciais e a predominância de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, artesãos e desempregados entre os sócios dos empreendimentos indicam que este fenômeno é composto por trabalhadores em busca de alternativas de produção da vida material que sucubiram na luta desigual do artesanato e manufatura contra setores mais produtivos que empregam tecnologias que economizam mão-de-obra.

Sobre a situação jurídica ou a forma de organização do empreendimento (Tabela 11), 89% dos EES estão organizados sob a forma de associações; 8% dos EES, sob a forma de grupo informal; 3% dos EES, sob a forma de cooperativas e 1% dos EES sob forma de sociedade mercantil. A predominância das associações deve-se ao incentivo à sua criação pelo poder público, bancos e demais instituições de fomento.

Tabela 11 - Forma de

Organização

Forma de Organização	EES	%
Associação	746	89%
Cooperativa	24	3%
Grupo Informal	63	8%
Sociedade mercantil	5	1%
Total Geral	838	100%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

No que diz respeito à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (Tabela 12), os seguintes setores de atividade econômica destacam-se entre os empreendimentos: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, setor em que se enquadra 23% dos EES; indústrias de transformação, setor em que 20% dos EES desenvolvem suas atividades; e 54% dos EES desenvolvem outras atividades de serviços.

Tabela 12 - Setor de Atividade Econômica

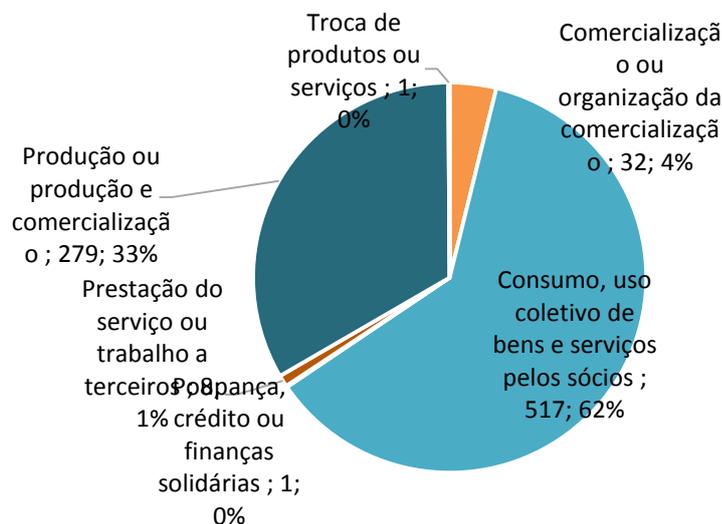
Setor de Atividade Econômica	EES	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	195	23%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2	0%
Artes, cultura, esporte e recreação	4	0%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1	0%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	6	1%
Educação	9	1%
Indústrias de transformação	166	20%
Outras atividades de serviços	453	54%
Transporte, armazenagem e correio	1	0%
Total Geral	837	100%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Quanto a principal atividade econômica realizada pelo empreendimento (Gráfico 3), em 62% dos EES, a principal atividade econômica realizada é o consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios; em 33% dos EES, a principal atividade é a produção ou produção e comercialização; a principal atividade de 4% dos EES é a comercialização ou a

organização da comercialização; 1% dos EES tem como principal atividade a prestação de serviço ou trabalho a terceiros; e há apenas 1 (um) EES mapeado cuja atividade principal seja a troca de produtos e serviços.

Gráfico 3 - Principal atividade econômica realizada pelo empreendimento

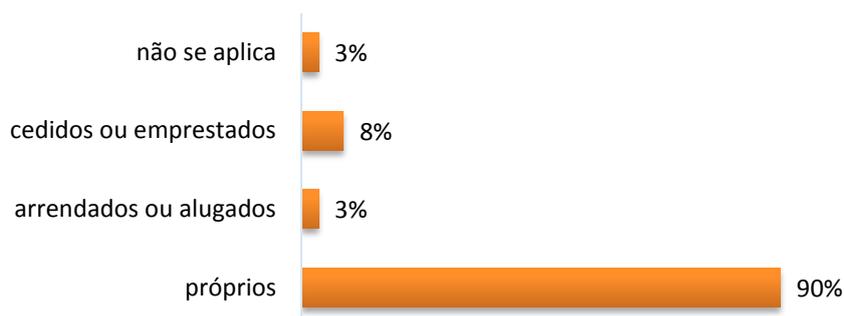


Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

279 ou 33% dos EES têm como principal atividade econômica a produção / produção e comercialização de diversos produtos. Os principais produtos são: farinha de mandioca, produzida por 23% destes EES; arroz, produzido por 21% destes EES; feijão, produzido por 17% dos EES; alface produzida em 8% dos EES; e mel de abelha produzido por 8% dos EES. Além destes produtos, destaca-se, ainda, a produção de: macaxeira; pano de prato; grão de milho; tapete; jogo americano; couve; melancia; quiabo; azeite; bolsa; peixe; cheiro verde; espigas de milho; milho; e mandioca.

Em relação à propriedade dos equipamentos utilizados para realização da produção coletiva no EES (Gráfico 4), os equipamentos são próprios em 90% dos EES;

Gráfico 4 - Propriedade dos equipamentos utilizados para realização da produção coletiva



cedidos ou emprestados, em 8% dos EES; arrendados, alugados ou não se aplica em 3% dos EES.

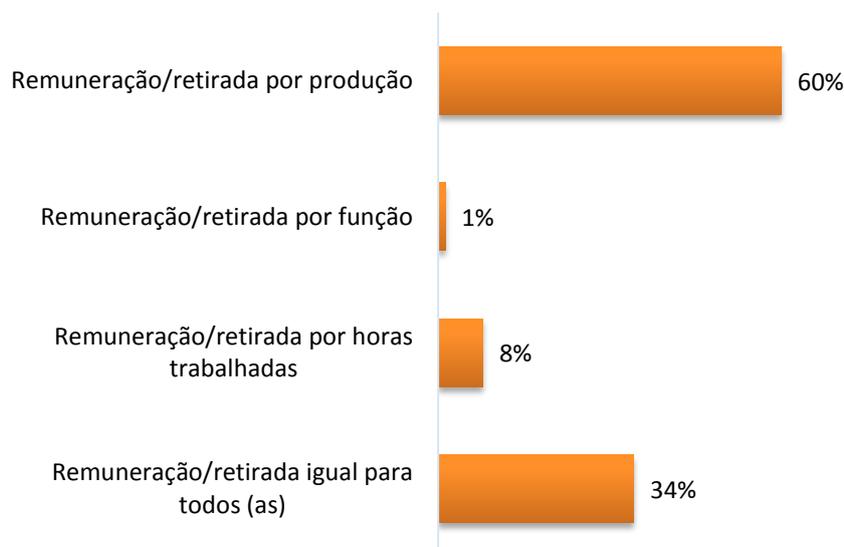
Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

A propriedade sobre os equipamentos de trabalho pelos próprios trabalhadores indicam uma reversão da propriedade privada das mãos de uma classe de patrões. O retorno dos meios de produção para as mãos dos produtores remete a metáfora de Marx sobre o retorno do caracol a sua concha, condição indispensável para romper com a qualidade do trabalho assalariado e superação do capitalismo.

Em relação à situação dos (as) trabalhadores (as) sócios dos empreendimentos de produção / produção e comercialização, há 10211 sócios (as) trabalhando nestes EES, sendo 4947 (48%) homens e 5264 (52%) mulheres. Somente os sócios de 59% dos EES estão conseguindo ser remunerados pelo empreendimento. De maneira preponderante, a renda obtida pelos sócios (as) no EES é a fonte principal da renda dos sócios em 56% destes EES; complementação de rendimentos recebidos em outras atividades em 35% dos EES; e complementação de recursos recebidos por doações ou programa em 9% dos EES.

Em relação a maneira como é feita a remuneração ou retirada dos (as) sócios (as) (Gráfico 5), em 60% dos EES é por produção; em 34% dos EES é igual para todos (as); em 8% é de acordo com a quantidade de horas trabalhadas; e em 1% dos EES é conforme a

Gráfico 5 - Remuneração ou retirada dos (as) sócios (as)



função.

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Não há benefícios, garantias e direitos previdenciários e trabalhistas concedidos aos sócios (as) que trabalham em 80% dos EES. Somente 11% dos EES garantem previdência social e apenas 9% dos EES garantem licença-maternidade ou qualificação social e profissional para os sócios (as) que trabalham no empreendimento (Tabela 13).

Tabela 13 - Benefícios, garantias e direitos para sócios (as) dos empreendimentos de produção / produção e comercialização

Benefícios, garantias e direitos para sócios (as)	EES	%
Descanso remunerado (incluindo férias)	6	2%
Licença-maternidade	24	9%
Creche ou auxílio-creche	2	1%
Qualificação social e profissional	25	9%
Equipamentos de segurança	11	4%
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	3	1%
Previdência Social	31	11%
Plano de saúde e/ou odontológico	0	0%
Auxílio-educação	1	0%
Auxílio-transporte	1	0%
Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes	2	1%
Nenhum destes	224	80%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

A principal atividade de 32 ou 4% dos EES é a comercialização ou a organização da comercialização. Os principais produtos comercializados são: alface, farinha de mandioca e cheiro verde comercializados por 16% dos EES; artesanato, frango, feijão e poupa de frutas comercializados por 13% dos EES; maxixe, bolsas, arroz e mel comercializados por 9% dos EES, etc.

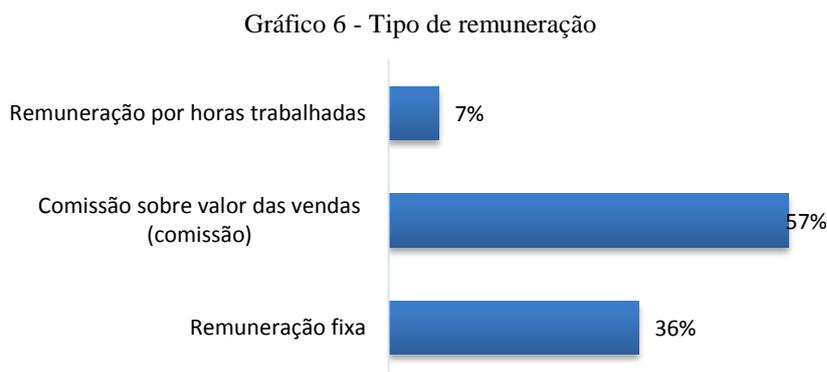
Em relação à situação dos (as) trabalhadores (as) sócios dos empreendimentos de comercialização / organização da comercialização, há 853 trabalhadores (as) sócios (as) responsáveis pela comercialização nestes EES. Dos quais, 455 ou 53% dos (as) são mulheres e 398 ou 47% são homens.

Tendo em vista que em 4 ou 13% dos EES, a comercialização é realizada por pessoas não sócias contratadas ou não pelo EES, e que, portanto, somente em 28 ou 87% dos EES há sócios envolvidos com as vendas; apenas 14 ou 50% destes EES estão conseguindo remunerar os sócios que realizam as vendas.

De maneira preponderante, a renda obtida pelos sócios com a comercialização é complementar a rendimentos recebidos em outras atividades em 56% dos EES; já para 38% dos EES, esta renda constitui-se a principal fonte da renda individual ou familiar; registra-se,

ainda que em 6% dos EES a renda obtida com a comercialização é complementação de recursos recebidos por doações ou programa.

Em relação ao tipo de remuneração predominante (Gráfico 6), 57% destes EES (que estão conseguindo remunerar os sócios) realizam o pagamento na forma de comissão sobre valor das vendas (comissão); 36% dos EES, na forma de remuneração fixa; e 7% dos



EES remunera por horas trabalhadas.

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Quanto aos benefícios, garantia ou direito aos sócios que trabalham no empreendimento (Tabela 14), 89% dos EES (em que a comercialização é realizada por pessoas sócias) não concedem nenhum; em 7% dos EES, os sócios tem planos de previdência social ou qualificação social e profissional; em 4% dos EES, os sócios contam com licença maternidade, equipamentos de segurança ou auxílio-educação.

Tabela 14 - Benefícios, garantias e direitos para sócios (as) dos empreendimentos de comercialização / organização da comercialização

Benefícios, garantias e direitos para sócios (as)	EES	%
Descanso remunerado (incluindo férias)	0	0%
Licença-maternidade	1	4%
Creche ou auxílio-creche	0	0%
Qualificação social e profissional	2	7%
Equipamentos de segurança	1	4%
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	0	0%
Previdência Social	2	7%
Plano de saúde e/ou odontológico	0	0%
Auxílio-educação	1	4%

Auxílio-transporte	0	0%
Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes	0	0%
Nenhum destes	25	89%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

A principal atividade econômica desenvolvida por 8 ou 1% dos empreendimentos é a prestação de serviços / trabalho a terceiros. Cada empreendimento presta somente 1 tipo de serviço, sejam eles: serviços educacionais; apresentação de dança; apresentação artística / cultural; fornecimento de água à comunidade; transporte; curso de computação / informática.

Sobre a propriedade dos instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pelos empreendimentos (Gráfico 7): em 63% dos EES deste tipo, os instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pertencem ao próprio empreendimento; em 38% dos

Gráfico 7 - Propriedade dos instrumentos, ferramentas ou equipamentos



EES, a propriedade é dos associados individualmente; e, em 13% dos EES, pertencem a terceiros.

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

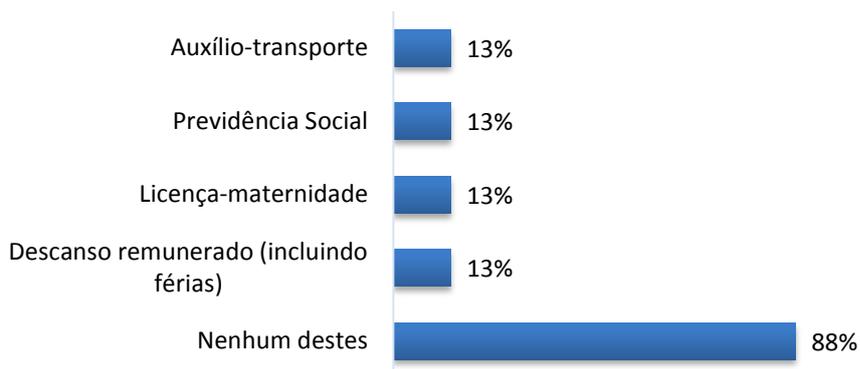
Em relação à situação dos (as) trabalhadores (as) sócios dos empreendimentos de prestação de serviços / trabalho a terceiros, há 171 trabalhadores (as) sócios (as) nestes EES, sendo 85 (50%) homens e 86 (50%) mulheres.

Há 5 ou 63% dos EES que estão conseguindo remunerar os sócios que neles trabalham. De maneira preponderante, para 40% destes EES (que estão conseguindo remunerar os sócios), a renda obtida pelos sócios no empreendimento é a fonte principal ou complementação de rendimentos recebidos em outras atividades; e para 20% dos EES, esta renda é complementação de recursos obtidos por doações ou programa.

Ainda relativo somente aos empreendimentos que estão conseguindo remunerar os sócios, quanto à forma de remuneração: em 80% deles, a remuneração / retirada é igual para todos os sócios e em 20 % deles a remuneração / retirada é por horas trabalhadas.

Quanto à presença benefícios, garantias ou direitos, somente 13% dos EES fornecem auxílio-transporte, previdência social, licença maternidade ou descanso remunerado. Em 88% dos EES, os trabalhadores não possuem nenhum deles.

Gráfico 8 - Benefícios, garantias ou direitos dos empreendimentos de prestação de serviços / trabalho a terceiros



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Há somente 1 empreendimento cuja atividade principal é poupança, crédito ou finanças solidárias organizado sob a forma de banco comunitário. São fundos – recursos financeiros – geridos pelas comunidades que prestam serviço financeiro solidário de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária de determinado território utilizando a moeda social. Nenhum(a) dos sócios(as) do empreendimento trabalham ou atuam diretamente nas atividades relativas aos serviços financeiros.

Em 516 ou 62% dos EES pesquisados a principal atividade econômica desenvolvida é de consumo / uso coletivo de bens e serviços. Em relação ao tipo de empreendimento, 89% destes EES realizam a organização para utilização coletiva de infraestrutura, terra e equipamento; 10% destes EES são associações ou redes de consumidores; e 1% deles é cooperativa de consumo.

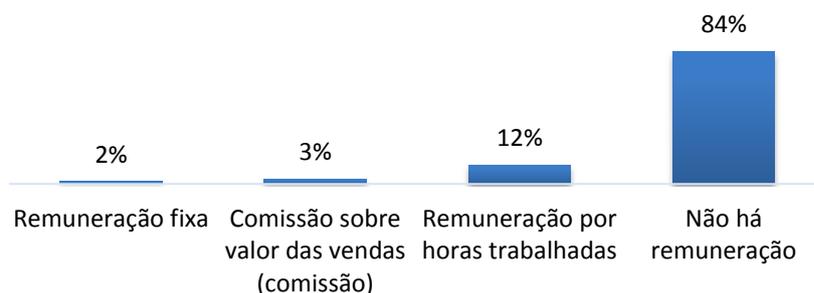
Os bens e serviços mais comumente consumidos, prestados e/ou utilizados coletivamente são: casa de farinha; sede; poço artesiano; trator; terras; usina de arroz; forrageira e açude.

Em relação à situação dos (as) trabalhadores (as) sócios dos empreendimentos de consumo / uso coletivo de bens e serviços, há 16468 trabalhadores (as) sócios (as) nestes

EES, sendo 10127 (61%) homens e 6341 (39%) mulheres. Em 77% dos EES existem sócios trabalhando no empreendimento.

Em relação à remuneração dos sócios que trabalham nos empreendimentos (Gráfico 9), 84% dos EES, em que há sócios trabalhando, não remunera seus sócios; 12% destes EES fazem o pagamento por horas trabalhadas; 3% dos EES realizam o pagamento de

Gráfico 9 - Forma de remuneração dos trabalhadores nos empreendimentos de consumo / uso coletivo de bens e serviços



comissão sobre o valor das vendas; e 2% dos EES fazem o pagamento de uma remuneração fixa.

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Sobre a existência de benefícios, garantias e direitos para os sócios que trabalham no empreendimento (Tabela 15), em 95% dos EES não há nenhum dos que foram questionados na pesquisa; 4% dos EES registra a existência de planos de previdência social aos sócios; em 2% dos EES, as sócias recebem ou receberam licença-maternidade, etc.

Tabela 15 - Benefícios, garantias e direitos para sócios (as) dos empreendimentos de consumo / uso coletivo de bens e serviços

Benefícios, garantias e direitos para sócios (as)	EES	%
Descanso remunerado (incluindo férias)	2	1%
Licença-maternidade	8	2%
Creche ou auxílio-creche	1	0%
Qualificação social e profissional	4	1%
Equipamentos de segurança	4	1%
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	1	0%
Previdência Social	14	4%
Plano de saúde e/ou odontológico	1	0%
Auxílio-educação	2	1%

Auxílio-transporte	1	0%
Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes	1	0%
Nenhum destes	377	95%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013

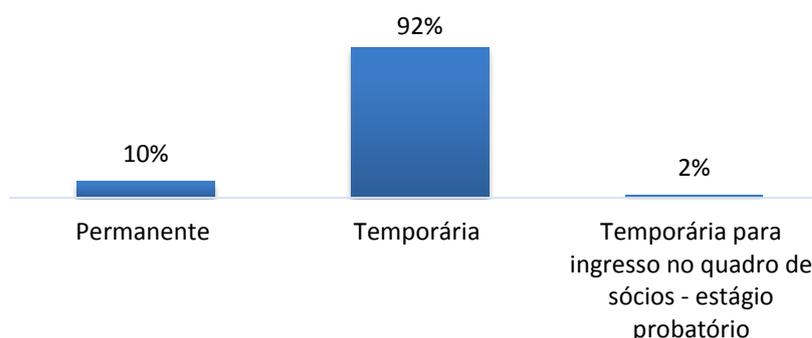
Embora os trabalhadores busquem na economia solidária uma alternativa de produção da vida material, verificou-se que é grande a incidência de empreendimentos em que há sócios trabalhando, mas que não conseguem os remunerar: 41% dos EES de produção / produção e comercialização; 50% dos EES dos EES de comercialização; 37% dos EES de prestação de serviços / trabalho a terceiros; 84% dos EES de consumo ou uso coletivo de bens e serviços.

Além de não receber remuneração pelo trabalho, a situação dos sócios ainda é complicada pela ausência de benefícios, garantias e direitos previdenciários e trabalhistas na maioria dos empreendimentos pesquisados.

Diante de tal situação, não surpreende tamanha dependência dos programas de transferência de renda e assistência social registrada por 85% dos empreendimentos de economia solidária no Maranhão e que, de maneira preponderante, a renda obtida pelos sócios nos EES tenha de ser complementada por rendimentos recebidos em outras atividades e/ou complementada com recursos recebidos por doações ou programas governamentais. A ausência de remuneração dos sócios pode ser em parte compensada também pelo autoconsumo da produção em 56% dos EES deste tipo.

Dentre o universo pesquisado, 14% do total de empreendimentos mapeados contrataram um total de 795 trabalhadores(as) não-sócios(as), sendo 244 (31%) homens e 551 (69%) mulheres. Acerca da forma de contratação dos trabalhadores não-sócios (Gráfico 10), apenas 10% destes EES contratam de forma permanente os trabalhadores; 92% dos EES contratam de forma temporária; e apenas 2% dos EES contratam de forma temporária para ingresso no quadro de sócios, ou seja, fazem um estágio probatório como forma de

Gráfico 10 - Forma de contratação dos trabalhadores não-sócios

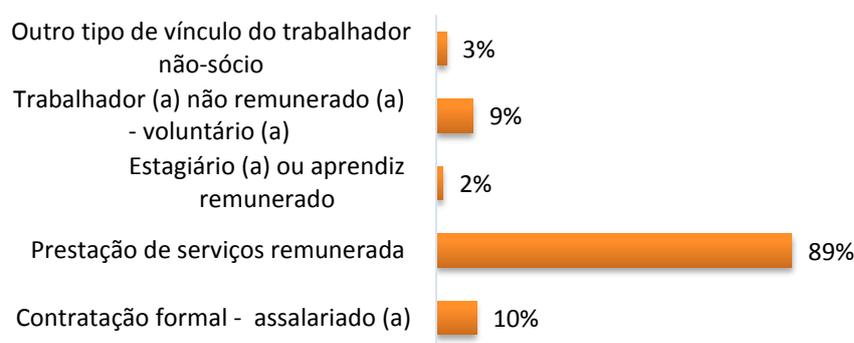


contratação dos trabalhadores não-sócios.

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Quanto ao tipo de vínculo dos trabalhadores não-sócios contratados (Gráfico 11), 10% dos EES que registraram a presença de trabalhadores não-sócios no empreendimento realizam a contratação formal - assalariado (a); em 89% dos EES, o tipo de vínculo do trabalhador não-sócio é a prestação de serviços remunerada; em 2% dos EES o tipo de vínculo do trabalhador não-sócio é estagiário (a) ou aprendiz remunerado; em 9% dos EES, o tipo de vínculo do trabalhador não-sócio é trabalhador (a) não remunerado (a) - voluntário (a); e 3% dos EES possuem outro tipo de vínculo do trabalhador não-sócio não listados acima.

Gráfico 11 - Tipo de vínculo dos trabalhadores não-sócios contratados



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

A maioria dos empreendimentos registra grande incidência de formas de remuneração flexível, tal como pagamento por produção ou de acordo com a quantidade de horas trabalhadas, ou ainda, de acordo com comissão sobre o valor das vendas. Além disso, há predominância na contratação dos trabalhadores não-sócios sob a forma temporária e sob prestação de serviços remunerada. Isto evidencia que as relações de trabalho nos empreendimentos de economia solidária segue a tendência de substituir relações de trabalho assalariada permanente e formal por contratos flexíveis de acordo com as necessidades e volatilidade do mercado.

Quanto à origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento (Tabela 16), 73% dos EES declararam ser dos próprios sócios (capitalização ou cotas); 9% dos EES declararam ter como origem empréstimo e/ou financiamento; 9% dos EES receberam doações de organismos internacionais ou organizações não governamentais; 27% dos EES receberam recursos públicos não reembolsáveis (fundo perdido); 6% dos EES

receberam doações de pessoas físicas ou empresas; e 2% dos EES pesquisados declararam não ter necessidade de recursos para iniciar as atividades.

Tabela 16 - Origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento

Origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento	EES	%
Dos próprios sócios (capitalização ou cotas)	608	73%
Empréstimo e/ou financiamento	74	9%
Doações de organismos internacionais ou organizações não governantes	73	9%
Recursos públicos não reembolsáveis (fundo perdido)	229	27%
Doações de pessoas físicas ou empresas	54	6%
Não se aplica (não houve necessidade de recursos)	18	2%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

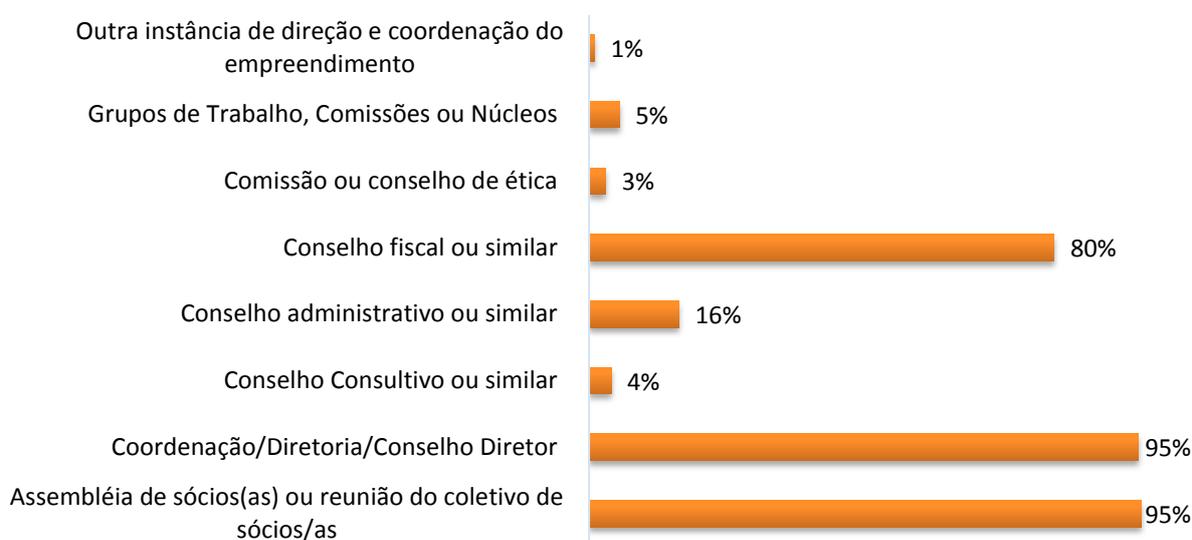
A presença de recursos públicos não reembolsáveis (fundo perdido) em 27% dos EES pesquisados, as doações de pessoas físicas ou empresas, ou ainda as doações de organismos internacionais ou organizações não governamentais mostram a indução exercida por outros setores e que o movimento não se constitui como uma resposta autônoma dos trabalhadores.

Em relação a importância das Entidades de Apoio e Fomento na promoção da economia solidária no Maranhão, 69% dos EES pesquisados obtiveram algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação. Os tipos de apoio mais frequentemente recebido foram de assistência técnica e/ou gerencial por 71% destes EES - com a finalidade de resolver problemas técnicos de produção, processos, tecnologia, produtos, serviços ou de gestão – e qualificação profissional, técnica, gerencial por 60% dos EES; Destaca-se a atuação do Sistema “S” no fornecimento de apoio, assessoria, assistência e acompanhamento de 38% dos EES apoiados; 13% dos EES receberam apoio de prefeituras; para 28% dos EES, o apoio foi fornecido pelo movimento sindical; o governo federal apoiou 20% dos EES etc.

O interesse de empresas, organismos internacionais e organizações não governamentais, além da presença acentuada do SEBRAE nas assessorias de fomento sugerem que estas práticas possam ser funcionais à reprodução do capital em lugar de se constituírem em alternativas emancipatórias.

Constata-se um aprofundamento das relações democráticas e da prática da autogestão pelos trabalhadores dada a predominância de assembleia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as) e a Coordenação / Diretoria / Conselho Diretor como instâncias mais importantes de responsabilidade coletiva sobre as decisões ou definições do rumo, da direção, das estratégias de funcionamento em 95% dos EES pesquisados. Outra instância de direção e coordenação que predomina em 80% dos EES pesquisados é o Conselho fiscal ou similar (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Instância de direção e coordenação



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Os conteúdos, temas ou pautas mais abordados nessas instâncias referem-se a: escolha da direção do empreendimento em 90% dos EES; prestação de contas em 87% dos EES; e regimento interno em 64% dos EES. Além destes temas abordados nas instâncias máximas de deliberação do EES, os sócios ainda participam no acesso ao registro e informações do empreendimento em 87% dos EES; participam nas decisões cotidianas de 81% dos EES; e atividades de formação em 54% dos EES pesquisados.

Em relação a periodicidade de realização da assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as), 55% dos EES se reúnem mensalmente e 22% dos EES, bimestralmente ou trimestralmente; em 10% dos EES a periodicidade das reuniões é semestral; e em 7% dos EES, anual ou mais.

Sobre o grau de participação dos sócios nas reuniões, 52% dos EES registrou a participação de mais de 2/3 do total de sócios na última assembleia geral ou reunião coletiva; 17% dos EES registrou a participação de em torno da metade dos sócios; em 13% dos EES,

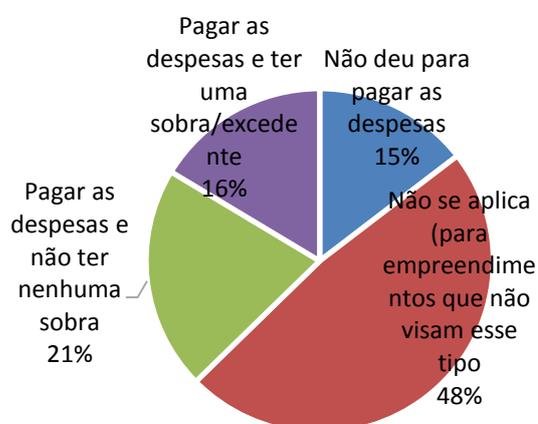
menos da metade dos sócios compareceram; e, 18% dos EES registrou presença de todos os sócios.

Em 39% dos EES foram realizadas atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização dos sócios. Os temas mais tratados: questões ambientais em 64% destes EES; formação política social em 51% dos EES; economia solidária, autogestão, cooperativismo em 44% destes EES etc.

Verifica-se uma rotatividade de coordenador e/ou presidente de até 2 anos em 42% dos EES; em 30% dos EES o atual coordenador e/ou presidente exerce o cargo de 2 a 4 anos; em 14% dos EES esse tempo é de 4 a 6 anos; em 9% dos EES de 6 a 10 anos; em 5% dos EES, o presidente exerce o cargo há mais de 10 anos. Um total de 970 pessoas ocupam funções de coordenação e/ou direção dos empreendimentos mapeados, sendo que as mulheres (5278) são mais predominantes que homens (3792) nessas funções. Apenas 3% dos EES remuneram ou gratificam os ocupantes dessas funções.

Os resultados da atividade econômica (Gráfico 13) também refletem a fragilidade da viabilidade econômica destes empreendimentos. Excetuado os clubes de trocas e os empreendimentos que não visam geração de excedente econômico - correspondente a 48% dos EES pesquisados -, o resultado da atividade econômica de somente 16% dos empreendimentos foi suficiente para pagar as despesas e ter uma sobra / excedente; em 21% dos EES, o resultado da atividade econômica foi suficiente para pagar as despesas e não ter nenhuma sobra; e em 15% isso não foi suficiente nem para pagar as despesas.

Gráfico 13 - Resultado da atividade econômica



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Nos empreendimentos em que houve sobras / excedente, o destino dado para elas foi fundo / reserva para qualquer eventualidade não prevista em 45% destes EES; fundo / reserva para realizar investimento em 36% destes EES; e distribuição entre os sócios (as) em 34% destes EES, etc (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Destino dado para as sobras/excedentes



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Foram identificados 28% dos EES pesquisados que participam de alguma rede ou fórum de articulação (Gráfico 15), sendo o principal deles o Fórum ou Rede de Economia Solidária do qual fazem parte 43% destes EES; 8% destes EES declararam ainda participar de outros fóruns, redes ou articulações; e 32% dos EES fazem parte de Conselhos de gestão e

Gráfico 15 - Participam de alguma rede ou fórum de articulação



fóruns de participação em políticas públicas.

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

A maioria dos EES pesquisados (89%) tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais (Tabela 17). A relação da origem destes empreendimentos com o movimento sindical, conforme foi identificado anteriormente nesta pesquisa, é constatado atualmente pela participação de 85% destes EES no movimento sindical urbano ou rural.

Outra relação forte existente é entre a economia solidária e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, tanto pela forma de organização comum da produção, sob a forma de cooperativas, quanto pela negação da propriedade privada individual. Esta relação se faz evidente pelo fato de que 37% dos EES participam do movimento de luta pela terra ou agricultura familiar e 27% participam do movimento de luta por moradia etc.

Tabela 17 - Tipo de movimento ou luta social

Tipo de movimento ou luta social	EES	%
Movimento de luta pela terra ou agricultura familiar	277	37%
Movimento sindical urbano ou rural	634	85%
Movimento popular ou comunitário	163	22%
Movimento de luta por moradia	204	27%
Movimento étnico/ racial	69	9%
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	8	1%
Movimento ambientalista/ agroecologia	145	20%
Movimento de mulheres ou de gênero	94	13%
Movimento religioso ou pastoral	129	17%
Movimento de desempregados	9	1%
Movimento dos catadores	3	0%
Luta antimanicomial	0	0%
Movimento LGBTT	2	0%
Movimento cultural	51	7%
Movimento de defesa dos Direitos Humanos	59	8%
Movimento de jovens/ juventude	43	6%
Movimento de combate à fome	66	9%
Outro movimento	25	3%

Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Na pesquisa realizada, constatou-se que 59% dos EES pesquisados participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária (Gráfico 16). Em relação às áreas em que são realizadas as ações sociais ou comunitárias, 48% destes EES desenvolvem ações relacionadas com o meio ambiente; 39% destes EES desenvolvem alguma ação social na área de moradia; 30% dos EES, na área de assistência social; 26% dos EES na área de saúde; 25% dos EES na área de cultura; 23% dos EES na área de educação; e 20% dos EES na área de segurança alimentar etc.

O protagonismo por trabalhadores desprovidos materialmente que se reúnem por laços de solidariedade para lutarem coletivamente pelo atendimento de suas necessidades mais básicas também se faz evidente na medida em que 39% dos EES participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária na área de moradia.

Gráfico 16 - Áreas em que são realizadas as ações sociais ou comunitárias



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

A pesquisa procurou identificar as possíveis motivações de organização (Gráfico 17) em torno de empreendimentos solidários. Para 43% dos EES pesquisados, a principal motivação para que os trabalhadores se organizem desta forma é a alternativa ao desemprego, o que indica assim que são as necessidades materiais não atendidas pela exclusão destes trabalhadores no mercado formal que os conduzem a se organizarem nestes tipos de empreendimentos. Outras das principais motivações para a criação do EES foram: condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios e o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades em 43% dos EES. Destaca-se também a busca por uma fonte complementar de renda para os associados em 35% dos EES; desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos em 33% dos EES; e obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo para 30% dos EES.

Gráfico 17 - Motivo de criação



Fonte: Relatório Pesquisa Mapeamento EES/UFMA; SIES/MTE, 2010-2013.

Finalmente, sobre as conquistas e os desafios, as principais conquistas obtidas pelo empreendimento relaciona-se com melhorias para a comunidade local em termos de moradia, escola, infra-estrutura, etc declaradas por 65% dos EES e a integração do grupo / coletivo em 56% dos EES pesquisados. Os principais desafios apontados foram: viabilizar economicamente o empreendimento para 45% dos EES; gerar renda adequada aos (as) sócios (as) para 68% dos EES; garantir a proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios em 54% dos EES.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acumulação capitalista com a finalidade de aumentar a produtividade tem o efeito de realizar a mesma produção utilizando menor número de empregados mediante o uso de tecnologia superior, resultando em contração do volume de empregos. Diante da atual fase do processo de produção capitalista caracterizado pela grande indústria incapaz de gerar postos de trabalho suficiente para toda população trabalhadora, a economia solidária se apresenta como uma solução “não capitalista” para o desemprego ou uma alternativa de produção material da existência a estes indivíduos impossibilitados reproduzir sua vida por meio do salário.

O tema da economia solidária ganha contorno no debate a respeito das alternativas ao modo de produção capitalista, dentro de uma perspectiva de que a produção social não encontra no modo de produção capitalista sua configuração última ou definitiva. As atuais experiências dos trabalhadores associados relaciona-se, portanto, com a temática de transição para o socialismo.

Criticamos a concepção de Singer sobre a coexistência de modos de produção distintos e resgatamos as concepções marxistas sobre desenvolvimento e devir dos modos de produção a partir das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção.

Pois, embora a economia solidária apresente elementos de resistência dos trabalhadores frente à situação de desemprego, acredito que não há suporte empírico e teórico suficiente para afirmar que a economia solidária constitui-se um modo de produção alternativo ao capitalismo, uma vez que esses fenômenos estão emergindo sob a hegemonia do capitalismo, e abrigam contradições não superáveis no âmbito desta ordem social.

No entanto, isso não lhes retira a relevância e nem o potencial de modificação das relações de trabalho no interior dos empreendimentos. São espaços que estão sendo construídos e reconstruídos continuamente pela ação e reação desses sujeitos políticos, de forma que a positividade e negatividade destas experiências existem na mesma totalidade e num mesmo processo histórico que precisam ser devidamente consideradas quando se pretende fazer avançar o potencial emancipatório que carregam.

Há pontos de rupturas e funcionalidade dentro deste mesmo fenômeno que, por isso, são denominados de espaço contraditório da transição social. Tendo isso em vista, buscou-se nas formulações teóricas de Marx e Engels acerca do cooperativismo um

referencial teórico e metodológico para percepção do fenômeno no caminho da superação do modo de produção capitalista.

Primeiramente, situamos o surgimento da economia solidária com a busca de soluções pelos trabalhadores diante da tendência de redução do trabalho imediato vivo no processo produtivo e com o aumento de produtividade nos setores produtivos da economia. Fato que comprova a lei geral de acumulação capitalista de aumentar a produção da riqueza material ao mesmo passo que aumenta a miséria da classe trabalhadora.

Vimos que os fatores e consequências do que Singer denomina de Terceira Revolução Industrial possui, por natureza, as mesmas implicações apontadas por Marx da introdução da maquinaria sobre o nível de emprego que, contudo, é agravada pela globalização dos mercados na atualidade.

Apresentamos a proposta da economia solidária e o pensamento de Singer com o objetivo de partir da aparência do fenômeno para compreender a essência da realidade concreta. Comprovou-se também através dos documentos de reunião da CUT e outros sindicatos, a aparência da proposta da economia solidária como estratégia de desenvolvimento e alternativa de geração de emprego e renda justamente num momento em que empresas nacionais fechavam as portas para concorrência com empresas estrangeiras.

Situamos o fenômeno como espaço contraditório de transição social, o qual comporta tanto elementos de superação da sociedade burguesa no sentido dos produtores livremente associados da qual tratou Marx, como das limitações que estas práticas sócias carregam dentro dos limites do capital.

Estas experiências demonstram por um lado elementos importantes de superação do modo de produção capitalista ao instituir a abolição do lucro privado, à pulverização da propriedade e à substituição de uns padrões por outros mais democráticos. Contudo isto não é suficiente, pois pois tudo isso é perfeitamente realizável e assimilável pelo capitalismo.

Foram realizadas mudanças significativas nas relações de trabalho no interior das unidades econômicas e aprofundamento da democracia no local de trabalho, indicando assim algumas condições materiais para a superação do modo de produção capitalista, partindo do pressuposto de que a transição do capitalismo para uma forma de superior produção implicará a eliminação do trabalho assalariado e a instauração do trabalho associado como fundamento da sociabilidade comunista.

No entanto, as condições de vida dos trabalhadores destes empreendimentos, conforme os dados sobre remuneração dos sócios, ausência de garantias, direitos e benefícios,

formas de contratação temporárias e regime de pagamentos flexíveis apontam para os limites destas práticas, ou até mesmo, para uma funcionalidade ao capital.

As análises que apontavam para as contradições enfrentadas pela cooperação em regime capitalista por Marx e Rosa Luxemburgo, assumem sua pertinência e atualidade. A crítica ao cooperativismo enquanto possibilidade de superação do modo de produção capitalista realizado por estes autores encontra-se atual, ainda que o fenômeno seja historicamente distinto e guarde suas particularidades.

A perspectiva com que foi desenvolvido este trabalho procurou abordar a economia solidária em suas possibilidades e limites, como espaço contraditório e dialética. Portanto, não se pautou em realizar a crítica unilateral da economia solidária como proposta utopista e fantasiosa para solução das panaceias universais dos trabalhadores. Bem como não procurou se destacar somente os pontos que geraram melhorias das condições de vida e trabalho a partir da criação de empreendimentos coletivos e autogestionários.

Também não procuramos realizar discussões sobre enquadramento nos modelos de formas associativas genuínas que remetem a outras práticas de “sucesso”, realizadas em outros lugares e outros tempos, na análise sobre o fenômeno da economia solidária no Brasil.

Finalmente, cabe uma observação quanto a uma diferença metodológica entre as pesquisas de 2005-7 e 2010-1. Os dados referente ao primeiro período foram obtidos em forma de porcentagem nos relatórios do projeto de pesquisa do mapeamento e na cartilha estadual de publicação dos resultados; os dados do mapeamento do segundo período foram obtidos diretamente da base de dados do SIES e permite maior detalhamento das informações, uma vez que é possível conhecer os números absolutos e porcentagens.

Muitas vezes não foi possível comparar os dados da pesquisa anterior com os dados da pesquisa atual por desconhecimento do valor total sobre o qual se calculou os números em porcentagem. O mapeamento do segundo período contou com uma seção específica para cada tipo de empreendimento de acordo com a principal atividade econômica coletiva realizada. Assim, os dados puderam ser relacionados com o universo somente deste tipo de empreendimentos. Ao passo que o mapeamento do primeiro período provavelmente relacionou os valores em porcentagem do número total de empreendimentos pesquisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – ADS. **Planejando empreendimentos solidários**. São Paulo: CUT, 2004.

_____. **Prospecção, diagnóstico e sensibilização de empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: CUT/MTE, 2005.

ANTEAG. **Autogestão em avaliação**. São Paulo: IBASE/ANTEAG, 2004.

_____. **Como salvar o emprego**. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. São Paulo: Maio/1995.

_____. **Empresa social e globalização**: administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. Prefácio de Paul Singer. São Paulo: ANTEAG, 1998.

_____. **Modelo de Contrato Coletivo**. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

_____. **Reestruturação industrial e autogestão**. Documentos do II Encontro Nacional dos trabalhadores em Empresas em Autogestão. São Paulo: Maio/1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BAPTISTA, Margarida Afonso Costa. Política industrial e desestruturação produtiva. In: **Crise Brasileira, anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: DESEP/CUT e Instituto Cajamar, 1993.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHAUÍ, Marilena. A história do pensamento de Marx. In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e Perspectivas. São Paulo: CLASCO, 2007.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: BENINI, Edi.; *et al.* (Orgs.). **Gestão Pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideo. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideo: Editorial PROCOAS, 2010. p. 23-43.

CNM/CUT. **4º Congresso Nacional dos Metalúrgicos**. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. CNM/CUT, São Paulo: 1998.

CUT. 5º CONCUR – Congresso Nacional da CUT. **Resoluções**. CUT/Brasil. São Paulo, 19 a 22 de maio de 1994.

_____. 7º CONCUR – Congresso Nacional da CUT. **Resoluções e Imagens**. CUT/Brasil. São Paulo, 2000.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Solidário**. Escola Sul. CUT/Brasil. Texto-base do Seminário Regional Economia Solidária e Sindicalismo. Florianópolis, Escola Sul da CUT. Ago. 1999a.

_____. Relatório do Seminário Nacional: Empresas Autogestionárias e Cooperativas: alternativas ao desemprego? In.: **A formação e os desafios da CUT**. Caderno 4 – Autogestão e cooperativismo, 1996.

_____. Seminário Nacional de Economia Solidária. **Projeto de Desenvolvimento Solidário**. CUT Brasil. São Paulo, 24 e 25 de setembro de 1999b.

_____. **Sindicalismo e Economia Solidária**. Reflexões sobre o projeto da CUT. Publicação do GT Nacional Economia Solidária. CUT Brasil. São Paulo: Dezembro de 1999c.

DAL RI, Neusa Maria. O sistema cooperativista do movimento dos trabalhadores sem terra. In: **Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas recuperadas de autogestão**. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

ENGELS, Friederich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 1880. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap03.htm>>. Acesso em: jun. 2013.

FORUM SOCIAL MUNDIAL. 2º Fórum Social Mundial e 2ª Feira Mundial De Economia Solidária. **Documento síntese**. Santa Maria – RS. Brasil. 11 a 14 de julho de 2013.

_____. **Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM. 2004.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC, 2011.

GAIGER, Luiz I. Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista. **Revista Caderno CRH**. Salvador, UFBA, n.39. 2003.

GERMER, Claus. A ‘economia solidária’: uma crítica marxista. *In*: GEDIEL, José Antonio Peres. **Estudos de direito cooperativo e cidadania nº 1**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007. p. 51-73

_____. A economia Solidária: uma crítica marxista. **Revista Outubro**. n. 14. São Paulo: Alameda, 2006. Disponível online em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1117&Itemid=216> Acesso em: mar. 2013.

GRADE, M. **Economia solidária**: superação do modo de produção capitalista? Disponível em:

<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/ECONOMIA%20SOLID%C3%A1RIA%20SUPERA%C3%87%C3%83O%20DO%20MODO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%20CAPITALIS%E2%80%A6.pdf>> Acesso em: abr. 2013.

_____. **Solidariedade como o espaço da transição**: uma análise crítica da Economia Solidária a partir de Karl Marx. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0C4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sep.org.br%2Fartigos%2Fdownload%3Fid%3D1181%26title%3DSolidariedade%2520como%2520o%2520espa%25C3%25A7o%2520da%2520transi%25C3%25A7%25C3%25A3o%3A%2520uma%2520an%25C3%25A1lise%2520cr%25C3%25ADtica%2520da%2520Economia%2520Solid%25C3%25A1ria%2520a%2520partir%2520de%2520Karl%2520Marx&ei=8HGTUe6hMqP30gHsm4CoDg&usq=AFQjCNEV0leVIkOcGOqAdESHYGR3Kt4EKA&sig2=ZuLOMDD85o2pyKeFRuKnfw&bvm=bv.46471029,d.dmQ>> Acesso em: abr. 2013.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. São Paulo: Global Ed., 1982. p. 118.

HOBBSAWM, Eric J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBBSAWM, Eric J. *et al.* **História do marxismo**: I – Marxismo no tempo de Marx. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ICAZA, Ana M. S.; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 101-9.

IPEA. **A situação social nos Estados** – Maranhão. Brasília, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm>. Acesso em: jun. 2013.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. p. 205-36.

_____. **Elementos fundamentais para la crítica de la economia política** (Grundrisse) 1857-1858, 7 ed. v. 2, México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Cap. 4. 1845. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap2.htm>> Acesso em: mai 2013.

_____.; _____. Manifesto do Partido Comunista. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998. pp. 37-69.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. L. 3, tomo 1, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985/86a.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. L. 3, tomo 2, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985/86b.

_____. **O Capital**. L. 3, v. 5. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **O Capital**. L.1, v. 2. São Paulo: Nova Cultura, 1996a.

_____. **O Capital**. L.1, v. 2. São Paulo: Nova Cultura, 1996b.

_____. **Para a crítica da economia política**. 1859. Disponível online em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>> Acessado em abril de 2013.

_____. **Salário, preço e lucro**. 1956. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/>>. Acesso em: mai. 2013.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Ed. Perseu Abramo. 1999. Disponível em <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Jorge%20Mattoso-1.pdf>> Acessado em abril de 2013.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Questões práticas sobre Cooperativas de Produção. **Cadernos de Formação do MST**. São Paulo, n.21, 1996.

MTE. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: abr/2013.

MTE/SENAES. **Guia de orientações e procedimentos do SIES**: SIES 2009/2010. Brasília: MTE/SENAES, 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.

MTE/SIES. **Relatório estadual do mapeamento da economia solidária no MA**. Projeto de Pesquisa. São Luís: UNITRABALHO/UFMA, 2007. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=MA>> Acesso em: abr. 2013.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. **Revista Temporaes**. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. pp. 97-145.

NOVAES, H. T.; SARDÁ M. **Para onde vão as fábricas recuperadas?** Revista Organizações & Democracia. Marília: Editora da Unesp, nº5, 2007.

ODA, Nilson Tadashi. **Sindicato e cooperativismo**: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: Paul Singer & André Ricardo de Souza. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PEDREIRA Filho, Valdemar dos Santos. **Comissões de fábrica**: um claro enigma. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

RAGO, Luzia Margareth. O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão. In.: Luzia Margareth Rago. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAZETO MIGLIARO, Luiz. **Economia popular de solidaridad**: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago/Chile: Área Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986.

SENAES. **Economia Solidária em Desenvolvimento**. SENAES/MTE. Brasília, 2003.

SENAES/MTE. **A Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em: jun. 2013.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. **Revista Mercado de Trabalho**. IPEA, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2004.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [Org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. Autogestão contra o desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/22/dinheiro/4.html>>. Acesso em: mar/2013.

_____. Desemprego: uma solução não capitalista. **Rev. Teoria e Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Ed. 32, jul-set. 1996.

_____. Economia socialista. In.: Paul Singer e João Machado. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In.: _____.; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Economia Solidária. **Rev. Teoria e Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Ed. 47, jan. 2001.

_____. **Globalização e desemprego: Diagnósticos e alternativas**. Paul Singer. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em <<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/singer.pdf>> Acessado em abril de 2013.

SOUZA, Jean Adriani de. **O trabalho associado em Karl Marx: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição**. Dissertação de mestrado. UFSC, 2008.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. Coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem-terra/MST no Maranhão (1990 - 2000)**. Tese de doutorado. UFSC, 2008

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. **Trabalho Associado e Revolução Proletária**. 2010. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&sqi=2&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ivotonet.xpg.com.br%2Farquivos%2FTRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf&ei=OJKTUcm0JoT90gHbioH4DA&usg=AFQjCNFIango0U9qfPVAi48Ja5WfRK8-XQ&sig2=Gq_FvCrj2j81PabQG0Ttdg> Acesso em: abr. 2013.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neuza Maria. **O processo de trabalho nas fábricas de autogestão**. Revista ORG & DEMO, nº2, 2001b.

_____. **Trabalho associado**: Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

ANEXOS

ANEXO A – Principais entidades de apoio e fomento

Segundo o conceito operacional utilizado pelo SIES (MTE/SENAES, 2009, p.4), as entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária (EAF) são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

A organização da economia solidária apoiou-se em quatro importantes EAF, que podem ser consideradas como seus pilares fundamentais: Cáritas Brasileira, Anteag, Incubadoras Universitárias e a CUT - que congrega ações da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol).

Pode se destacar a importância dos setores progressistas da igreja católica para a emergência dessas experiências no Brasil, dentre elas, a Cáritas Brasileira: entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através da sua linha de apoio a Projetos Alternativos Comunitários (PAC's), passando pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ganha força na década de 1980 e nos anos 1990 se amplia com a Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV), que além de distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda. Acerca da atuação da Cáritas, Singer (2002, p. 122), afirma que:

Ainda nos anos 1980, a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país.

Em 1994 nasce a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Co-gestão), a partir da iniciativa de um determinado setor sindical, com a finalidade de apoiar experiências já existentes, especialmente em termos de assessoria técnica.

As universidades contribuíram com a ideia de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) visando a ajudar grupos comunitários a desenvolver coletivamente atividades econômicas. A primeira Incubadora Universitária, por sua vez, surgiu em 1998, como uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (Cope) da UFRJ. Ainda em 1998 foi fundada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de

Cooperativas Populares (ITCP) com o objetivo de difundir a experiência do Cope pelas universidades do país e de vincular as incubadoras de forma interativa e dinâmica, fomentando a transferência de tecnologias e conhecimentos. A Rede rapidamente favoreceu a expansão das Incubadoras pelas universidades públicas brasileiras, congregando, nos dias atuais, 37 incubadoras universitárias.

A partir de 1999, as ITCPS formaram uma rede, e se reúnem periodicamente para compartilhar experiências, e aprimorar a metodologia de incubação, além de se posicionar dentro do movimento nacional de Economia Solidária. Ainda em 1999, a referida rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços em diversas áreas, ao movimento operário, além de desenvolver desde 1997 um programa de estudos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Por fim, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui três entidades que, conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol).

A ADS foi criada em dezembro de 1999 "a partir de um intenso debate no sindicalismo cutista sobre as novas configurações do mercado de trabalho e da reestruturação produtiva no Brasil e a necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento, tendo como princípios fundamentais a Economia Solidária e o desenvolvimento local sustentável" (ADS, 2004, p. 9). Sua ação está centrada no planejamento e na articulação dos empreendimentos solidários, tendo como estratégia básica a formação de complexos cooperativos por meio da vinculação dos diversos atores e organizações econômicas dos territórios em torno de objetivos e metas comuns (ADS, 2005, p. 14).

Seus objetivos específicos são:

- fomentar os valores da solidariedade na sociedade;
- facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito;
- proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação da autonomia e da capacidade de gestão;
- construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem na definição de estratégias e políticas da Agência;
- apoiar a criação e viabilização de empreendimentos solidários;
- organizar redes de economia solidária articuladas à estratégia de desenvolvimento sustentável;
- ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado;

- proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias⁴;

A ADS considera, ainda, como um de seus objetivos a implementação de uma política de organização sindical articulada à economia solidária, tendo a CUT como condutora do processo. Tal política, desenvolvida por intermédio do sindicato dos trabalhadores dos empreendimentos autogestionários, está voltada para a luta conjunta contra o desemprego e a favor dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários de todos os trabalhadores.

A Unisol foi fundada em 2000 com a finalidade de atuar na busca da melhoria socioeconômica de entidades e empresas coletivas e de garantir a geração de trabalho e renda com dignidade. A entidade surgiu inicialmente como Unisol-SP, congregando 12 empreendimentos solidários do estado de São Paulo. Em 2004 ela já contava com mais de 70 empreendimentos; além disso, a existência de várias cooperativas de outros estados que eram atendidas pela entidade fez com que ela se transformasse em um complexo nacional: Unisol-Brasil.

As entidades filiadas pagam uma mensalidade a esta entidade e em troca recebem assistência técnica, formação, assessoria em marketing e comercialização, e, sobretudo, uma representação política. A Unisol também presta serviço de financiamento aos empreendimentos filiados.

Por fim, a Ecosol, criada em 2004, em parceria com o Sebrae, congrega um conjunto de cooperativas de crédito que operam segundo os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover a solidariedade financeira entre associados, utilizando recursos poupados pelos cooperados que resultam na geração de renda para empréstimos aos demais membros. A Ecosol propõe-se a viabilizar a inclusão da população de baixa renda no sistema financeiro por meio desses recursos, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento das regiões em que atua.

⁴ Sindicalismo e Economia Solidária... CUT Brasil. Op., cit., pp.61-62.

ANEXO B – A Secretaria Nacional de Economia Solidária

No Brasil, além das diversas organizações de apoio, desde de 2003 está sendo institucionalizada uma política pública específica para este segmento no âmbito do governo federal. O seu marco é a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE.

Com o governo Lula, a economia solidária ganha estatuto de política pública federal, ingressando no Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), criada por lei em maio de 2003. Paralelamente, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a finalidade de articular as experiências de economia solidária no território nacional e representá-las junto aos governos e fóruns internacionais. O FBES trabalha diretamente com a Senaes e desdobra-se em fóruns estaduais, buscando fornecer capilaridade ao movimento organizado de economia solidária. Em vários estados já foram também criados fóruns municipais e microrregionais, reunindo um conjunto de municípios (SINGER, 2006, p. 202).

O espaço de discussão e articulação nacional começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no I Fórum Social Mundial. Algumas entidades nacionais, juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul, decidiram constituir um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária para organizar as atividades da economia solidária no II e III Fórum Social Mundial, reunindo várias iniciativas de entidades nacionais e de organizações e redes internacionais ligadas ao tema.

Esse Grupo de Trabalho realizou uma reunião nacional ampliada para discutir o papel da economia solidária em novembro de 2002, onde nela decidiu-se elaborar uma Carta para o Presidente Lula, sugerindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. A Carta foi divulgada amplamente por correio eletrônico. Ao mesmo tempo, o GT Brasileiro se colocou a tarefa de organizar a Plenária Brasileira de Economia Solidária, a fim de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento de economia solidária⁵

Na 2ª Plenária Nacional realizada em janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial, foi discutida a criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, além de possibilitar o início do debate e aprofundamento de uma plataforma política para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. Foi tomada a decisão de constituir o FBES

⁵ Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM. 2004.

em outra Plenária Nacional, sendo que esta deveria ser antecedida de encontros estaduais que preparariam a discussão nacional e elegeriam delegados para a mesma.

O FBES foi criado em junho de 2003 na 3ª Plenária, no mesmo momento de criação da SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego. O Fórum passou a ter o papel de interlocutor com a SENAES, no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária.

Em pouco mais de cinco anos, quando da Realização do Iº Fórum Social Mundial em Porto Alegre (25 a 30 de janeiro de 2001), o Seminário “Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável” reuniu as principais instituições envolvidas com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, entre elas: Anteag, ASD/CUT e Pacs, junto com a Cáritas Brasileira, Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Institucionais do Governo do Rio Grande do Sul (SEDAI/RS).

Essas instituições constituíram o GT Brasileiro, que preparou as atividades do I FSM e manteve-se para a organização do tema no IIº FSM, também realizado em Porto Alegre no início de fevereiro de 2002. Essas instituições reunidas em torno do GT Brasileiro, e outras que foram nele se engajando a partir desse espaço de articulação e estreitamento das relações, acumularam forças e, com a vitória de Lula nas eleições de 2002, demandaram ao novo governo a inclusão de uma política para a economia solidária.

Na Plenária Brasileira de Economia Solidária, as instituições já constituíram as bases para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com o qual a Secretaria Nacional de Economia Solidária deveria manter um canal de diálogo permanente para “elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia”. (Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM. 2004).

No IIIº Fórum Social Mundial, em 2003, já estava definida a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo com secretário Paul Singer. Os principais quadros técnicos e políticos que compõem a equipe da SENAES vieram, por um lado, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (Universidade de São Paulo) e, por outro lado, da equipe do Programa de

Economia Solidária do Rio Grande do Sul (SEDAI/RS), dissolvida após a derrota eleitoral de 2002. Os demais quadros vieram de outras universidades, Igreja e movimentos sociais.

A SENAES irá manter essa relação com o FBES, e procurará agregar todas as suas orientações e interesses, resultando numa espécie de mosaico da economia solidária. Para consolidar essa articulação, a SENAES manterá relações periódicas com o “movimento da economia solidária” através de Plenárias da Economia Solidária e, ainda, pela constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Na SENAES estão representados, por um lado, os interesses das Incubadoras Universitárias, dos gestores de políticas públicas em economia solidária, das Organizações Não Governamentais que atuam no campo da economia solidária, das Associações de representação de empreendimentos no campo do cooperativismo e da autogestão, da Igreja, etc.

Para a SENAES a economia solidária constitui-se genericamente numa resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social, quase sempre iniciativa de entidades envolvidas na problemática social, de caráter local, regional e nacional. Estas entidades são chamadas pela SENAES de “agências fomentadoras, sem as quais a presente revivescência da economia solidária não seria possível”⁶.

O objetivo geral da SENAES é viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo território nacional e sua estratégia é “fortalecer e divulgar a economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”.

E, dentre os seus objetivos específicos, destaca-se:

- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, apoiando materialmente as agências de fomento da economia solidária, auxiliando na articulação de cadeias produtivas e no apoio ao consumo ético e o comércio justo;
- fortalecer espaços de organização e participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais na formulação de políticas públicas para a economia solidária, junto à implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

A criação a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi uma resposta do governo “positiva” às mobilizações feitas pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária dentro do Fórum Social Mundial. Para o governo, isso significou uma mudança profunda nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e a garantia de direitos de cidadania da população menos favorecida na sociedade. As outras formas de trabalho

⁶ Economia Solidária em Desenvolvimento. SENAES/MTE. Brasília, 2003. p. 7. Sobre a criação da Senaes, ver também: SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. Revista Mercado de Trabalho. IPEA, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2004.

associado e cooperado ganharam espaço e reconhecimento ao lado das demais políticas de geração de emprego.

O Ministério do Trabalho e Emprego passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. Em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado “o Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária” (MTE).

Assim, a SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária [...]

ANEXO C – O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e o Mapeamento da Economia Solidária no Maranhão

Desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária está sendo desenvolvido um conjunto de ações para o fortalecimento da economia solidária. Dentre elas o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que se constitui em uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária.

Essa iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém-criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um Mapeamento da Economia Solidária no Brasil com o objetivo de constituir uma base nacional de informações que contribuísse para proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas.

É coordenado nacionalmente pela Secretaria de Economia Solidária, concebido por um grupo de trabalho coletivo composto pelo MTE (SENAES e Observatório do Trabalho), IPEA e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e tem como objetivos:

- a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (SENAES/MTE, 2009, p. 6).

E orientado pelas seguintes diretrizes:

- a) Formulação e aperfeiçoamento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitem verificar a abrangência e potencialidades da economia solidária possibilitando sua incorporação em estudos, pesquisas, censos e levantamentos realizados pelas instituições públicas de pesquisa e informação;
- b) Fortalecimento da organização da economia solidária atendendo demandas específicas de identificação e conhecimento da economia solidária nos territórios, o desenvolvimento de catálogos de entidades e produtos, a promoção de redes de intercâmbio etc.;
- c) Participação de representações dos principais atores da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores públicos) no processo de implementação e disseminação do SIES;
- d) Progressividade na implementação do SIES, com possibilidade de ampliação da base de informações para atender demandas territoriais e novas variáveis identificadas posteriormente à implementação do Sistema;

- e) Confiabilidade das informações, que deverá orientar todo o processo de formulação dos instrumentos de pesquisa, de coleta, análise e disseminação de informações;
- f) Publicização adequada e fidedigna dos resultados do SIES como direito da sociedade ao acesso às informações e como obrigação dos órgãos públicos que realizam estudos, pesquisas e diagnósticos, proporcionando a visibilidade da economia solidária e a transparência necessária do processo realizado de seu mapeamento; e
- g) Segurança no uso autorizado das informações, impedindo qualquer constrangimento aos informantes, nos termos do art. 5º, incisos X e XII, da Constituição (*idem, ibidem*).

A gestão do SIES ocorre de forma compartilhada e participativa por uma Comissão Gestora Nacional (CGN); por 27 Comissões Gestoras Estaduais (CGE's) e Coordenações Técnicas Estaduais (CTE's) em todas as Unidades da Federação; pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e pela Coordenação Geral de Informática do MTE.

A Comissão Gestora Nacional é uma instância nacional de natureza consultiva e propositiva, composta por representantes governamentais e não-governamentais, com as seguintes finalidades:

- a) Propor objetivos, diretrizes, metodologia e gestão do Sistema;
- b) Subsidiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de coleta de informações;
- c) Acompanhar a análise de resultados e disseminação das informações; e
- d) Propor procedimentos e periodicidade para a continuidade da coleta de informações do SIES (*idem, p.7*).

As Comissões Gestoras Estaduais são instâncias estaduais de natureza consultiva e propositiva, compostas pelo MTE (por meio das Superintendências Regionais do Trabalho); representantes dos fóruns estaduais (entidades de apoio e empreendimentos); universidades; outros órgãos governamentais; e pelos movimentos sociais que atuam com economia solidária, com as seguintes finalidades:

- a) Acompanhar a implantação dos Sistemas de Informações da Economia Solidária nos Estados;
- b) Apoiar a alimentação e manutenção da base de dados do SIES;
- c) Propor entidades para celebrar convênios de cooperação técnica e financeira na implementação e manutenção de Sistemas de Informações da Economia Solidária nos estados;
- d) Subsidiar a elaboração de diretrizes e de regimento para implantação de sistemas territoriais de informações em Economia Solidária nos respectivos estados, incluindo os procedimentos de acesso aos microdados estaduais, conforme estabelecido na alínea "e" do item "7.3" do Termo de Referência;
- e) Sugerir à SENAES/MTE os usuários estaduais com acesso ao SIES para cadastro e atualização de informações referentes aos EES e EAF nos respectivos estados. O usuário assume inteira e total responsabilidade quanto ao uso do SIES.
- f) Apoiar a realização de eventos para divulgação pública dos resultados do SIES;
- g) Subsidiar a elaboração e divulgação de relatórios, catálogos e outros produtos do SIES; e
- h) Apoiar a atualização periódica das bases de dados do SIES (*idem, p.7*).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), por intermédio do seu Departamento de Estudos e Divulgação, possui as atribuições de gestão estratégica do Sistema; e a Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho e Emprego (CGI/MTE), é responsável pelo desenvolvimento e manutenção eletrônica do SIES e sua base de dados.

Além destes, as Coordenações Técnicas Estaduais são constituídas a partir de convênios celebrados entre a SENAES e Instituição Científica ou Tecnológica - ICT, Instituição de Ensino e Pesquisa, pública ou privada sem fins lucrativos, Fundação de Apoio criada para tal fim, ou outra Organização pública ou privada sem fins lucrativos, convocadas por meio de chamadas públicas de parceria entre a SENAES/MTE, e que possuam comprovada atuação em economia solidária há pelo menos 04 (quatro) anos e que tenha por objetivo regimental ou estatutário a realização de estudos, pesquisas, diagnósticos ou desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Na primeira fase do mapeamento, realizado no período de 2005-2007, as Coordenações Técnicas Estaduais (CTE's) eram responsáveis: pela execução das atividades de coleta de dados e alimentação da base de dados; traçar o perfil das entidades e das instituições universitárias e organizações que atuam formação e capacitação na área de economia solidária; promover a capacitação da equipe técnica quanto ao conteúdo e a metodologia do mapeamento.

Envolveram mais de 600 atores locais nas funções de coordenadores, entrevistadores e digitadores; que conhecem melhor a realidade nas diversas regiões brasileiras e estão acostumados a soluções mais adequadas, além de terem recebido formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento para garantir a qualidade e fidedignidade das informações.

Nos anos de 2005-2007, a pesquisa no Maranhão ficou a cargo da Coordenação Técnica Estadual, convocada por meio de chamada pública de parceria entre a SENAES/MTE e constituída a partir de convênios celebrados entre a SENAES / UNITRABALHO/UFMA / Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA – FSADU. A equipe foi composta por 22 entrevistadores, 5 supervisores regionais, 2 digitadores, uma coordenação técnica e uma coordenação geral de pesquisa.

A primeira fase do mapeamento foi realizada em dez meses de trabalho de campo (de agosto a novembro de 2005 e de julho a novembro de 2007) e percorreu as seguintes fases: Pré-listagem de EES por meio de mecanismo de autodeclaração na página do SIES na internet

e outras fontes de informações; Capacitação de Equipes Técnicas Estaduais (pessoal de entrevista, coordenação de pesquisa, supervisão de campo e digitação); Visita aos EES para coleta de dados com aplicação de questionários; Revisão do questionário para validação com a participação das CGE's; Alimentação da base de dados (on line); Análise da consistência e tratamento da base de dados; Divulgação dos resultados.

Na segunda fase do mapeamento, realizado no período de 2010-2011, as Coordenações Técnicas Estaduais (CTE's) tinham as atribuições de:

- a) Realizar trabalho de campo para atualizar informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) já cadastrados no SIES e ampliar a base de dados do SIES com informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) ainda não cadastrados no SIES conforme a referência de metas estabelecidas nos respectivos Planos de Trabalho;
- b) Coletar informações sobre Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF), atualizando e ampliando a base de dados do SIES, conforme a referência de metas definidas nos respectivos Planos de Trabalho;
- c) Coletar informações sobre Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), conforme a referência de metas definidas nos respectivos Planos de Trabalho;
- d) Inserir os dados coletados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, disponibilizado pela SENAES/MTE no endereço www.sies.mte.gov.br;
- e) Capacitar Equipes Técnicas Estaduais para implementação das atividades previstas;
- f) Viabilizar atividades formativas para os membros das Comissões Gestoras Estaduais visando o aprimoramento do exercício das suas atribuições;
- g) Disseminar os resultados do SIES por meio de eventos;
- h) Elaborar, com base nas informações do SIES, estudos sobre o perfil e as características da economia solidária, abordando suas potencialidades e desafios, e oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas de economia solidária ((*idem*, p.9).

Na segunda fase do mapeamento, buscou-se consolidar o SIES por meio da atualização e ampliação da sua base de dados, bem como a implantação dos Sistemas de Informação para acesso e disseminação das informações.

Para isto, foram realizadas as seguintes atividades de coleta de informações: a) as revisitas em todos os EES que compõem a base de dados do SIES 2005/2007. A esta lista de EES foram incorporados novos EES a partir da sua identificação e levantamento preliminar realizado pelas CGE e pelas CTE, além daqueles que se auto-declararam diretamente no SIES; b) a atualização das informações das EAF já incluídas na base de informações e inclusão de novas EAF; c) a incorporação no SIES das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) com a aplicação de questionário específico.

Estas atividades foram realizadas em três momentos distintos: a) a identificação e levantamento preliminar dos EES, das EAF e das PPES; b) a coleta de informações com visitas aos EES e PPES e c) a alimentação da base de dados informatizada do Sistema.

Para o caso do EES que ainda não compunham a base de dados do SIES 2005/2007, as Comissões Gestoras Estaduais realizaram a identificação de Empreendimentos Econômicos Solidários com formulário simplificado próprio e por meio da autodeclaração diretamente na Internet na página do Sistema (www.sies.mte.gov.br).

Atividades de divulgação, realização de eventos e contatos com entidades e órgãos públicos foram também importantes para a identificação e levantamento preliminar. Novos registros também foram acrescentados por ocasião do trabalho de campo, desde que observadas as características previstas no SIES e tomados os devidos procedimentos de coleta, validação e deliberação por parte das instâncias normativas e deliberativas do SIES.

A coleta de informações foi realizada por meio de visitas “in loco” junto aos EES e aplicação de questionário por entrevistadores (as) devidamente capacitados e acompanhados pelas Coordenações Técnicas Estaduais, de acordo com plano de trabalho previamente elaborado.

O produto desta pesquisa gerou um conjunto de informações nacionais, regionais, estaduais e municipais que são disponibilizados na internet, para acesso público, por meio do site do Ministério do Trabalho e Emprego: www.sies.mte.gov.br; além de serem disseminadas por Atlas impressos da Economia Solidária no Brasil e Atlas Digital da Economia Solidária, com informes, mapas temáticos e mapas interativos que facilitam o trabalho de visualização das informações do SIES; A SENAES também disponibiliza a base com os microdados do SIES.

O SIES permitiu que milhares de empreendimentos econômicos de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados. O Sistema veio preencher uma lacuna em termos de conhecimento sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil, tornando-se importante instrumento para o planejamento de políticas públicas e permitindo o início do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade do mundo do trabalho que até então não era captada nas pesquisas oficiais no Brasil.